



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na
Paraíba nos anos de 1980

Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

MAIO - 2019

**MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na
Paraíba nos anos de 1980**

Laianny Cordeiro Silva de Souza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729m Souza, Laianny Cordeiro Silva de.

MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na
Paraíba nos anos de 1980 / Laianny Cordeiro Silva de
Souza. - João Pessoa, 2019.
139 f. : il.

Orientação: Telma Cristina Delgado Dias Fernandes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Mulheres. 2. Trabalhadoras. 3. Movimentos. 4. MMT.
5. MMB. I. Fernandes, Telma Cristina Delgado Dias. II.
Título.

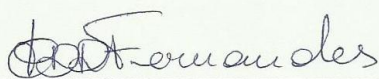
UFPB/CCHLA

**MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na
Paraíba nos anos de 1980**

Laianny Cordeiro Silva de Souza

Dissertação de Mestrado avaliada em 17/05/2019 com conceito Aprovada

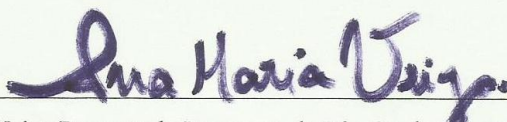
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Telma Cristina Delgado Dias Fernandes Docente do Programa de Pós-Graduação
em História - Universidade Federal da Paraíba
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Susel Oliveira da Rosa Docente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e
Interculturalidade - Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora Externa



Prof.^a Dr.^a Ana Maria Veiga Docente do Programa de Pós-Graduação em História -
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Às mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, do Movimento de Mulheres do Brejo e a todas/os que contribuíram para a construção e efetivação destes dois movimentos.

“Como diz, a união faz a força e isso é a coisa mais certa. A união faz a força.” (Zefinha)

AGRADECIMENTOS

Agradeço as minhas entrevistadas (Izabel, Cícera, Maria Preta, Zefinha, Ana, Luzia, Fátima e Céu) que me receberam gentilmente. Sem a colaboração de vocês, este trabalho não teria sido possível. A luta das mulheres foi e continua sendo muito bem representada pelas histórias de vida e militância de vocês. A Soledade que, através da sua arte, divulga as mudanças que as mulheres conseguiram efetivar.

Ao casal Inez Bassanezi e Giuseppe Tosi que, atenciosamente, atenderam ao meu chamado e contribuíram com as informações e o material escrito que dispunham. Ao casal Margort Pessino e Camilo Pereira que, prontamente, aceitaram apresentar-me um pouco da década de 1980 e de como aconteciam os trabalhos com as trabalhadoras e trabalhadores da cidade de Guarabira e seus entornos.

A minha orientadora (Telma) que acreditou na minha pesquisa e me guiou calma e profissionalmente, quando na minha afobação de principiante diante dos obstáculos em relação à pesquisa não sabia como conduzir as ações. A Susel que lá atrás, desde o período da graduação em História, enxergou o potencial que me permite concretizar esta dissertação. A Ana Veiga que me trouxe/traz novos conhecimentos.

A Deus por conceder a minha vida e proteção. Ao Dario que além de companheiro da vida, “vestiu a camisa da pesquisa” e, incansavelmente, auxiliou-me nas alterações necessárias para a concretização deste material. Aos meus pais (Maria José/Lia e Eduardo/Joca) que, mesmo não tendo as mesmas oportunidades que tive, incentivaram/incentivam meus sonhos e proporcionam-me o suporte quando meu ânimo falha.

As minhas amigas/irmãs (Gabriela, Rafaela, Millena, Nathália, Thayane, Rúbia, Eryenne, Thatiana, Fabiana...) que as vivências acadêmicas me deram de presente e mesmo tendo que está ausente da presença física destas, sempre que falamos, passam-me força, coragem e espaço para desabafar. É confortante saber que posso contar com vocês. Por fim, agradeço às demais pessoas que contribuíram para que esta escrita acontecesse. Obrigada.

RESUMO

Neste trabalho dissertativo, trato de uma representação sobre a trajetória do Movimento de Mulheres Trabalhadoras – MMT e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo – MMB, ao longo da década de 1980. Tais grupos atuaram na Paraíba, mais precisamente, nas mesorregiões do Agreste e da Mata Paraibana, em prol de direitos e liberdade de expressão para as mulheres. Ao descrever essas trajetórias, utilizo de modo qualitativo as narrativas de oito mulheres ligadas aos referidos movimentos, bem como, as escritas que contribuíram para meu embasamento com relação à temática. Dada a realização de entrevistas, a presente dissertação obteve prévia autorização do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Sinalizo que o trabalho recebe, principalmente, as contribuições da História Cultural e da metodologia da História Oral. Assim sendo, na primeira parte, trago uma breve explanação das experiências vividas de modo singular que marcaram a vida das mulheres entrevistadas; também, descrevo o momento da minha aproximação com estas narradoras convidadas a participarem deste trabalho. No segundo momento, disserto sobre as primeiras interpretações a respeito das narrativas apresentadas que começam a desenhar como os grupos foram constituindo-se e passaram a atuar. Nesse sentido, volto-me para o apoio e direcionamento dado pelo trabalho da Igreja Católica e dos sindicatos de trabalhadoras/es que passaram por um processo de renovação e colocaram-se ao lado das/os trabalhadoras/es, tendo possibilitado o espaço e a conscientização necessária para a formação dos grupos. Ainda, discorrendo sobre mudanças, continuo a discussão pautando nuances que se deram no campo da história e possibilitaram que narrativas como essas do MMT e MMB sejam pesquisadas e registradas na escrita. Finalizo essa segunda parte do texto explicando o trabalho de formação dos grupos, considerando o trabalho da coordenação e a colaboração das diversas mulheres e entidades que deram suporte ao MMT e ao MMB. No terceiro e último momento, registro as principais atividades coletivas, o impacto delas na vida das mulheres e quais foram as motivações basilares e obstáculos (dentre eles, as condições postas pela família em ambos os movimentos, e pela Ditadura Militar, no caso do MMT) que justificaram a existência dos grupos de mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Trabalhadoras. Movimentos. MMT. MMB.

ABSTRACT

In this dissertation, I deal with a representation on the trajectory of the Movimento de Mulheres Trabalhadoras – MMT and the Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo – MMB, throughout the 1980s. These groups worked in Paraíba, more precisely, in the mesoregions of Agreste and Mata Paraibana, in favor of rights and freedom of expression for women. In tracing these trajectories, I use in a qualitative way the narratives of eight women linked to these movements, as well, as the writings that contributed to my grounding in relation to the theme. Given the interviews, the present dissertation was previously authorized by the Ethics Committee of the Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (Health Sciences Center of the Federal University of Paraíba). I signal that the work receives, mainly, the contributions of Cultural History and Oral History methodology. Thus, in the first chapter, I bring a brief explanation of the experiences lived in a singular way that marked the lives of the women interviewed; also, I describe the moment of my approach with these narrators invited to participate in this work. In the second chapter, I talk about the first interpretations about the narratives presented which begin to sketch how the groups were constituted and began to act. In this sense, I turn to the support and direction given by the work of the Catholic Church and the workers' unions that have undergone a process of renewal and have placed themselves alongside the workers, having made possible the space and the necessary awareness for the formation of groups. Also, discussing the changes, I continue the discussion with nuances that have taken place in the field of history and made possible the narratives like those of MMT and MMB to be researched and recorded in writing. I conclude the second chapter explaining the work of training the groups, considering the work of the coordination and the collaboration of the several women and entities that have supported the MMT and MMB. In the third and last chapter, I record the main collective activities, their impact on women's lives and what were the basic motivations and obstacles (among them, the conditions placed by the family in both movements, and by the Military Dictatorship, in the case of MMT) that justified the existence of women's groups.

KEYWORDS: Women. Workers. Movements. MMT. MMB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEM	Associação dos Profissionais em Educação do Município
CBEs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CEVPM-P Paraíba	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba
CODH	Centro de Orientação dos Direitos Humanos
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MMA/SC	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMB	Movimento de Mulheres do Brejo
MMC/SC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMT	Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEM	Projeto Educativo Menor
PROCEP	Projeto Comunitário e Educação Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDUP	Serviço de Educação Popular
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. APRESENTAÇÃO E APROXIMAÇÃO ENTRE NARRADORAS	17
2.1. Mulheres em movimentos.....	17
2.1.1. Maria Izabel Cavalcante Pontes e a luta pelo direito.....	17
2.1.2. Cícera Virginio de Freitas e a busca pela emancipação feminina	19
2.1.3. Maria Benício de Pontes e o trabalho em grupo.....	19
2.1.4. Josefa Leonardo dos Santos e a coragem de ser mulher.....	20
2.1.5. Ana Maria dos Santos e os ensinamentos trazidos pelas lutas	21
2.1.6. Luzia Soares Ferreira e a conscientização das mulheres	21
2.1.7. Maria de Fátima Lima e a luta pela diminuição da exploração feminina.....	22
2.1.8. Maria do Céu Pontes da Silva e a força que surge pelo apoio.....	23
2.2. O poder que emana da voz que não se cala	24
3. REGISTROS, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO, ESCRITA E EFETIVAÇÃO DO MMT E DO MMB	32
3.1. Nuances da história e os caminhos para o florescimento dos novos sujeitos políticos e históricos do MMT e do MMB	32
3.2. Representação e memórias: contribuições para o registro da trajetória do MMT e do MMB	40
3.3. Da coordenação à colaboração do MMT e do MMB	45
4. PRÁTICAS COLETIVAS E POSTURAS DE RESISTÊNCIAS PAUTADAS PELO MMT E MMB	52
4.1. A organização das atividades coletivas.....	52
4.2. Tessituras de gênero: alguns dos porquês para a existência dos movimentos de mulheres.....	59
4.3. Anos finais da Ditadura Militar: atuação do MMT frente ao regime ditatorial.....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70

REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	78
APÊNDICE A - Lista de entrevistadas	79
APÊNDICE B - Entrevista com Maria Izabel Cavalcante Pontes.....	80
APÊNDICE C - Entrevista com Cícera Virginio de Freitas	88
APÊNDICE D - Entrevista com Maria Benicio de Pontes	94
APÊNDICE E - Entrevista com Josefa Leonardo dos Santos e Ana Maria dos Santos	100
APÊNDICE F - Entrevista com Luzia Soares Ferreira.....	107
APÊNDICE G - Entrevista com Maria de Fátima Lima.....	113
APÊNDICE H - Entrevista com Maria do Céu Pontes da Silva.....	119
ANEXOS	127
ANEXO A - Parecer de aprovação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde...	128
ANEXO B - Documento do MMT.....	132
ANEXO C - Curso de Culinária para as mulheres na Cúria de Guarabira (PB)	133
ANEXO D - Material informativo para atividades do MMT	134
ANEXO E - Sede do MMT	136
ANEXO F - Atividades no Dia Internacional das Mulheres no município de Guarabira em 1986	137
ANEXO G - Evento com a participação das mulheres do MMT em Tacima (PB) no ano de 1988	138
ANEXO H - Matéria do Jornal da Paraíba sobre o Dia Internacional da Mulher de 1988 e a Participação do MMT	139

1. INTRODUÇÃO

Trato, nas linhas que seguem, de inquietações que me acompanham desde o período em que cursei a Graduação em História. Inquietações que versam sobre a organização intensa de mulheres na Paraíba, na sua maioria, trabalhadoras rurais das mesorregiões do Agreste¹ e da Mata Paraibana², iniciada na década de 1980, período em que, ainda, vivia-se sob “os ventos” da Ditadura Militar³ instaurada no Brasil desde o ano de 1964.

Passei a observar com mais atenção esses agrupamentos de mulheres através de pesquisas bibliográficas, trocas de informações, orientações e participação numa entrevista com Maria da Soledade Leite⁴, integrante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras – MMT e do Movimento de Mulheres do Brejo – MMB, que, a partir deste momento, será referida, apenas como Soledade.

Essas mulheres participavam de movimentos sociais na região, como, por exemplo, do MMT, que surgiu a partir de um grupo de mulheres ligadas ao trabalho da Igreja Católica da cidade de Guarabira (PB) entre os anos de 1981 e 1982, bem como, do MMB, que foi criado, em 1986, no município de Alagoa Grande (PB), por um grupo de mulheres que já participava das atividades do MMT. No MMB, as mulheres estavam ligadas por questões mais amplas relacionadas ao feminino e não, necessariamente, por serem trabalhadoras como no MMT.

¹ Esta mesorregião é composta por oito microrregiões (Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro). E dentro de quatro destas microrregiões está a maioria das cidades de atuação do MMT e MMB (**Brejo Paraibano**: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Pilões; **Curimataú Oriental**: Dona Inês, Solânea; **Guarabira**: Alagoinha, Araçagi, Belém, Cuitégi, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Pilõezinho, Pirpirituba, Sertãozinho; **Itabaiana**: Juarez Távoras e Mogeiro).

² Já esta outra mesorregião é constituída por quatro microrregiões (João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul e Sapé). Sendo dentro da microrregião de Sapé que está a cidade de Sapé, município onde, também, atuou o MMT e MMB. A fim de um maior esclarecimento sobre a composição das mesorregiões e microrregiões da Paraíba observar os mapas temáticos no site do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – IDEME, do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos> Acesso em: 24 de fev. de 2018.

³ Esse termo é utilizado neste trabalho considerando o pensamento de Carlos Fico registrado numa entrevista para a *Revista Tempo e Argumento* (2013) sobre golpe civil-militar e ditadura militar no Brasil. Com relação ao golpe ele afirmou que “Foi civil-militar por que os civis deram o golpe também. A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis. Os civis deram o golpe: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, governo dos Estados Unidos, enfim, uma série de agentes civis. No Congresso Nacional, o parlamentar Auro de Moura Andrade declarou a vacância do cargo de Presidente da República. Então, o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares. Não havia nenhuma possibilidade de negociação. Os militares, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco, assumiram definitivamente o poder institucional para legislar e fazer o que quisessem.” (FICO, 2013, p. 469-470)

⁴ Entrevista concedida para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014.

Estes grupos buscavam disseminar conscientização política quanto aos direitos e liberdade de expressão entre as próprias mulheres, sendo, principalmente, as questões de gênero que se mostraram mais evidentes nos discursos delas. Estas questões foram tidas como motivação basilar para as iniciativas que foram geradas por esses grupos de mulheres, ponto esse que singulariza o lugar de luta ocupado por elas e por tantas outras mulheres que cansaram de ser inferiorizadas, oprimidas, restringidas e violentadas de diversas formas.

Na década de 1990, o MMB foi incorporado pelo MMT que continua atendendo às demandas relativas ao feminino, tendo em vista que os atos de violência e de privação dos direitos é algo marcante na sociedade brasileira.

A realidade da região, onde imperava (e ainda se expressa) o machismo, era/é ter mulheres vivendo como propriedade privada dos homens. Segundo o discurso patriarcal, essas deveriam/devem ser restritas ao espaço privado do lar, fieis ao masculino que lhes representariam, escravas de suas vontades, sem poderem contrariá-lo, para que não viessem a sofrer agressões físicas, psicológicas, morais ou sexuais e, desse modo, não serem vítimas de homicídio por “culpa de seus atos”, como pregam os discursos machistas que perduram.

Diante dessas informações, chamou-me a atenção o fato de que, apesar de toda repercussão desses movimentos sociais acima citados na vida de tantas mulheres, os registros, principalmente no que diz respeito à escrita, são tímidos, resumindo-se a alguns trabalhos acadêmicos, matérias curtas de jornais da época e documentos que se encontram em alguns casos espalhados entre as integrantes desses movimentos. Dessa forma, recorro nesta pesquisa, a essas integrantes⁵ para que contribuam com suas experiências que trazem muito do que não contêm nas narrativas que se dizem universais e que, no entanto, acabam por invisibilizar personagens que contribuíram, relevantemente, para que houvesse modificações sociais significantes no Brasil. Tendo em vista a realização de entrevistas, obtive prévia autorização do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

Mulheres como Soledade, Zefinha, Izabel, dentre outras, far-se-ão presentes, nesta escrita, mediante suas trajetórias de militantes, que possibilitaram a construção do MMT e do MMB, na Paraíba, num período em que os espaços público e político apresentavam-se excludentes em relação às mulheres, isso de acordo com a maioria dos maridos, dos latifundiários, dos/das parentes e dos agentes repressores da Ditadura Militar, como poderemos observar no decorrer da exposição dos relatos.

⁵ Ao longo deste trabalho, as narradoras serão citadas pelos nomes que são conhecidas popularmente, como consta na lista de entrevistadas no apêndice A.

Este trabalho, por sua vez, pretende ir para além dos discursos dessas personagens acima citadas, ou seja, contemplarei vozes de outras mulheres que participaram de modo direto ou indireto das atividades desses grupos, para que sejam mostradas perspectivas que partem de lugares sociais diferentes, isto é, aqui apresentarei a visão de mulheres que orquestraram e efetivaram as atividades dessas organizações, tal como a visão daquelas que participaram de algum modo das propostas de trabalho e detiveram os impactos na sua vida e no âmbito familiar, trazidos por aquilo que presenciavam e aprendiam nas reuniões, nas passeatas, nos fóruns e nos seminários organizados pelo MMT e MMB.

No decorrer do manuseio dessas narrativas, apresentadas por meio das entrevistas, entrelaço os discursos disponibilizados por essas diferentes mulheres e que estão sendo contados a partir de lugares e percepções distintas; mas que se encontram na efetivação de um projeto, levando em consideração as finalidades dos dois movimentos que visaram, desde a sua criação, o empoderamento⁶ feminino, educação e direitos para as mulheres. Na transcrição das entrevistas, apresento as falas das mulheres da mesma forma como foram colhidas, respeitando a linguagem utilizada pelas narradoras compatíveis com seus lugares de fala, que, na sua maioria, tem origem rural.

Esta pesquisa trata, portanto, de um trabalho voltado para militância feminina na Paraíba, no decorrer da década de 1980 e visa apresentar uma representação daquilo que foi parte das atividades do MMT e do MMB, por meio, principalmente, das narrativas de algumas militantes que se dispuseram a contar suas experiências relacionadas a esses movimentos sociais. Nesse sentido, esta pesquisa alinha-se a dois aportes teórico-metodológicos que são norteadores para a postura de trabalho e que aqui serão evidenciados: refiro-me à história oral, que me dá suporte para trabalhar com as entrevistas, e a história cultural, que me auxilia em perceber outros sujeitos históricos que estão para além das histórias totalizantes e a compreender que as interpretações são diferentes porque são realizadas por sujeitos diferentes, devendo ser analisadas as particularidades que constituem cada discurso. Assim, busco problematizar e compreender como se deu a participação das mulheres, convidadas a contribuir para esta pesquisa, nos movimentos sociais: MMT e MMB.

A estruturação deste trabalho ocorre da seguinte forma: no primeiro momento, apresento por meio de uma breve exposição as vivências das oito mulheres entrevistadas,

⁶ Segundo Costa (2004, p. 7) “O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. [...] Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.”

embasada, principalmente, nos seus relatos orais e em escritas que já citam algumas dessas mulheres a fim de demonstrar, de modo singular, o lugar de luta de cada uma delas naquela época e quais ações marcaram os seus primeiros entrosamentos para com os movimentos sociais citados.

Dando continuidade a esse capítulo inicial, trabalho o meu momento de aproximação, como historiadora/pesquisadora/narradora, com as oito mulheres entrevistadas, bem como, discuto particularidades que dizem respeito ao ato de trabalhar com relatos orais, trazendo para enriquecer esta minha discussão, autoras/es como Portelli (1997), Zangelmi (2016), Alberti (2014), Farge (2011) e outras/os.

No segundo momento, levando em consideração que as/os historiadoras/es trabalham realizando escolhas e conexões e que meu objeto de estudo (trajetória do MMT e do MMB), mesmo que analisado numa escala menor, detém ligações que estão para além do particular, isto é, ramificações que se alinham a outras experiências; dedico-me a descrever algumas práticas e junções que tornaram possível a constituição e atuação do MMT e do MMB e o seu registro na forma escrita.

As práticas e junções que virão a seguir sobre as novas abordagens que refletem nas escritas disponibilizadas estão alinhadas neste trabalho com o crescente interesse das/os pesquisadoras/es pelas experiências de pessoas comuns e por aquelas/es que fizeram oposição ao sistema de exploração da classe trabalhadora que vivenciamos no Brasil, assim como, com a contribuição que a história cultural e história oral por meio do acionamento da memória têm dado para o esclarecimento de alguns fatos e o surgimento de novas narrativas.

Nessa perspectiva, utilizando alguns trabalhos bibliográficos e as narrativas das entrevistadas, pontuei algumas posturas firmadas no município de Guarabira (PB) e nas cidades em seu entorno, pela Igreja Católica sob a liderança de Dom Marcelo Pinto Carvalheira⁷ e por outras entidades, como os sindicatos de trabalhadoras/es presentes nas mesorregiões do Agreste e da Mata Paraibana que faziam oposição na década de 1980 às imposições colocadas para as/os trabalhadoras/es. Essa discussão faz-se necessária neste trabalho, tendo em vista que a igreja e as entidades que serão citadas foram as responsáveis pela preparação do ambiente para a formação dos movimentos.

⁷ De acordo com publicação de 27 de março de 2017, do G1 PB, D. Marcelo (*In Memoriam*) natural de Recife/PE, em 28 de fevereiro de 1953 recebeu em Roma a ordenação de padre. Fez parcerias com Dom Hélder Câmara. Chegou a ser preso e torturado no Brasil no período da Ditadura Militar. Foi nomeado pelo Papa Paulo VI, em 29 de outubro de 1975, Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba. E em janeiro de 1995, depois da renúncia de D. José Maria Pires, assumiu como Arcebispo Metropolitano da Paraíba. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/enterrado-o-corpo-de-dom-marcelo-carvalheira-em-joao-pessoa.html> Acesso em 17 de fev. de 2019.

Seguido desses pontos acima e entrelaçando-se com a escrita sobre a formação do MMT e do MMB, registro alguns posicionamentos e mudanças que ocorreram no campo da história que tem possibilitado construir uma representação e a validação e utilização de fontes que dão voz às camadas populares, entre outras, que permitem que o outro lado da história - por muito tempo apagado e não considerado - seja discutido; bem como, entrelaço essa discussão à escrita sobre a formação do MMT e do MMB.

Como meu intuito é construir uma representação a respeito da trajetória, na década de 1980, destes dois agrupamentos citados, interligo, no decorrer desta escrita, discussões que foram realizadas por intelectuais que se dedicaram a trabalhos voltados para questões relacionadas ao ofício de ser uma historiadora e que são relevantes para a minha pesquisa. São trabalhos voltados para o debate sobre representação, memória e militância feminina, assim como, sobre as implicações da Ditadura Militar para com os coletivos de mulheres.

Refiro-me às discussões que dizem respeito à construção de representações de Roger Chartier (1991 e 2010), de Peter Burke (1995) e de Franklin Rudolf Ankersmit (2012), da impossibilidade de se viver e reconstruir o passado do modo que ele ocorreu, de Walter Benjamin (1994), Paul Veyne (2008) e F. R. Ankersmit (2012), do uso da rememoração como meio para se agir no momento presente, de Jeanne Marie Gagnebin (2009), dentre outras que norteiam o manejo que tenho tido com o meu objeto de pesquisa, que, como já pontuei, versa sobre militância feminina através de dois movimentos sociais na Paraíba. Ora traçando caminhos em separado, ora juntos, caminhando em parceria, os dois movimentos lutaram por uma sociedade de direitos igualitários e de sujeitos históricos e políticos plurais.

No terceiro momento, registro as experiências vividas de forma coletiva pelas mulheres a partir do MMT e do MMB, como a construção e realização de atividades, posturas de resistências, dificuldades postas e desejos por direitos. Para somar na escrita desse capítulo, busco a contribuição dos trabalhos realizados por Rosa (2013), Duarte e García (2014), Smigay (2002), Vieira (2016) entre outros.

Em suma, ao longo do último capítulo, analisei as principais atividades organizadas pelos grupos, quais dificuldades eram colocadas pela família para a participação das mulheres no MMT e no MMB, as reivindicações que se faziam essenciais e as estratégias utilizadas pelo MMT para conseguir desenvolver suas atividades no dia-a-dia, durante o período que, ainda, compreendia o regime militar e os anos iniciais de abertura política no Brasil, momento em que foi criado o MMB.

2. APRESENTAÇÃO E APROXIMAÇÃO ENTRE NARRADORAS

2.1. Mulheres em movimentos

Para uma maior compreensão sobre o lugar de luta e de fala das oito mulheres que foram entrevistadas para este trabalho, registro, numa breve apresentação, as experiências vividas por cada uma delas (Izabel, Cícera, Maria Preta, Zefinha, Ana, Luzia, Fátima e Céu) e que marcaram suas vidas antes mesmo que ingressassem nos movimentos de mulheres.

Pontuo, ainda nesse primeiro momento, acontecimentos que envolveram cada uma dessas oito mulheres entrevistadas depois dos engajamentos firmados no MMT e no MMB, como: quais foram os lugares assumidos singularmente por elas para atuação dentro dos respectivos movimentos e quais as principais nuances que essas participações trouxeram para a vida de cada uma entrevistada.

2.1.1. Maria Izabel Cavalcante Pontes e a luta pelo direito

Maria Izabel Cavalcante Pontes, conhecida popularmente por Izabel, nasceu numa família de classe média, ingressou bem jovem nos trabalhos da Igreja Católica como catequista, estudou latim, francês e fez diversas leituras na biblioteca do colégio sobre a história do Brasil e do mundo. Segundo o relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEPVM-PB), Izabel era

[...] aluna do Colégio Nossa Senhora da Luz, da Congregação das Irmãs Catarina de Sena, de Guarabira-PB. Com a chegada do bispo D. Marcelo Pinto Carvalheira, na Diocese de Guarabira, e sua equipe de religiosos e leigos, Maria Izabel começou a trabalhar, em 1976, como agente de pastoral. (PARAÍBA, 2017, p. 483)

Como registrado no relatório da CEPVM-PB, Izabel trabalhou com Dom Marcelo P. Carvalheira quando ele foi para Guarabira (PB). Ela viajava para Recife (PB) no intuito de fazer treinamento pastoral lá, momento este de aproximação com a Teologia da Libertação. Mesmo sendo bem jovem, Izabel já tinha realizado escolhas e firmado seus posicionamentos políticos e religiosos.

Ao participar de uma manifestação por causa da expulsão do padre Vito Miracapillo⁸ (padre de Ribeirão/PE), Izabel respondeu a um processo militar, de acordo com a CEPVM-PB “[...] com 18 anos de idade, foi enquadrada na LSN tendo em vista a sua participação em uma atividade de protesto em Guarabira, com pichações”. (PARAÍBA, 2017, p. 483) Ao ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional (LSN), ela enfrentou muita pressão, mas no final conseguiu ser absolvida. Seus avós ficaram temerosos pelo ocorrido e alguns parentes chegaram a fazer críticas a ela pelo que passou.

Mesmo com o ocorrido, Izabel continuou com as suas convicções, participou de várias frentes de trabalho da Igreja Católica de Guarabira. Além de ter sido catequista, esteve na fundação do Serviço de Educação Popular (SEDUP), trabalhou junto a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH).

A escolha de Izabel pelo curso de Direito se deu devido à necessidade de advogados populares que fossem comprometidos em defender os direitos dos trabalhadoras/es rurais, mesmo sua preferência sendo cursar uma graduação em Sociologia ou História. Ela advogou em mais de vinte sindicatos de trabalhadoras/es rurais e áreas de conflito⁹.

A proximidade de Izabel com a Igreja Católica e as/os trabalhadoras/es facilitou o seu engajamento no grupo de mulheres. Ela, no exercício da função de assessora jurídica do MMT, participou de audiências com ministros do governo federal em Brasília (DF). Seu lado político, feminista e comprometido com as/os menos favorecidas/os foi algo que se destacou na sua vida de mulher/profissional/militante.

Para Izabel, as mulheres foram as protagonistas das lutas por terra e perceberam em meio a estas lutas que havia questões que diziam respeito a elas e direitos que deviam ser vistos; tendo o MMT colaborado para a formulação das reivindicações e empoderamento das mulheres.

⁸ Segundo publicação do A12.com, o padre de origem italiana, foi julgado e expulso do Brasil em 30 de outubro de 1980, enquadrado no Estatuto do Estrangeiro, por ter se negado a realizar missa em comemoração ao dia da Independência do Brasil. Ele foi impedido durante 13 anos de retornar ao Brasil, momento que o presidente Itamar Franco consentiu a ele visto de turista. E em 2011 a presidente Dilma Rousseff concedeu visto permanente. Disponível em: <https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/padre-vito-miracapillo-conta-detalhes-sobre-sua-expulsao-do-brasil> Acesso em 04 de mar. de 2019.

⁹ A área de conflito diz respeito à localidade rural em que trabalhadoras/es buscavam por reconhecimento de direitos e terra e os latifundiários não aceitavam, dirigindo-se as/os trabalhadoras/es, principalmente, por meio de violência.

2.1.2. Cícera Virginio de Freitas e a busca pela emancipação feminina

Cícera Virginio de Freitas, conhecida popularmente por Cícera, é de origem humilde, moradora da cidade de Guarabira (PB), desde sempre teve que batalhar bastante para conseguir os meios de sobreviver com a sua família e, dada a dureza da vida, não aprendeu a ler, apenas escreve o próprio nome. Dentre as suas atividades laborais, afirma ter trabalhado junto a Dom Marcelo P. Carvalheira e ter atuado como empregada doméstica do casal Inez Eunice Bassanezi e Giuseppe Tosi, aos quais ela se diz muito agradecida.

No entanto, devido a outras experiências de trabalho não tão boas quanto as citadas, Cícera afirma que quem detém posses quer enganar quem não as têm, mas que a ela ninguém engana, a não ser que esteja dormindo. Para ela, o movimento de mulheres que nasce vinculado à Igreja Católica e depois se torna o MMT foi fundamental para que as mulheres não continuassem a ser ludibriadas e pudessem se emancipar.

A contribuição de Cícera ao movimento de mulheres se efetivou na forma de acompanhamento de atividades, tais como participar de debates, palestras, reuniões e, sobretudo, na função de cozinheira. Sua pouca frequência nas atividades ocorria porque era mãe de crianças pequenas que requeriam seus cuidados e devido ao seu trabalho na casa de Inez e Giuseppe. Sua desenvoltura na cozinha se deu através dos ensinamentos de Inez Eunice. E devido à boa prática com os alimentos passou a ensinar as mulheres a cozinhar.

Nos cursos que aconteciam nos domingos na Cúria de Guarabira, as pessoas levavam os alimentos para o preparo e Cícera explicava como estes deveriam ser manuseados. Depois de prontos, eram consumidos pelas pessoas que estavam presentes na ocasião e o que sobrava era distribuído para as mulheres levarem para suas casas. Cícera, também, participou de atividade no mosteiro de São Bento, localizado em João Pessoa (PB) e de outras atividades no dia 8 de março.

2.1.3. Maria Benício de Pontes e o trabalho em grupo

Maria Benício Pontes, conhecida popularmente por Maria Preta, moradora da Zona Rural do município de Araçagi (PB), foi uma das primeiras pessoas a se filiar na sua localidade no Partido dos Trabalhadores (PT), bem como, foi da CUT estadual e regional. Ela contribuiu com o MMT partilhando, principalmente, suas experiências de mulher, agricultora e mãe.

Quando entrou no movimento de mulheres, Maria Preta não teve tantos problemas em casa por ter tomado essa decisão, situação que difere da enfrentada por outras mulheres. Ela tornou-se uma das coordenadoras do movimento no município de Araçagi e desse modo passou a percorrer, juntamente com a outra coordenadora da localidade (Socorro), os sítios e comunidades da cidade divulgando o movimento e convocando outras mulheres para participarem.

De acordo com França (2014), Maria Preta participou de diversas mobilizações pautando direitos para as mulheres trabalhadoras. Ela foi a várias viagens do MMT, inclusive, viajou com um grupo de mulheres para Brasília (DF), levando pautas das mulheres para serem apresentadas lá.

Nesses encontros fora da sua localidade, ela tinha lugar de destaque no suporte ao MMT, sempre muito alegre, recitava versos sobre mulheres, ficava na equipe de animação e quando algo lhe preocupava ou entristecia em casa, ela, ao invés de faltar às atividades, ia para os encontros cantando.

Para além dos seus compromissos com o MMT, Maria Preta colaborou efetivamente com as lutas sindicais. Ela, segundo Bordalo (2011, p.109), “Em 1985 se tornou sócia do sindicato e se envolveu nas lutas por terra na Paraíba.” Dotada de segurança, clareza e coragem Maria Preta participou de eventos em que o clima não era amistoso, havendo repressão e violência por parte dos que não reconheciam as bandeiras de luta que eram levantadas. Porém as dificuldades não a fizeram recuar.

2.1.4. Josefa Leonardo dos Santos e a coragem de ser mulher

Josefa Leonardo dos Santos, conhecida popularmente por Zefinha, é mãe de Ana Maria dos Santos, outra entrevistada para este trabalho. Zefinha, mulher/agricultora, era amiga da líder sindical Maria da Penha Nascimento da Silva e foi através dessa amizade que ingressou no MMB.

O esposo de Zefinha, integrante das atividades do movimento sindical de trabalhadores rurais, entendia a necessidade da sua participação nas reuniões e eventos do movimento de mulheres, ele inclusive a acompanhava em algumas atividades. Seus quatro filhos pequenos, sempre que era possível, estavam presentes e quando não dava para levá-los ela os deixava com a avó materna.

Zefinha viajou para algumas cidades como Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Serraria (PB), dentre outras, para participar de encontros que ocorriam em salões de sindicatos, igrejas

católicas e escolas. Ela gostava de contribuir com a discussão nos eventos de mulheres, fazendo discursos voltados para a conscientização dos homens que não permitiam a presença das mulheres nas atividades.

2.1.5. Ana Maria dos Santos e os ensinamentos trazidos pelas lutas

Ana Maria dos Santos, conhecida popularmente por Ana, é filha de Josefa Leonardo dos Santos, citada no item anterior. Sua mãe e seu pai eram agricultores e, quando ela era criança, acompanhou sua mãe nas atividades do MMB.

Mergulhando nas memórias da sua infância, Ana recordou a partir do lugar de quem presenciou os acontecimentos, sobre a efetivação dos encontros, as estruturas disponibilizadas aos grupos de mulheres para a realização das atividades, pautas discutidas, entidades que apoiavam e promoviam atividades alinhadas aos movimentos, como seus pais se organizavam para estarem nos eventos e lugares que eles chegaram a ir.

2.1.6. Luzia Soares Ferreira e a conscientização das mulheres

Luzia Soares Ferreira, conhecida popularmente por Luzia, moradora da cidade de Alagoa Grande (PB), participou inicialmente do MMT, depois do MMB e desde quando os movimentos se tornaram um só continuou colaborando com o MMT.

Integrante do sindicato de trabalhadoras/es rurais do município onde reside, Luzia começou a incomodar-se com o silêncio das poucas mulheres que iam nas reuniões que aconteciam em todo primeiro domingo do mês, para ela, isso fazia até mal para aquelas mulheres.

Luzia foi se enturmando com os dirigentes de sindicato, e mais adiante passou a ajudar nas reuniões, nessas reuniões as mulheres dos associados não falavam, e isso era algo que incomodava Luzia, assim como Penha e as demais dirigentes, e é como solução para esse problema que surge a ideia de se formar um grupo de mulheres (ANDRADE, 2017, p. 14).

Esse grupo de mulheres era o MMB, Luzia se fez presente desde a primeira formação desse movimento na cidade de Alagoa Grande (PB). No entanto, antes mesmo do MMB começar, suas colegas já frequentavam o grupo de mulheres que realizavam atividades em Guarabira e ela começou a acompanhá-las.

O esposo de Luzia não dificultou sua participação nas atividades ligadas aos grupos de mulheres. Ela viajou para Brasília (DF), São Paulo (SP), João Pessoa (PB), Guarabira (PB) e outros lugares; por ter atividades que eram integradas com o sindicato de trabalhadoras/es rurais, ele a acompanhava.

Para Luzia, o movimento das mulheres foi a sua melhor escola¹⁰. Ela participou de vários seminários, cursos, oficinas e reuniões. No seu entendimento, nesses eventos foram abertas diversas possibilidades para chamar a atenção das mulheres e conscientizá-las sobre temas que lhes são relevantes.

2.1.7. Maria de Fátima Lima e a luta pela diminuição da exploração feminina

Maria de Fátima Lima, conhecida popularmente por Fátima, moradora da cidade de Guarabira (PB), já trabalhava no Serviço de Educação Popular (SEDUP) quando enveredou na Associação das Lavadeiras e Empregadas Domésticas, ambas entidades alinhadas ao MMT e com sede em Guarabira.

Fátima ficou à frente da Associação das Lavadeiras e Empregadas Domésticas durante dez anos, posição em que pautou lutas para diminuição da exploração feminina. Ela participou de muitas atividades, chegando até mesmo a cozinhar para quem estivesse presente, assim como lutou, juntamente com outras mulheres, para que as trabalhadoras pudessem se associar nos sindicatos e, desse modo, pudessem votar e ter direitos.

A família de Fátima não gerou obstáculos para ela participar das atividades relacionadas aos movimentos de mulheres, pois compreendiam que aquele era o trabalho dela. E o SEDUP, local onde ela trabalhava, facilitava sua participação quando tinha atividades dos movimentos de mulheres, liberando-a.

No dia do julgamento de Izabel Cavalcante, Fátima e um grupo de pessoas foi para Recife acompanhar de lá, bem como, foi para encontro em Brasília (DF), Belo Horizonte (BH), dentre outros locais. Sua saída do movimento se deu após a morte da líder sindical Maria da Penha, ela ficou com receio de morrer e preocupada com quem e como ficariam seus seis filhos, já que ela era quem os alimentava e cuidava deles.

¹⁰ Luzia relata essa sua experiência no vídeo elaborado pelo Serviço de Educação Popular – SEDUP, da cidade de Guarabira (PB) para a Campanha Viva Mulher: “Participação popular para a violência acabar” (2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zfmWmuWVJVQ> Acesso em 08 de mar. de 2019.

2.1.8. Maria do Céu Pontes da Silva e a força que surge pelo apoio

Maria do Céu Pontes da Silva, conhecida popularmente por Céu, mulher simples, agricultora, mãe de sete filhos, criou todos eles trabalhando e com a ajuda dos seus parentes, pois, seu primeiro casamento, que ocorreu quando ela tinha apenas 17 anos de idade, não foi bem sucedido.

Céu, que ainda mantinha-se nesse primeiro casamento, foi convidada por Neuzinha e seu esposo, convidado pelo padre Cristiano¹¹ para participarem de umas reuniões da Pastoral Rural da Diocese de Guarabira. Nessas reuniões, que se faziam presentes sessenta trabalhadores, tinham apenas três mulheres (Neuzinha, Céu e Cerise). No intervalo de uma dessas reuniões, Céu avisou para Cerise que não participaria mais, pois elas não tinham espaço ali. Ao comunicarem a Neuzinha, conversaram e chegaram num acordo de lançar para os homens a proposta de criar um grupo de mulheres, essa proposta foi aceita, mas, para a sua consolidação os obstáculos foram diversos.

Na casa de Céu, as mudanças não foram bem recebidas pelo seu esposo e acabaram por se separar. Devido à necessidade de obter os meios para sobreviver com os filhos, Céu continuou a realizar trabalhos na Pastoral Rural, lá ela não recebia um salário, mas as diárias que lhes eram pagas já facilitavam a vida.

Com relação à formação do grupo de mulheres, Céu com outras companheiras passaram a visitar os sítios convidando as mulheres e fazendo reuniões pequenas até que se tornou um movimento grande. Assim sendo, ela atuou no MMT desde a época que o movimento era ligado à Pastoral, colaborou nas áreas de conflitos rurais e fez presença em audiências.

Céu integrou um grupo de mulheres corajosas que não aceitaram as imposições que eram colocadas para as mulheres,

[...] Maria do Céu, Antônia, Josefa e tantas outras que ousaram construir a sua autonomia, reivindicar direitos e buscar mais e mais espaços, do espaço da casa ao do sindicato, da organização das mulheres para muitos outros lugares, sem medo de enfrentar os “donos das terras” e a cultura patriarcal,

¹¹ Refere-se a padre Cristiano Muffler (*In memoriam*). Segundo o relato do próprio padre Cristiano, publicado no dia 05 de maio de 2016, no site da Diocese de Guarabira, ele era natural de Idashof, leste da Alemanha. Filho de pai agricultor, Victor Muffler, e de mãe professora, Hiltrud Muffler. Em janeiro de 1964 chegou a Tubarão/SC a convite de Dom Anselmo, que era Alemão. E em 1974 chegou à Paraíba a convite de Dom José Maria Pires. Foi padre de Pirpirituba, Jacaraú, Mari, Guarabira, dentre outras localidades. Disponível em: <http://www.diocesedegarabira.com.br/em-vida-padre-cristiano-muffler-contou-sua-historia-de-vida-veja/> Acesso em 16 de fev. de 2019.

mas demarcando e (re) afirmando a vontade de se construir sujeito da história. (FERREIRA, 2010, p. 133)

Com essas posturas, Céu e as companheiras de luta modificaram a realidade imposta. Sua saída se deu quando ela notou que ficava muito sobrecarregada ao conciliar o movimento e o trabalho com o sindicato dos trabalhadoras/es rurais de Pirpirituba (PB), local em que seu esposo na época era o presidente.

2.2. O poder que emana da voz que não se cala

Realizada a apresentação das entrevistadas enveredo-me pelos relatos registrados no ano de dois mil e quatorze, quando estive, pela primeira vez, com Soledade para realizar uma entrevista¹² a respeito da sua vida e militância nos coletivos de mulheres. Na ocasião, diante da fala dela que buscava descrever em detalhes suas experiências, reporteime às considerações feitas por Walter Benjamin sobre as/os narradoras/es que

[...] gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. [...] Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata. (BENJAMIN, 1994, p. 205)

Ao se trabalhar com narradoras/es, deve haver empenho do/a pesquisador/a em esclarecer as intenções da sua pesquisa, para que as/os entrevistadas/os compreendam os interesses que envolvem o trabalho e sintam-se à vontade para falar sobre suas experiências, sendo esse o entendimento da literatura: “O entrevistado deve estar convencido a respeito da “própria utilidade de falar e transmitir seu passado.”” (POLLAK, 1989, p. 13 apud ALBERTI, 2014, p. 37).

No momento atual, a produção da história oral encontra-se em expansão, porém, há grupos, como os estudados nesta pesquisa, que têm poucas oportunidades de expressão. O trauma, por sua vez, que aviva o sofrimento de possíveis narradoras/es é outro elemento que pode fazer com que certas narrativas sejam silenciadas. Pois, em momentos marcados pelo trauma, por exemplo, o silêncio pode ser a forma de expressão entre aquelas/es que seriam

¹² Entrevista concedida para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014.

narradoras/es. Na contramão desse silêncio, Soledade¹³ fala sobre a opressão e o machismo do qual ela, as mulheres da Paraíba e do Brasil foram e são vítimas; fazendo-me refletir sobre o que frisa Farge (2011, p. 16-17)

Apreender essa fala e trabalhá-la é responder à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras, cenas que são de fato acontecimentos. Não se trata a partir daí de acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular. As falas de queixas, de sofrimento, marcam um lugar fronteiro onde vemos a sociedade regulamentar, afrontar, bem ou mal, o que lhe sobrevém; a fratura que a dor formou é também um laço social, e os indivíduos o gerem de múltiplas maneiras.

Compreendo que as falas devem ser analisadas e problematizadas sem ser reduzidas a fatalidades ou vitimização, como bem assinala Arlette Farge (2011) e que a memória acionada pelas pessoas entrevistadas, no caso desta dissertação de Mestrado, as mulheres do MMT e do MMB, é constituída de fragmentos dos acontecimentos de outrora, impedindo que se tenha acesso ao fato tal qual aconteceu. Sendo a fala, os gestos, as expressões corporais cheias de intencionalidades, que muito têm a dizer e que colaboram para a história dos movimentos feministas e de mulheres. Segundo Portelli (1997, p. 29),

Um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. Estas oscilações são significativas, embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados. Em todos os casos, há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador.

Os critérios citados no trecho acima foram levados em consideração no decorrer da entrevista com Soledade; a partir dessa experiência, procurei ficar atenta nas outras situações em que estive diante de relatos orais. Adentrando, mais especificamente, na entrevista de Soledade e no fato de que ela enfatizou, significativamente, sobre a vida restrita que as mulheres tinham e que essas estavam cansadas dessa realidade; por isso, na direção de que era uma violação à dignidade da mulher,

¹³ Fala sobre machismo, violência e opressão tanto na entrevista concedida ao projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014, quanto no vídeo elaborado pelo Serviço de Educação Popular – SEDUP, da cidade de Guarabira (PB) para a Campanha Viva Mulher: “Participação popular para a violência acabar” (2014). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AVUSQfWltuI> Acesso em 19 de set. de 2017.

[...] a mulher era aquela escravizada, mulher que só fazia o que o marido queria, vivia debaixo do jugo tanto do marido, dos filhos, como dos patrões. E aquela coisa todinha, a gente começou a discutir isso e a necessidade desse movimento, como trabalhar com mulheres. (Soledade)¹⁴

Fui, então, em busca de outros registros que exemplificassem tal situação apontada por Soledade; os encontrei nas escritas de Guimarães (2012); Carneiro (1994); Duarte e García (2014) e, no decorrer da pesquisa, no relato de Izabel¹⁵ e das outras entrevistadas. Ao percorrer essas discussões, compreendi que aqueles foram tempos difíceis para as mulheres, para as quais a educação centrava-se na preparação para o casamento, mulheres sem vez e sem voz diante dos latifundiários e, muitas vezes, dos próprios maridos e de alguns/algumas parentes que desvalorizavam as suas demandas enquanto mulheres.

Aproveito aqui para enveredar pela trajetória da militante Izabel que me chamou a atenção pelo fato de que ela, mesmo fazendo parte de uma família que detinha posses, resolveu enveredar e somar na luta por melhorias nas condições de trabalho e de sobrevivência das trabalhadoras rurais. Ela foi uma das fundadoras do SEDUP, em fevereiro de 1981, na cidade de Guarabira (PB), local onde encontrei grande parte do material do MMT.

Conhecer Izabel foi um daqueles achados aos quais cabe apresentar o acaso como responsável. Esse fato ocorreu no ano de 2016, quando participei do IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB e ela prestigiou a apresentação do artigo¹⁶ que construí em parceria com outras duas colegas sobre o MMT e o MMB. Na ocasião do evento, ela falou-me da sua trajetória de militante junto a esses movimentos sociais, ofereceu-me o seu e-mail e, após iniciada esta minha pesquisa para dissertação de Mestrado, marcamos uma entrevista.

No decorrer da entrevista com Izabel permaneci atenta às suas expressões e falas e ela, do mesmo modo que Soledade, possuía um discurso cheio de detalhes, demonstrando ter propriedade sobre aquilo de que falava. Diante das coisas que vi e ouvi quando estava em sua companhia, recordei da colocação feita por Portelli (1997, p. 37):

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle

¹⁴ Entrevista concedida por para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014. Ver Silva; Souza; Ferreira, 2017.

¹⁵ Entrevista concedida à autora em 18 de abril de 2018.

¹⁶ Militância feminina na Paraíba: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo e Movimento de Mulheres Trabalhadoras no período entre 1980 aos dias atuais, com autoria de Janaína Vicente da Silva, Laianny Cordeiro de Souza e Maria Gabriella Florencio Ferreira.

sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante.

Da mesma forma, observo que os relatos orais de Izabel e das demais entrevistadas, são necessários para elucidação da história da participação das mulheres nos movimentos MMT e MMB, bem como, ouvi-las tem me permitido obter um aprofundamento do conhecimento sobre essa participação.

Izabel optou por associar-se às demandas de um grupo social que não era o seu de nascimento. Atuação essa que, como já afirmei, está, na maioria das vezes, ausente das narrativas tidas como universais; havendo, dessa maneira, a necessidade do trabalho de pesquisadoras/es que estejam dispostas/os e atentas/os para ouvir outras vozes.

Objetivando perceber outras vozes, tendo em vista que, conforme Zangelmi (2016, p. 141) “[...] o pesquisador realiza sua interpretação apoiado nas várias vozes que escuta em seu trabalho, que não podem ser suprimidas pela sua autoridade acadêmica e pelo seu controle sobre o texto”. Fui em busca das narrativas de Zefinha, Maria Preta, Cícera e Luzia que me receberam nos seus espaços familiares e que se dispuseram a falar sobre as suas experiências junto aos movimentos.

Meu contato com elas foi possibilitado a partir de um mapeamento inicial que fiz dos possíveis lugares e pessoas com quem poderia obter alguma informação sobre esses dois grupos com os quais me propus trabalhar. Na ocasião de uma visita à sede da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), na cidade de Guarabira, Ana¹⁷, que frequentou quando pequena, na companhia de sua mãe, reuniões e atividades desses movimentos, falou-me um pouco da ligação da sua mãe com essas atividades e aceitou me levar para conhecê-la, para que, ela própria, Zefinha, pudesse me relatar como as coisas aconteciam naquela época.

No nosso encontro, percebi o entusiasmo com que ela se referia às atividades que frequentou nos coletivos de mulheres. Neste momento, friso a afirmação de Delgado (2003, p. 22) “As narrativas possuem a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada. Como fontes para a construção do conhecimento histórico seu potencial é inesgotável.” Zefinha fez-me viajar pelas suas experiências através da exposição dos fragmentos que permanecem na sua memória. Ela, que não chegou a participar da coordenação de nenhum dos dois movimentos, era uma das tantas que ia para aprender e somar nas reuniões e atividades.

¹⁷ Integrante da CPT de Guarabira (PB).

A análise geral que faço do que Zefinha¹⁸ relatou sobre as coisas que foram feitas pelas organizações de mulheres é que eram atividades relevantes e necessárias diante do que se vivia. Mesmo ela não sofrendo restrições por parte do esposo, havia todo um empenho por parte dela para estar nas atividades, pois, era consciente do sofrimento das outras companheiras de militância. Essas encontraram nos movimentos de mulheres um espaço de apoio e esclarecimento sobre a necessidade de aglutinação e engajamento nas lutas pelo reconhecimento das questões que permeiam o feminino tanto no âmbito familiar, quanto nas relações de trabalho.

Foi nessa mesma visita, na Pastoral da Terra, que fiquei sabendo da existência de Maria Preta e de onde poderia encontrá-la. Na Pastoral da Terra, contaram-me sobre a relevância do trabalho de Inez Eunice Bassanezi no MMT e de Luzia para com o MMB, e ainda me foi indicada a Irmã Maria Naíse Leite que me possibilitou chegar até Cícera, por intermédio das informações do senhor Ricardo, agente comunitário de saúde, do Programa de Saúde da Família, do bairro em que Cícera mora.

Cícera não participou de nenhuma coordenação, ela apenas frequentou algumas das atividades do MMT, tanto pela influência de algumas pessoas que estavam no seu entorno, quanto pelo seu próprio entendimento de que havia necessidades que envolviam as mulheres e que juntas elas eram fortes. Na sua narrativa, mais elementos, particularidades e fragmentos do MMT ganharam forma e é assim que o passado se apresenta,

[...] como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e pares. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado. (DELGADO, 2003, p. 13-14)

Desafio que vem sendo realizado neste trabalho por meio da análise das múltiplas narrativas que vão sendo conectadas umas às outras. Em meio à tarefa de discussão e junção das narrativas reporto-me para a aproximação com mais uma narradora desta história, refiro-me a Maria Preta que, além de ir às atividades, chamava as suas colegas. Ela foi uma das representantes do MMT na sua localidade. A leitura que faço do que ela narrou¹⁹ é que as reuniões as divertiam e chegavam a ser até uma espécie de refúgio, pois, uma vez estando nelas, as mulheres conseguiam se distanciar dos problemas que lhes afetavam em casa.

A narrativa de Maria Preta aproximou-me do pensamento de Cléia Botelho da Costa, a qual afirma “[...] que a interpretação deve ultrapassar os limites do visível, estar atenta ao

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 19 de junho de 2018.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 24 de abril de 2018.

histórico social, ao cultural, às relações de poder, aos quadros sociais nos quais os temas e objetos da pesquisa se assentam.” (COSTA, 2014, p. 58) Desta forma, cenários e atitudes que outrora eram deixados de lado terão seus espaços garantidos.

Luzia, por sua vez, atual presidenta do MMT, seguindo na mesma perspectiva do discurso de Maria Preta, apresentou²⁰ os dois movimentos como sendo a porta para a libertação das amarras que prendiam e amordaçavam as mulheres. No MMT e no MMB, diferentemente ao que ocorria no ambiente doméstico, as mulheres eram tratadas de forma digna, tinham espaço para se expressar e exercer sua militância, bem como realizavam atividades recreativas e obtinham novos conhecimentos; desse modo, elevavam a sua autoestima.

Apesar de Luzia sinalizar problemas pontuados pelas outras entrevistadas, sua narrativa traz aspectos singulares que a marcaram no passado e que, no presente, ela se dispõe a relatar. Nesse sentido para Grossi e Ferreira (2001, p. 30), “[...] o sujeito que narra é portador de uma memória que esculpe, no tempo, uma história.” Dessa forma, a narração de Luzia e de outras pessoas que são entrevistadas é dotada de significados que, ao passar do tempo, vai ganhando outras formas, nuances e junções.

Para além das entrevistas gravadas e no sentido de me apropriar mais da temática envolvendo os movimentos e de levantar materiais que me ajudassem a compreender o clima e o espaço em que eles foram criados, fui ao encontro do casal Inez Eunice e Giuseppe Tosi, que forneceram informações relevantes e o material bibliográfico que tinham arquivado, inclusive, as suas dissertações de Mestrado. Inez chegou ao município de Guarabira (PB) no ano de 1981 para desempenhar a função de Assistente Social junto à Igreja Católica, ela trabalhou com mulheres relacionadas às atividades dessa igreja e assessorou o MMT. No decorrer da visita, apresentou-me informações sobre a estruturação do movimento, quem eram as mulheres que passaram a integrá-lo, como era produzido o material informativo, quais as reivindicações, quem eram as/os parceiras/os, como se deu o seu trabalho com essas mulheres, entre outras informações que colaboraram para um maior domínio do que estou me propondo a trabalhar.

Giuseppe aproximou-me do casal Margort Pessino e Camilo Pereira. Ambos tiveram trabalhos significativos em organizações (PEM e CODH) que nasceram vinculadas à Igreja Católica na cidade de Guarabira e se dispuseram a narrar informações sobre as ações desenvolvidas por eles na década de 1980, aproximando-me das experiências que, de um

²⁰ Entrevista concedida à autora em 29 de junho de 2018.

modo ou de outro, alcançaram as mulheres. As narrativas de Margort e Camilo apontaram elementos presentes na dissertação de Mestrado em Sociologia Rural sob título *Terra e salário para quem trabalha*: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano (1988) de Giuseppe Tosi. Os relatos de Margort e Camilo foram coletados numa visita e não foram gravados como as entrevistas da pesquisa, no entanto, utilizei os apontamentos desses relatos por corroborarem com as informações contidas nos registros de Tosi.

Ainda sobre o grupo de narradoras, registro a contribuição de Fátima e Céu. Fátima, que conheci através de Cícera, continua a prestar serviços para o SEDUP/Guarabira e foi lá que ela me recebeu e me concedeu²¹ a entrevista utilizada neste trabalho. Seu entrosamento com o MMT se deu através do Sindicato das Domésticas da cidade de Guarabira, órgão do qual foi presidente durante 10 anos, demonstrando, assim, que o movimento agregava mulheres para além da categoria de trabalhadoras rurais.

Céu, que esteve na formação inicial do grupo firmado na cidade de Pirpirituba, teve sua participação no MMT citada por Luzia, Cícera e Maria Preta. A sua colaboração²² neste trabalho dá-se no sentido de narrar suas experiências enquanto mulher, agricultora e integrante do MMT. A sua maneira calma de se expressar no decorrer da entrevista, faz-me refletir sobre o registro realizado por Yonne de Souza Grossi e Amauri Carlos Ferreira de que “A voz segue com cautela o deslindar do passado e pouco a pouco descreve experiências vividas. As palavras cartografam vivências a partir de um tempo ausente que se tornou presente pela linguagem.” (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 30) Dessa maneira, Céu, através do seu relato, traz para o momento presente suas experiências de outrora.

As minhas narradoras, de maneira geral, citaram, no decorrer dos seus relatos, algumas das reuniões e como o público para quem elas eram destinadas compareciam, assim como, o cenário que fez com que houvesse a necessidade de existência de organizações de mulheres. A seguir apresento parte do repente de Soledade que bem exemplifica a atuação e estruturação deste movimento:

Nosso MMT
É nossa ASSOCIAÇÃO
Nós Mulheres precisamos
Do Movimento em ação
Na luta pelos direitos
Dos quais temos precisão
[...]
Com uma coordenação

²¹ Entrevista concedida à autora em 29 de junho de 2018.

²² Entrevista concedida à autora em 07 de julho de 2018.

Atuante e preparada
Se trabalha os Municípios
Onde nossa Mulherada
Já enfrenta os sacrifícios
Sem sentir medo de nada.
(LEITE, 2016, p. 174)

O empenho do MMT em prol dos direitos das mulheres, descrito nos versos acima, até parecem ficção; todavia, são realizações que tenho encontrado na tímida documentação e nos relatos que me mostram elementos variados, mas que acabam se voltando para uma mesma ação, ou seja, a construção e efetivação do grupo MMT, que congrega mulheres trabalhadoras e alude às suas atividades laborativas, bem como, às suas identidades enquanto trabalhadoras, buscando melhorias das condições de trabalho e equivalência de tratamento em relação aos homens.

Um dos objetivos principais do MMT era buscar o **reconhecimento das mulheres como trabalhadoras** e reivindicar sua igualdade nas relações de trabalho assim como nas instâncias políticas de representação (associações, sindicatos e partidos). Mais desafiador ainda era lutar pela superação da discriminação da mulher na relação de gênero nos próprios movimentos sociais de trabalhadores rurais. (BASSANEZI, 1994, p. 10, grifo do autor)

Pautando essas bandeiras de luta acima, algumas participantes do MMT, como referido anteriormente, formaram mais um movimento, o MMB, que possibilitou a expansão da pauta e reunia mulheres de região específica da Paraíba que lutavam contra as regalias masculinas e posições sociais pré-fixadas.

3. REGISTROS, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO, ESCRITA E EFETIVAÇÃO DO MMT E DO MMB

3.1. Nuances da história e os caminhos para o florescimento dos novos sujeitos políticos e históricos do MMT e do MMB

O espaço para formação do MMT e do MMB foi alicerçado através de um trabalho irmanado entre setores da Igreja Católica de Guarabira e diversos sindicatos de trabalhadoras/es, que iniciaram ações para que as/os trabalhadoras/es tivessem direitos básicos e que estes fossem respeitados por seus patrões.

[...] aí tinha Dom Marcelo, foi um dos cabeças mesmo, era Dom Marcelo Bispo. Nesse tempo ele não era Bispo ainda, ele era só auxiliar, era um dos cabeças de ter trazido todo esse movimento; foi Dom Marcelo que trouxe pra aqui para Guarabira porque ele tava em tudo. Aí entrou padre Luís²³ que foi um grande companheiro, assim uma grande pessoa dedicada ao trabalho. [...] Aí depois veio padre Celestino²⁴, que também é italiano, aí foi quando chegou padre Cristiano e daí começou é..., esses movimentos, essas reuniões, essas reuniões que foi lançado, que eles foram perseguidos porque os patrões não queriam né? Os patrões não queriam que ninguém mostrasse a realidade po povo, porque os trabalhadores não sabiam de nada sob seus direitos, o direito dos trabalhadores não valia nada, os patrões só pensavam neles. (Fátima)

Para entender essa vinculação entre movimentos de mulheres, Igreja Católica e organizações, espriar-me-ei pela década de 1980 na Paraíba, onde havia significativa atuação de pessoas, entidades e movimentos sociais que não compactuavam com os rumos que vinham sendo dados ao país, posicionamentos que não se distanciavam do que ocorria em outras partes do Brasil e que foi viabilizado pelo momento vivido no país, em que movimentos sociais e organizações representativas criaram o clima propício para que categorias silenciadas se expressassem, afirmação que pude observar nos apontamentos que fiz do relato explicativo de Camilo Pereira e que se alinha à escrita de Giuseppe Tosi na qual

²³ Trata-se de padre Luigi Alberto Pescarmona, conhecido popularmente como padre Luís, Luí e Pescarmona. Padre de origem italiana que, em consonância com Silva (2014), chegou em outubro de 1966 nas terras brasileiras. Permaneceu por 11 anos em Teófilo Otoni/MG, período em que começou receber da parte de proprietários e jagunços ameaças de morte, sendo por este motivo transferido. Chegando em 1977 na Paraíba para atuar no âmbito da Diocese de Guarabira.

²⁴ Menção a padre Celestino Grillo (*In memoriam*). De acordo com a publicação realizada no dia 12 de fevereiro de 2019 no site da Diocese de Guarabira, padre Celestino era de origem Italiana. Em 1966 chegou a Teófilo Otoni/MG, de onde veio para trabalhar em Guarabira. Em dezembro de 1978, Dom José Maria Pires o nomeou padre cooperador da cidade citada, trabalhou ainda nas paróquias de Pirpirituba, Belém, Bananeiras e em outras. Sendo, em 1984, nomeado vigário geral, por Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Disponível em: <http://www.diocesedegarabira.com.br/pe-celestino-o-missionario-das-comunidades-das-familias-dos-jovens-e-das-vocacoes/> Acesso em 16 de fev. de 2019.

ele explana que “Nos anos 80, com o ascenso das lutas, os movimentos populares encontram, na nova conjuntura do país, espaços de expressão e fortalecimento, e o sindicalismo rural passa por um processo de renovação.” (TOSI, 1988, p. 141)

Essas atuações se encontram registradas na escrita de diversas/os pesquisadoras/es que se dispuseram a mostrar, como assim o fez o próprio Giuseppe Tosi aqui citado, que, apesar dos múltiplos desmandos daqueles que exerciam as funções coercitivas do Estado, havia empenho, organização e luta por parte daquelas/es que costumeiramente não apareciam na história escrita como sujeitos históricos, ou seja, as/os trabalhadoras/es e as camadas populares.

Segundo Vainfas (2009, p. 229), “Foi com o avanço da pós-graduação, de um lado, e a crise do regime militar, de outro, que a pesquisa histórica no Brasil pouco a pouco se abriu a estes novos campos.” No entanto, onde encontrar dados sobre essas/es personagens que não apareciam até então nos textos?

Escritas assim, que tratam sobre as camadas populares e as chamadas “minorias”, tiveram, em grande parte, destarte como acontece neste trabalho sobre o MMT e o MMB, a contribuição da história oral, que, para Thompson (2002, p. 28), “[...] está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático.”

A prática da História Oral, em que são gravadas as entrevistas, transcritas, analisadas e entrelaçadas numa narrativa escrita, tem sido o diferencial de vários trabalhos que começaram a ser aceitos e disseminados a partir do processo de redemocratização do Brasil. A utilização de tal recurso faz parte de um processo de mudanças mais amplo na área da história e adentra o Brasil alinhado, principalmente, aos trabalhos de história cultural na década de 1980.

Todavia, o caminho percorrido foi longo e a inexistência de espaço e o não interesse pelas narrativas de vida e de resistência das mulheres e homens comuns, o que as/os tornaram invisíveis, direcionou as/os pesquisadoras/es que ingressaram nesse propósito de registrar tais realidades para a realização de atividades de investigação que vão para além daquilo que era apresentado na documentação, ou seja, indo com maior criticidade às fontes, passaram a buscar por aquelas/es que estavam na documentação, mesmo que nem sua imagem nem qualquer palavra sobre elas/es aparecesse ali; movimento esse que a história cultural colaborou para que as/os pesquisadoras/es/historiadoras/es se aprofundassem e está sendo considerado nas etapas de investigação deste trabalho.

Nessa perspectiva, o pesquisador é um caçador do invisível, é aquele que sai em busca daquilo que não foi dito, daquilo que não está escrito, com o propósito de ampliar o seu campo de interpretação e de se aproximar cada vez mais da voz do narrador. Sua tarefa, no momento da interpretação, é também destrinçar o oculto que se esconde no visível, é ir além dos limites da visão. O oral, o escrito e o imagético carregam em si o não dizer; cabe ao pesquisador abrir as portas para a obscuridade do que não pode ser dito com palavras, mas pode ser decifrado por detrás dos gestos, do olhar, dos sons das palavras, dos silêncios, pela via da imaginação e da subjetividade. (COSTA, 2014, p. 51)

As/os pesquisadoras/es historiadoras/es que detêm tais preocupações são aquelas/es que registram os detalhes; no entanto, vão para além deles, buscando pelo ignorado e inaparente. Ao levar em consideração isto, enveredei-me por entre os mínimos indícios no sentindo de encontrar vestígios sobre fatos ainda desconhecidos do período de constituição e atuação do MMT e do MMB,

Primeiro, porque por meio desses ‘espiãs’, que são os “indícios”, abre-se o acesso a um conjunto de realidades até há pouco tempo simplesmente *ignoradas* pela história e pelas ciências sociais anteriores. Realidades ignoradas, às vezes por seu caráter fugidio ou inacessível, ou pelas dificuldades que implicava a escassez de testemunhos, de fontes, de pontos de apoio para seu conhecimento; porém, em outras situações, realidades ignoradas também por serem abertamente desprezadas, marginalizadas, reprimidas e silenciadas pelos poderes dominantes e pelos discursos hegemônicos. (ROJAS, 2012, p. 155)

Essas “realidades”, ao passo que vão sendo pesquisadas, como aconteceram com os feitos do MMT e do MMB, vão ganhando forma, principalmente, por meio da fala daqueles que, de algum modo, participaram das atividades que lhes dizem respeito e, dessa maneira, concordo com a afirmação de Grossi e Ferreira (2001, p. 26)

Nosso objetivo, como pesquisadores, é trabalhar narrativas que ganham voz na fala de seus sujeitos. Mas pretendemos ir além da teia instigante dessa forma discursiva. Desejamos pontuar, entre o momento da fala e o eternizar da escrita, desvãos que vazam no tempo o sentido da existência. Desejamos sondar, na memória que se abre à escuta, ecos de lembranças sepultadas. Almejamos tecer, no brilho da história contada, uma nova tapeçaria textual.

A possibilidade de elaboração como a acima citada e a sua apresentação ao coletivo traz ganhos para as/os pesquisadoras/es em geral e demonstram parte dos diversos caminhos e mudanças que ocorreram a partir da década de 1980 no Brasil, a exemplo dos direcionamentos dados às pesquisas e às escritas. Com relação aos movimentos, permitem a apresentação dos novos posicionamentos de certas entidades e, já citando aquelas que fazem parte dessa discussão, tem-se a Igreja Católica, os sindicatos, as associações, dentre outras,

bem como, a insurgência das crescentes mobilizações, o aumento da participação popular e outros.

Voltando-se, mais especificamente, para os novos posicionamentos na Paraíba, no que concerne, ainda, no início dos anos de 1980, a Igreja Católica, seguindo um processo mais amplo de renovação, passa a desenvolver algumas ações em prol das/os trabalhadoras/es e funda, segundo Tosi (1988), em 15 de fevereiro de 1980, na cidade de Guarabira, a CPT²⁵, através da iniciativa da igreja representada por alguns padres e em parceria com o Centro de Orientação dos Direitos Humanos - CODH (1979), que já ofertava assessoria jurídica gratuita e fomentava a oposição sindical. Na sua composição, estiveram presentes Camilo Pereira, Cícero Leonardo, Maria de Fátima Barbosa, Izabel Cavalcante e outros companheiros que atendiam o conjunto familiar dos trabalhadores, núcleo do qual as mulheres faziam parte e onde eram assistidas. A aproximação da Igreja Católica da classe trabalhadora

A CPT passa, então, a existir com o intuito de cuidar das problemáticas relacionadas à terra e para a prestação de orientação quanto as relações envolvendo a organização sindical e popular. No trabalho para a sua criação, destaco o empenho de Dom Marcelo Pinto Carvalheira que já vinha desenvolvendo trabalhos na cidade de Guarabira, desde o final da década de 1970,

[...] quando chegou Dom Marcelo em Guarabira, salvo engano, 76 mesmo, aí a gente começou um trabalho, ele veio, ele era muito amigo de Dom Hélder Câmara²⁶, a gente conheceu Dom Hélder. A arquidiocese da Paraíba, de Guarabira não era diocese ainda, ele era bispo auxiliar. Dom José²⁷ era o bispo, o arcebispo. E a gente fazia treinamentos em Recife, treinamento pastoral; e lá nós conhecemos a linha da Regional Nordeste II, que a gente integrava, que era uma linha da Teologia da Libertação, era uma linha de defesa dos pobres, como Jesus pedia né? Aí começou o trabalho prático né? Começou o trabalho prático social, em conjunto com o movimento sindical, claro que eram independentes dos serviços, mas, nós tínhamos uma parceria, a gente tava, sempre estava prestando serviço a eles. (Izabel)

²⁵ De acordo, ainda, com Tosi (1988) em 1983 a CPT passou a se chamar Pastoral Rural.

²⁶ Natural de Fortaleza/CE, D. Hélder (*In memoriam*) era um defensor dos direitos humanos. Conforme publicação de 27 de agosto de 2014, da **Revista IHU On-line**, em 1931 ele foi ordenado sacerdote. Em 1952 foi auxiliar do cardeal do Rio de Janeiro e estava entre os responsáveis pela Conferência Episcopal Brasileira. E em 1964 foi nomeado arcebispo de Olinda/PE e Recife/PE. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/534680-recordando-dom-helder-camara> Acesso em 17 de fev. de 2019.

²⁷ Refere-se a Dom José Maria Pires (*In memoriam*). Segundo publicação de 28 de agosto de 2017, da **Revista IHU On-line** D. José era natural de Córregos/MG. De origem humilde seu pai chamava-se Eleutério Augusto Pires e sua mãe Pedrina Maria de Jesus. Foi nomeado Bispo em Diamantina/MG no dia 22 de setembro de 1957. Em 1965 assumiu como Arcebispo Metropolitano da Paraíba, nomeado pelo Papa Paulo VI. E na década de 1990 renunciou ao cargo por idade, passando a ser Bispo Emérito Peregrino. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/571087-jose-maria-pires-o-bispo-de-pes-descalcos> Acesso em 17 de fev. de 2019.

Nesta transcrição, Izabel menciona a linha da Teologia da Libertação que, assim como os movimentos leigos de ação católica (por exemplo, Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC)), aproximou a Igreja Católica mais das camadas populares e atuou resistindo à Ditadura Militar. Sobre esse tipo de atuação da Igreja Católica, ela enfatiza que, na região de Guarabira, foi importante a chegada de Dom Marcelo, que ficou à frente da Diocese fundada nessa cidade a partir de 1981 e nela foram realizadas atividades que apresentaram:

[...] como parte do seu trabalho pastoral, um compromisso de apoio aos movimentos populares, colocando à disposição sua infraestrutura (centros de treinamento, locais paroquiais, capelas), recursos (que podem tramitar através das Igrejas dos países ricos) e estruturas de “serviço” educativo e jurídico com pessoal especializado (advogados, educadores, assistentes sociais, técnicos agrícolas). Isto favorece o crescimento relativamente rápido das nascentes organizações populares. (TOSI, 1988, p. 156)

Assim sendo, é a partir da Igreja Católica nessa região que começam os trabalhos de criação, organização, convocação e alinhamento com projetos e entidades, a exemplo, do Projeto Educativo do Menor – PEM²⁸ (1977), do CODH (1979) já citado, dos sindicatos, das associações, dentre outros, que juntos formaram uma vasta equipe de trabalho para atuar em parceria com as/os trabalhadoras/es.

O PEM surge vinculado à Igreja Católica e era voltado para as famílias rurais e urbanas marginalizadas de acordo com os apontamentos que fiz da narrativa explicativa de Margort Pessino e que, também, são sinalizados por Tosi (1988, p. 163), “Criado em 1977, desenvolve um trabalho educativo e organizativo com os menores carentes e as respectivas famílias e comunidades onde vivem.” Nele mulheres/mães e crianças se reuniam para reivindicar espaços e direitos como, por exemplo, vagas nas escolas para as crianças. Os passos que eram dados a partir do projeto eram no sentido das pessoas caminharem para a autogestão. Era um espaço para as mães e as crianças se expressarem, darem a sua opinião e que esta fosse respeitada, isto é, oportunidade para que elas próprias escrevessem a sua história e não fossem massa de manobra.

Como vem sendo demonstrado ao longo deste tópico, os trabalhos, por sua vez, aconteciam em ambientes diversos,

²⁸ Baseada, novamente, nos dados apresentados por Tosi (1988) no ano de 1986 este projeto torna-se Projeto Comunitário e Educação Popular – PROCEP.

Havia encontro na Diocese de Guarabira, lá no Paulo VI que era geral das pastorais, que todos os animadores e chamadas comunidades eclesiais de base começou com isso, com as comunidades eclesiais de base²⁹. Por aí foram surgindo às áreas de conflito, aí ficou específico da CPT né? Direitos agrários na CPT. Foi criado o Centro de Orientação em Direitos Humanos que eu integrei como advogada, que defendia direitos, que dava assessoria jurídica aos sindicatos e que também dava assessoria jurídica aos conflitos agrários e às questões trabalhistas, era a parte jurídica, a parte de luta CPT e a parte de formação SEDUP né? (Izabel).

Foi seguindo a perspectiva de disponibilizar meios para reunir e organizar estas/es trabalhadoras/es que o Centro Paulo VI, seminário pertencente à Igreja Católica, pontuado no relato de Izabel, foi, então, transformado no Centro das Pastorais e nele foram feitas diversas reuniões destinadas às mais variadas categorias de trabalhadoras/es.

Nessa pauta de estruturas destinadas à realização de ações para com as/os trabalhadoras/es não se pode deixar de registrar a criação do SEDUP, fundado por incentivos da Diocese de Guarabira em 1981. Este órgão passou a receber as demandas das/os trabalhadoras/es, bem como foi o responsável pela aproximação com o movimento sindical, isto é, o propósito mais geral com o SEDUP foi, em consonância com Tosi (1988, p. 164), “[...] fornecer apoio educativo e metodológico ao movimento popular em seu processo de conscientização, organização e formação.” Este apoio se dava por meio da atuação comprometida de um grupo de colaboradoras/es, como Izabel assevera “[...] era irmã Valéria Rezende, irmã Consuelo, eu, depois vieram Giuseppe Tosi a esposa dele Inez, várias outras pessoas que vieram, Orlandil, é..., Zezinho que é José Barbosa, é..., Silvio, Lola,” (Izabel), dentre outros. Pessoas que fizeram a diferença e que, de modo mais próximo das/os trabalhadoras/es e para as/os trabalhadoras/es, conseguiram realizar significativos feitos, demonstrando na prática premissas presentes no projeto de renovação da igreja.

Semelhante a esse movimento de renovação da igreja, na década de 1980, há um movimento de autonomia/renovação dos sindicatos de trabalhadores rurais, fortalecido pelo momento de vigor dos movimentos sindicais em âmbito nacional que já vinham se expressando contrários ao sistema de exploração da classe trabalhadora implantado no Brasil, a exemplo das greves dos metalúrgicos do ABC paulista nos anos finais da década de 1970.

Sobre a nova atuação do sindicalismo rural:

Muito depois da fase de criação, em 1980, viveu-se no Brasil uma fase de renovação do sindicalismo, que constituiu em o sindicalismo retomar as lutas

²⁹ As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs “[...]contribuíram para criar uma experiência de participação popular e de formação de lideranças, e foram, durante o período de repressão, o espaço privilegiado de autonomia popular.” (TOSI, 1988, p. 158)

e as mobilizações. Reaparecem nesse momento padres atuando no movimento sindical e os trabalhadores reprimidos durante a Ditadura voltam às praças públicas com as mesmas bandeiras de luta: Reforma Agrária e Direitos Trabalhistas. (DUARTE, 2014, p. 68)

No Agreste paraibano, essa disposição diferencia-se do que ocorria na década anterior, refiro-me aos anos de 1970, período em que os sindicatos de trabalhadores rurais se encontravam cooptados por integrantes da classe dominante e nada faziam pelas/os trabalhadoras/es.

Não obstante, compondo o movimento de autonomia havia,

[...] uma proposta de renovação sindical, que tem sua origem num debate que se dá fora dessa instituição, gerando um grupo de oposição que busca a instauração de uma nova política voltada para os interesses daqueles a quem o sindicato representa de fato. A prerrogativa é a substituição dos dirigentes que não têm compromisso com os interesses dos trabalhadores rurais por legítimos representantes destes, retirados do seu seio a partir de eleições. (SILVA, 1995, p. 29)

Após a vitória das chapas de oposição em alguns sindicatos³⁰, o movimento foi se espraiando para outros e, através das novas posturas e direcionamentos, apesar da existência de conflitos internos, estes sindicatos de trabalhadores rurais começaram a ganhar a confiança da classe obreira rural que passou de modo lento, mas crescente, a se direcionar aos sindicatos em busca do apoio de que necessitava, principalmente, contra os abusos que eram cometidos pelos empregadores e para que juntos alguns direitos fossem alcançados.

Em relação às novas funções dos sindicatos, observo que, em conformidade com Tosi (1988, p. 140), “O sindicalismo de trabalhadores rurais passa a assumir este papel de novo mediador, somente nos anos 80, a partir da retomada das lutas e das mobilizações e da renovação do próprio sindicalismo.” Dessa maneira, passadas as eleições, tendo sido vencedoras as chapas opositoras, veio a consolidação das novas diretorias. A partir desse período, algumas mulheres, é bem verdade que inicialmente um número bem pequeno delas, passaram a frequentar algumas reuniões que eram realizadas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, mas não detinham a mesma autonomia para a fala que os homens, elas permaneciam caladas e, na sua maioria, iam apenas acompanhando seus companheiros que eram associados.

As limitações impostas às mulheres eram tantas que, segundo Millie Thayer (2001, p. 109), “Até meados dos anos 80 era negada às mulheres a condição plena de membro dos

³⁰ Conforme dados exibidos por Tosi (1988) a consolidação das oposições à frente dos sindicatos de trabalhadores rurais se deu por Belém, Pirpirituba, Araçagi, Mulungu e Caiçara.

sindicatos.” Assim sendo, até 1985, elas não podiam sequer se associar aos sindicatos, pois, apenas os homens tinham esse direito e essa foi uma das pautas de luta do movimento de mulheres que, na época, ainda não era um movimento autônomo, e sim, setor das mulheres da Pastoral Rural. Para alterar essa realidade, foi encabeçada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) uma campanha nacional em prol do direito das mulheres de se associar. Este movimento de mulheres criado em 1982 por trabalhadoras rurais interioranas de Pernambuco tinha objetivos e práticas semelhantes às desenvolvidas pelo MMT da Paraíba. Ainda em consonância com os registros feitos por Millie Thayer sobre este grupo citado (2001, p. 104), “O MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade.” Questões necessárias e urgentes que aproximavam as bandeiras de lutas dessas mulheres de diferentes localidades.

Apesar de restrições como as descritas acima terem se mantido por algum tempo; nos anos de 1980, como pontuado anteriormente, ocorreram relevantes avanços na sociedade brasileira, inclusive, com relação aos movimentos envolvendo as organizações populares, houve na região analisada,

[...] o crescimento e fortalecimento de vários movimentos populares, associações profissionais não estritamente rurais, como a associação das professoras municipais, a associação das lavadeiras e empregadas domésticas de Guarabira, e as associações dos pequenos produtores em áreas de assentamento e o começo de um movimento cooperativista de pequenos proprietários. (TOSI, 1988, p. 185)

Sendo este o cenário de trabalho que precedeu e se fez presente na formação dos dois grupos de mulheres; tendo em vista que as mulheres fundadoras do MMB de Alagoa Grande (PB), na sua maioria, já integravam o grupo de mulheres constituído um pouco antes na cidade de Guarabira e que depois ficará conhecido como MMT. A fim de apresentar estes percursos de formação e dando continuidade à arguição sobre as escolhas adotadas, seguem entrelaçadas algumas contribuições e possibilidades concernentes ao fazer da história e trechos das narrativas sobre as experiências iniciais destes movimentos.

3.2. Representação e memórias: contribuições para o registro da trajetória do MMT e do MMB

Seguindo meu propósito de trabalhar na perspectiva de representação³¹ do que foi a trajetória do MMT e do MMB em 1980, evidencio que as descrições relatadas nesta escrita são interpretações que partiram das narradoras que tiveram suas experiências lá atrás nesses eventos, bem como, interpretações minhas, por ter analisado as falas de cada uma delas e os fragmentos que encontrei ao longo da pesquisa nos escassos materiais sobre esses movimentos sociais.

Nesse sentido, como aponta Chartier (1991), a representação é algo único e a maneira que cada sujeito vai recebê-la, também, o será. Vejamos, pois, o relato de Zefinha, no decorrer da entrevista, quando eu falava sobre o MMT: “Agora eu não sabia de que era isso MT? [...] Eu não conhecia assim, esse nome assim, sabe? Eu achava assim que nós quando é rainha³² briga por terra. Eu fui de tudo.” (Zefinha) Ela participou de várias atividades do MMB e do MMT; na sua narrativa, as atividades destes grupos seriam extensões dos trabalhos do sindicato de trabalhadoras/es rurais da cidade de Alagoa Grande (PB) que tinha a frente Maria da Penha. Ela não os reconhecia pela sigla que aparece na maioria dos outros discursos e nos materiais que encontrei sobre eles. Entretanto, Zefinha incorpora ao seu relato nomes, datas, motivações do agrupamento e eventos que estão presentes em todos os outros discursos.

Desse modo, estando consciente de que existem diferenças entre o representado e a sua representação, reporto-me às considerações de Franklin Rudolf Ankersmit, para quem, “[...] não devemos confundir o representado de uma representação com o que é representado por uma representação – assim como não devemos confundir o sentido de um enunciado com o tema que está sendo tratado).” (ANKERSMIT, 2012, p. 221-222). Nessa perspectiva, o que é possível encontrar no decorrer desta pesquisa e de outras sobre a trajetória desses movimentos sociais, são fragmentos de acontecimentos que já fazem parte de um passado e não o próprio acontecimento em si da forma que ele ocorreu. Por isso, são passíveis de serem encontradas várias leituras, inclusive, divergentes umas de outras. A exemplo, citarei as narrativas que apontam quem iniciou o movimento de mulheres,

Porque, na realidade, quando a gente conheceu Penha ela já era já do sindicato, ela já vivia já nessa vida, já convidava a gente pra ir; então Penha foi a principal, que hoje em dia, hoje em dia, às vezes, aparece mulher que

³¹ Ver Chartier, 1991 e 2010; Burke, 1995 e Ankersmit, 2012.

³² No entendimento da autora a entrevistada utiliza a expressão no sentido de mulher forte e determinada.

diz, eu fui quem tomei conta, foi eu quem comandeí, foi eu que fiz isso, aquilo outro, é nunca não gente, falar é fácil, vamos vê quem começou.” (Zefinha)

Para Zefinha, Penha foi a responsável pela criação do movimento de mulheres na mesorregião do Agreste Paraibano. Já para Cícera, a organização de mulheres tinha sido iniciada e levada à frente por Inez³³, que detinha aproximação com o SEDUP e a Diocese de Guarabira. Cícera enfatiza que “Inez era a cabeça dessas coisas, era Inez, Ana Alice, Valéria, Izabel Sofia, uma que morreu [...], agora eu me esqueço do nome dela, [...] era esse povo todinho.” (Cícera)³⁴

Zefinha e Cícera não deixam de ter razão no que afirmaram, pois, Penha e Inez estiveram na formação inicial dos grupos e cada uma delas se destacou no trabalho que desenvolveu na sua região. Elas salientaram o que para cada uma delas configura em suas memórias como de maior relevância.

Essa ação acima pode acontecer porque os relatos contados por pessoas diversas, mesmo que seja sobre um tema idêntico, como no caso dessa representação sobre o MMT e o MMB, acontece de maneiras diferentes e de lugares sociais distintos. Nesse sentido, em consonância com Chartier (1991, p. 178), “É preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos.” Isto posto, é considerável que os sujeitos históricos façam as suas atribuições ao mundo em que eles estão inseridos e apresentem as suas narrativas a partir do seu lugar social, como o fez Izabel quando relatou sobre a sua militância,

Nas convenções que eu participava, muitas lutas aconteceram, elas foram protagonistas das lutas de terra, de forma muito, até mais forte acho que a maioria dos homens, elas eram maioria, elas começaram a ver que tinham questões delas né? Então começaram a se reunir e fundaram o MMT – Movimento das Mulheres Trabalhadoras. (Izabel)

Nesta explanação, Izabel pontua, a partir do seu lugar social, a relevância da atuação das mulheres nas diversas lutas em prol de direitos. Por conseguinte, independente da gradação de pormenores dessas narrativas, segundo Paul Veyne, o que singulariza os eventos “Não é a diferença de detalhes, seu conteúdo, o que são, mas o fato de que acontecem, quer dizer, de que acontecem num dado momento; a história nunca se repetiria, mesmo que vivesse a contar a mesma coisa.” (VEYNE, 2008, p. 22) Narradoras/es distintas/os, de forma peculiar, tratam os mesmos fatos sob suas próprias concepções.

³³ Ela se refere à Inez Eunice Bassanezi.

³⁴ Entrevista concedida à autora em 24 de abril de 2018.

No caso do MMT e do MMB, que chegaram a movimentar vinte e uma cidades³⁵ do Agreste e Mata Paraibana, os registros sobre suas atividades estão, em grande parte, dispersos nas memórias das mulheres que deles participaram, havendo a necessidade do registro destes fragmentos na escrita para que não se percam com o passar do tempo.

O ato de rememorar os feitos destes movimentos constitui uma ação de resistência à opressão e ao machismo que vitimou muitas dessas mulheres no passado e de encorajamento para que elas, outras mulheres, e a sociedade de modo geral não permitam que o machismo ou qualquer opressão dessa natureza se fortaleça no presente. Destarte,

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 55)

O agir para transformar faz parte da vivência cotidiana de sujeitos históricos, como é o caso dessas mulheres que organizaram e tiveram experiências ligadas a esses movimentos sociais. Desta forma, busco, como fez Emmy Duarte (2014), analisar, problematizar e interpretar os fragmentos de tais grupos. Logo, levo em consideração que

Faz parte da consciência histórica aprender a mesma coisa: não existe uma “correta” interpretação do passado, mas que o ato de interpretar é, em si, a expansão da experiência vivenciada por outrem, e da qual poderemos nos beneficiar. (GADDIS, 2003, p. 24-25)

Esse benefício referido por Gaddis pode acontecer de múltiplas formas e, dentre elas, a partir da apresentação de ações e situações que não eram do conhecimento das pessoas que não estavam presentes em determinadas realidades. Dado isso, esforço-me para agir conforme a indicação de Ankersmit (2012, p. 245), “[...] tecer dentro de um todo coerente a multiplicidade do passado.” E, nesse caso, em específico, coloco esse ensinamento em prática ao registrar os relatos de Izabel, Cícera, Zefinha, Maria Preta, Fátima e das outras vozes aqui presentes porque compreendo que suas trajetórias de militantes representam a luta pelo reconhecimento de um espaço social que, na década de 1980, era negado às mulheres.

[...] E formemo um movimento pequeno e depois foi formando mais grupo e crescendo o movimento com muito sacrifício porque não tinha liberdade; os maridos não deixavam e os filhos pequenos. Aí, quando as mulheres saíam de casa, eles dizia: – o que que essas vagabunda vai fazer no mundo, né? (Maria Preta)

³⁵ Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Areia, Araruna, Bananeiras, Belém, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Juarez Távora, Lagoa de Dentro, Mogeiro, Pilões, Pilõezinho, Pirpirituba, Sapé, Sertãozinho e Solânea.

Esse relato de Maria Preta, ao expor os discursos intimidadores dos maridos em relação às mulheres singulariza as experiências que foram motivadoras para as lutas de resistência destas mulheres no sentido de que suas ações no espaço da militância congregavam a resistência às imposições dos padrões com a resistência à violência doméstica, ou seja, elas se uniram nesses movimentos para enfrentar, sobretudo, as questões de gênero gritantes na região. Estas questões relacionadas ao gênero eram o centro das discussões e das lutas de outros grupos de mulheres. Dentre estes, está o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), constituído na década de 1980, que passou a ser denominado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no ano de 2004. No tocante às demandas envolvendo esse movimento, afirmam Giovana I. J. Salvaro, Mara C. de S. Lago e Cristina S. Wolff, que

No movimento social rural de mulheres em análise, lutas de gênero são empreendidas por suas integrantes desde a primeira metade da década 1980. Questões de gênero e classe se apresentam como importantes mobilizadores de militância política, constituição de sujeitos e subjetividades. (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2014, p. 53)

Estes sujeitos (mulheres), estando mais esclarecidos das questões que os envolviam, conectavam-se porque assim eram mais fortes. A entrevistada Zefinha enfatiza a importância da união das mulheres nos referidos movimentos:

Porque é aquela coisa, depois que a gente conversa, que a gente vê que tá assim mais seguro, ... porque antes, a gente acha o que? Se eu fizer isso o marido vai bater em mim. Porque batia mesmo, mas, depois que a gente conversa com outra, a gente fica mais à vontade, a gente fica mais solto pra conversar, a gente perde muito aquele medo que a gente tinha; que antes o medo era muito grande, porque os homens batiam mesmo e depois mesmo que eles quisessem ameaçar..., mas, eles tinham medo porque eles sabia de que a gente tava envolvido numa organização que poderia denunciar ele. Qualquer coisa ele poderia né? Não se compara quando a gente tá solto, sozinho jogado lá no canto, de que quando a gente tá organizado. Como diz, a união faz a força e isso é a coisa mais certa. A união faz a força. (Zefinha)

Como se observa na transcrição acima, ao unirem-se, as mulheres não apenas obtinham voz para denunciar a hostilidade da qual eram vítimas no ambiente doméstico como as tornavam mais seguras perante os maridos que passavam a temer a delação dos seus atos abusivos. O apoio que elas encontraram umas nas outras foi responsável por romper barreiras e “quebrar correntes”, em meio a uma sociedade que pregava ser natural o fato das mulheres viverem silenciadas, sem poder questionar aquilo que era imposto para elas, mesmo que isso lhes causasse sofrimento.

Assim, procuro realizar aquilo que F. R. Ankersmit aponta como sendo aspiração das/os historiadoras/es, ou seja, “Quando um historiador constrói sua narrativa, ele seleciona aquelas declarações que pensa serem melhores guias para um entendimento do passado.” (ANKERSMIT, 2012, p. 50-51) São aquelas declarações que, depois da coleta de dados, sobressaem-se pela concentração de detalhes.

Desse modo, enveredo-me nas estruturas sobreviventes do MMT e do MMB, pois, em concordância com Gaddis (2003, p. 57), “[...] os historiadores também iniciam pesquisas com estruturas sobreviventes, sejam arquivos, artefatos ou mesmo memórias.” Essas estruturas são, nesta pesquisa, as principais fontes a que recorri para dar resposta às minhas indagações, lembrando que

A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as infinitas feridas, mas, ao mesmo tempo, ela deve reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio, o qual supõe o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e as circunstâncias constrangedoras que eles ignoram, assim como a produção de um saber possibilitada por operações controladas por uma comunidade científica. (CHARTIER, 2010, p. 12)

Da mesma forma que as considerações acima, o trabalho com memórias no decorrer dessa pesquisa, detém tanto a função de registro de fatos passados quanto de identificação de resquício presentes como acentua Verena Alberti, dá-se a partir da “[...] possibilidade de se tomar a ação de constituição de memórias como objeto de estudo.” (ALBERTI, 2014, p. 36). Elas foram acionadas mediante as recordações no momento da entrevista.

Assim, empenho-me em analisar as intenções que podem surgir das mais variadas maneiras e, dentre elas, por meio dos silêncios que, em certas ocasiões, é o modo pelo qual se pode fugir de certas dores e infelicidades. Demonstrando que, tal como argumenta Farge (2011, p. 22), “O historiador é também o vigia dos interstícios por onde entra em cena a infelicidade dita ou sufocada.” Sentimento proporcionado pela opressão que se fez presente na vida das mulheres que constituíram e que buscaram forças junto aos movimentos sociais como relatado, em entrevistas, pelas integrantes destes coletivos: Soledade, Izabel, Zefinha, Cícera, Maria Preta, Fátima, Luzia e Céu.

O MMT e o MMB tiveram muitos empecilhos no decorrer da década de 1980, período inicial de sua atuação. Dentre os principais obstáculos, estavam os latifundiários, a sociedade conservadora e a Ditadura Militar, todos esses não viam com “bons olhos” a existência de agrupamentos de mulheres atuando pelas ruas. Sendo perceptível, o entendimento de Susel Oliveira da Rosa de que “Em meio à ditadura, os tiranos não apenas fomentaram a angústia,

mas reprimiram duramente aqueles que se insurgiram”. (ROSA, 2013, p. 75). Dessa maneira, elas tiveram que pensar em formas de driblarem essas interdições, ponto que tratarei mais adiante.

3.3. Da coordenação à colaboração do MMT e do MMB

O grupo que deu origem ao MMT foi criado por um pequeno agrupamento de mulheres, entre 1981-1982³⁶, no município de Guarabira (PB), para dar resposta às demandas das mulheres que viviam em áreas que compõem as microrregiões de Guarabira e Sapé, inseridas nas mesorregiões do Agreste e da Mata Paraibana.

Essas mulheres são as mesmas mulheres que já estavam nas lutas gerais, né? Elas não surgiram só. Algumas talvez, mas, a maioria já estava nas lutas. Foi apenas uma forma de que as mulheres lutavam, lutavam, mas elas tinham reivindicações que eram delas e que não era só reivindicação econômica que devia que prevalecer. [...] (Izabel)

De acordo com Izabel, em consonância com o relato de Maria Preta, esse grupo de mulheres que deu início ao MMT tinha ligações com os trabalhos sociais que eram realizados pela CPT, da cidade de Guarabira (PB); essa afirmação, também, coaduna com a narrativa de Cícera quando ela indica Inez como organizadora das atividades deste movimento e diz que “[...] ela era ligada à SEDUP, ligada à Diocese, tudo isso, era combinado com Dom Marcelo. Tudo isso era combinado com Dom Marcelo, Pade Adelino³⁷ e Pade Luí.” (Cícera). Nas perspectivas de Cícera, Izabel e Maria Preta, o MMT era um agrupamento que estava alinhado aos trabalhos da CPT, no entanto, ele ia para além desses trabalhos, isto é, sob a iniciativa de algumas mulheres, foi dado enfoque às questões relacionadas ao feminino.

Este enfoque é abordado no relato de Maria Preta sobre a formação do movimento e sua entrada nele:

³⁶ Os registros que tive acesso mediante esta pesquisa divergem com relação à data de início deste grupo. Emmy Duarte na sua dissertação de Mestrado (2014) aponta como sendo o ano inicial do movimento 1981 registro que corresponde ao relato de Fátima e Luzia, já Maria Preta no transcorrer da entrevista afirma que foi em 1982, relato que coincide com as informações da dissertação de Mestrado (1998) de Tosi e documento da direção do MMT arquivado no SEDUP, da cidade de Guarabira (PB), cuja imagem está no anexo C deste trabalho.

³⁷ Trata-se de padre Francisco Adelino dos Santos, natural de Belém/PB. Este foi padre da cidade de Guarabira, quando na década de 1980, segundo relato de padre Cristiano, publicado no dia 05 de maio de 2016, no *site* da Diocese de Guarabira, teve que exiliar-se em Roma, pois estava sendo perseguido pelo esquadrão da morte. Disponível em: <http://www.diocesedegarabira.com.br/em-vida-padre-cristiano-muffler-contou-sua-historia-de-vida-veja/> Acesso em 16 de fev. de 2019.

Primeiro, foi quando já tava uma organização de cinco mulheres que saíram³⁸ da CPT, elas trabalhavam na CPT, na Pastoral da Terra, quando elas iam para os encontros, elas viam que os homens, que toda vida foi a maioria, não dava muito valor, assim né? Como mulher, elas se sentiam como escanteada, aí elas pegaram prestavam atenção, como é que elas tavam sendo na CPT e disse assim: – vamos criar um movimento pra nós ter mais vez e conversar mais com mulher, disse vamos! Aí criou-se o movimento. Neuzinha, a mulher de Dé de Pirpirituba, Céu que era de Pirpirituba, Dona Lia do Riachão que é de Araruna, Dona Lia, Céu, Cerise e Antônia Candido, essas daí. As cinco mulher começou convidar pessoa para formar, para trabalhar mais, fazer grupo de mulher, começaram fazer grupo para crescer né... a participação da mulher. Aí eu recebi o convite, quem me mandou lá foi até Vicente. – Maria tu não quer participar de uma reunião lá em Pirpirituba não? Que as meninas mandaram eu procurar uma pessoa aqui de Araçagi [...] (Maria Preta).

A menção feita no trecho acima diz respeito a Vicente Barbosa da Silva que, na época, detinha intenções de presidir o sindicato de trabalhadoras/es rurais da cidade de Araçagi/PB. Segundo Socorro Barbosa citada, por Rayane Aquino Borges, a aproximação de Vicente a este cenário ocorreu da seguinte forma:

Em 1985, um grupo de mulheres se reuniam em várias comunidades para buscarem, em luta, a sindicalização das mulheres no Sindicato Rural dos Trabalhadores de Araçagi. Mas os homens não queriam. Daí foi feita um grande movimento para apoiar um presidente do sindicato que pudesse apoiar a luta das mulheres e foi aí que apoiamos Vicente Barbosa da Silva como presidente. Ele ganhou a eleição dando todo apoio à luta das mulheres dentro do próprio sindicato. Mensalmente tinha uma reunião nas comunidades e na última quarta-feira de cada mês, reunião no sindicato. Nesta reunião se discutia sobre saúde, educação, transporte escolar e trator para cortar as terras dos trabalhadores. E no último domingo de cada mês se reunião [sic] os homens e mulheres no sindicato para levar as propostas para serem aprovadas em assembleia. [...] (SOCORRO BARBOSA/MMT apud BORGES, 2014, p. 35)

O trabalho de Vicente à frente do sindicato citado fortaleceu a realização das atividades do MMT. Inclusive, como relatou Maria Preta, o convite para a sua participação no grupo que originou o MMT foi efetuado por Vicente a pedido das primeiras organizadoras deste grupo, tendo iniciado a sua atuação em 1982. Ela salienta que o movimento de mulheres surgiu a partir da insatisfação delas por se sentirem “escanteadas” na CPT. Nesse momento inicial, o coletivo era pequeno e, desse modo, foram intensificadas as estratégias para conseguir aumentar o número de suas integrantes;

[...] conversamos como era que a gente ia organizar e fiquemo com uma articulação de mulheres, criamos uma articulação de mulheres. Quem vai

³⁸ No sentido de que se conscientizaram a partir das experiências que tiveram nos trabalhos da CPT, resolvendo daí em diante montar o grupo. E não no sentido de rompimento com a CPT, como a palavra dá a entender.

conversar com quem, quem vai pra onde? Vamos dividir assim, vamos conversar com mulher dos outros municípios, trazer mulher de Sapé, trazer mulher de Lagoa de Dentro, de Duas Estradas. Aí Cerise era de Duas Estrada, Céu de Pirpirituba, Dona Toinha de Araruna, Dona Lia, também de Araruna.

[...] em cada município a gente tinha duas coordenadoras. Sim, o movimento era só movimento sem ter coordenação, aí vamo criar coordenação. Aí cada município tinha duas. Araçagi: eu e Socorro; já fazia dois anos que eu participava do movimento, aí Socorro entrou, aí já entrou como coordenadora eu e Socorro. Sapé tinha duas: Angelita e Dona Antônia. Na Cacimba de Dentro: Lucileide e Vanete. Em Duas Estradas: Zefinha, que mora em Violeta e Cerise. Em Guarabira tinha, qual era de Guarabira? Eu não me lembro, eu sei que era Irmã Leal, era, e tinha já Inez que era de Guarabira e levou mais uma que ficou na coordenação, que aquela Lúcia já veio entrar na coordenação já depois. Eu me esqueci, mas as coordenações começaram criar grupos de mulher. (Maria Preta)

Nesse fragmento, Maria Preta destaca como ocorreu a organização das coordenações que eram as representações do movimento em cada localidade, demonstrando a capacidade de organização do grupo em prol do recrutamento de mais mulheres. A ação de integração das mulheres ao movimento passou por algumas dificuldades, a exemplo das objeções por parte dos maridos e do fato das mulheres terem filhas/os pequenas/os que não tinham com quem deixar. Apesar disso, esses empecilhos não foram suficientes para barrar a formação do grupo e sua criação ocorreu no período denominado Década da Mulher (1975-1985), estabelecido, assim, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sobre essa formação inicial do MMT, comenta Duarte (2014, p. 84):

[...] o MMT/PB surge na década de 1980, no bojo de um debate nacional, tanto no âmbito do feminismo como da Reforma Agrária. Sua prerrogativa para os embates de gênero estabelecem pautas específicas de classe, como: a dupla jornada de trabalho, o salário inferior e os valores do machismo para as mulheres.

Estas questões descritas por Emmy Duarte já eram levantadas por movimentos feminista e de mulheres espalhados pelo mundo. Ao passo que as mulheres do MMT começam percebê-las e pautá-las, ampliam os seus horizontes no que diz respeito à luta política. É por meio de tais pautas do feminismo que, de acordo com Millie Thayer (2001, p. 103), “[...] as mulheres rurais se envolvem com uma gama de militantes feministas, de localizações diversas, em relações constituídas tanto pelo poder quanto pela solidariedade.” Elas passaram a trocar experiências e conhecimentos diversos e, dessa maneira, foram tendo acesso a um mundo exterior que antes desconheciam. Cada mulher militante, a seu modo, foi contribuindo para as modificações que impactaram tanto na sua vida quanto na vida de outras mulheres.

Como exemplo de mulher militante paraibana, Izabel, que se engajou desde os anos de 1970 nas lutas a favor das/os trabalhadoras/es rurais e das/os menos favorecidas/os, buscou melhorar a vida das mulheres, tendo a sua graduação em Direito enriquecido a sua atuação de militante, pois, possibilitou que ela prestasse assessoria jurídica junto aos sindicatos rurais e movimentos sociais, nas microrregiões do Brejo e Curimataú da Paraíba, contidas na mesorregião do Agreste paraibano.

No excerto seguinte, a própria Izabel discorre sobre as questões enfrentadas na época,

[...] começou assim vendo isso, a questão da mulher. Como posseira a mulher não podia se aposentar se o marido fosse aposentado, mesmo ela também sendo trabalhadora rural. Era um absurdo. A gente lutou contra isso, é..., a mulher, ela quando tava grávida trabalhava na cana era levada nos caminhões junto com as ferramentas de trabalho, não havia lugar de amamentação [...] (Izabel).

Situações injustas e até desumanas vivenciadas pelas mulheres nas relações de trabalho e que não se diferenciavam em quase nada dos tratamentos que a maioria das mulheres recebia no âmbito doméstico, onde os maridos menosprezavam seus atos, como nos conta Maria Preta sobre o que eles diziam: “[...] só é besteira, só é doidiça, que mulher não faz nada que preste.” (Maria Preta). Então, o que foi feito para desmotivar e diminuir elas, foi convertido pelas mulheres em estímulos que serviram de base para a criação de uma organização sediada na cidade de Pirpirituba (PB) que visava o empoderamento das mulheres e a abertura de espaço para discussão e firmamento de estratégias a fim de minimizar os atos machistas, opressores e violentos. Pois, segundo Sales (2007, p. 442), “É também no grupo que elas começam a rever suas relações e a perceber as desigualdades entre homens e mulheres.” Tendo sido por meio da atuação do MMT que muitas mulheres foram esclarecidas e encorajadas a fazer frente a estas desigualdades.

O MMT foi desenvolvendo suas atividades até que, em 12 de agosto de 1983, foi morta mais uma mulher, refiro-me ao assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves³⁹, na cidade de Alagoa Grande (PB). Após este episódio, como informa Cícera, houve um

³⁹ A atuação de Margarida Alves em prol de direitos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais foi interrompida quando sua vida foi ceifada na porta da sua residência. De acordo com Silva (2014, p. 30) “Margarida foi uma das mulheres pioneiras na luta por direitos trabalhistas no campo, suas lutas em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais geraram vários conflitos, pois seus discursos e ideias confrontavam com os interesses dos grandes latifundiários. Esses confrontos resultaram em sua morte, Margarida foi assassinada em sua própria residência por jagunços por ordem de fazendeiros.” Este crime motivou e continua impulsionando a realização da Marcha das Margaridas, uma das mais expressivas marchas de mulheres no Brasil, tendo ocorrido em 12 de agosto dos anos 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015.

aumento das mobilizações: “[...] aí foi que aumentou mesmo em Alagoa Grande; menina quando a gente ia em Alagoa Grande, a gente tinha até medo⁴⁰.” (Cícera)

O resultado de tudo isso, conforme afirma Soledade, foi a criação de mais um grupo de mulheres, “Depois da morte de Margarida a gente viu a necessidade de fundar um movimento de mulheres; aí a gente fundou, a gente criou o MMB” (Soledade)⁴¹.

Este coletivo citado por Soledade foi fundado em 1986 por mulheres da cidade de Alagoa Grande (PB), seguia a mesma linha de atividades do outro agrupamento já existente, com seminários, cursos e palestras e detinha objetivos que se aproximavam.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo desenvolve um trabalho de formação destinado às mulheres das bases rurais, geralmente pequenas agricultoras. O principal objetivo deste movimento é fazer a articulação das mulheres junto ao sindicato sem deixar de lado as questões especificamente femininas. A fundadora desde [sic] movimento foi uma líder sindical paraibana, Maria da Penha do município de Alagoa Grande. (GUIMARÃES, 2012, p. 9, grifo do autor)

Desse modo, o MMB articulava as mulheres nas lutas alinhadas aos sindicatos de trabalhadoras/es rurais, dando ênfase às reivindicações contra os privilégios masculinos e pela ascensão feminina a determinados lugares sociais. Visando a integração de mulheres nesse grupo, Maria da Penha convidou Zefinha para somar nas lutas de resistências que seriam firmadas pelo MMB. Essa aproximação entre elas se deu no sindicato de trabalhadoras/es rurais quando o marido de Zefinha precisou da assessoria do sindicato,

[...] quando chegemos lá no sindicato, a gente foi muito bem recebido por Penha, por Zé Horácio⁴². E então, a partir desse momento aí Penha disse vamos botar Zefinha, vamos fazer o grupo de mulher, um negócio aqui e a gente vamos botar Zefinha. Zefinha dá pra andar com a gente. Então..., e a partir desse momento, aí a gente começou né? Aí eu fiz amizade com Penha, com Margarida, é... Soledade, é... Aquela outra, Luzia. (Zefinha)

O MMB foi constituído pelo empenho dessas mulheres citadas na narrativa de Zefinha e por outras, a exemplo das mencionadas por Luzia: Ilda, Glória, Marlene, Zefinha, Nice, Maria Benvinda e Cida. Este grupo realizou algumas de suas atividades em conjunto com o MMT, isso devido à proximidade das integrantes, da linha de atuação e por algumas mulheres terem feito parte deste outro movimento antes da criação do MMB, tal como sinaliza Luzia

⁴⁰ O medo que ela se refere é pelas proporções das manifestações.

⁴¹ Entrevista concedida por Soledade para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Dr.^a Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014. Ver Rosa, 2015.

⁴² Trata-se do marido de Maria da Penha Nascimento Silva.

sobre essa integração, “[...] quando o MMB foi criado aqui em Alagoa Grande a gente⁴³ já participava do MMT em Guarabira.” (Luzia)

Dentre os eventos que reuniam estes grupos, estavam as caminhadas no dia 8 de março e as atividades realizadas no Centro Paulo VI que concentrava um número significativo de pessoas e foi descrito por Ana como sendo: “[...] um centro de formação; também, era todo igual, tinha o canto onde funcionava a plenária né? Com cadeiras. [...] Tinha a agenda cultural, tinha os debate. Aí tinha, assim, quartos com camas, com colchões, com tudo.” (Ana)⁴⁴

As mulheres que frequentavam essas atividades e que compunham os dois coletivos buscavam uma sociedade onde a liberdade de expressão e os direitos fossem igualitários para homens e mulheres, como é demonstrado na figura a seguir pelas faixas similares às dos concursos de beleza que elas levavam consigo, contendo palavras de ordens (Direitos Iguais, Educação...), numa caminhada realizada no dia 08 de março de 1986, em Guarabira (PB). Friso que esta estratégia utilizada visa chamar a atenção para as pautas e promover a comunicação com a sociedade em geral.

Figura 01 – Mulheres carregando faixas com reivindicações em passeata na cidade de Guarabira (1986)



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986.

⁴³ Ela se refere a Soledade, Penha, Margarida e a si mesma.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 19 de junho de 2018.

A passeata ilustrada na figura acima em que as mulheres se encontram de braços e mãos dadas numa postura de união e protesto, registrada por Maristela Maffei, fez parte das atividades do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, evento que terá suas atividades reivindicatórias discutidas no capítulo seguinte.

Manifestações semelhantes ocorriam e ocorrem em vários locais do mundo no dia 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, que é uma data unificadora das lutas por direitos para as mulheres. Na Paraíba, forças canalizadas por intermédio dos movimentos MMT e MMB foram responsáveis por relevantes ganhos na vida das mulheres, como conscientização de que elas se tratavam de sujeitos de direitos, redução dos atos de violência, dentre outros.

As colaboradoras e coordenadoras desses dois movimentos que aqui estão sendo trabalhados propalaram conscientização e novos conhecimentos para as mulheres através de diversas atividades coletivas e posturas de resistências frente às imposições que lhes eram aplicadas.

4. PRÁTICAS COLETIVAS E POSTURAS DE RESISTÊNCIAS PAUTADAS PELO MMT E MMB

4.1. A organização das atividades coletivas

Nosso trabalho diário
Feito em articulação
Se trabalhando nas bases
Marcando reunião
Se agendando as viagens
Fazendo plano e ação
(LEITE, 2016, p. 175).

Este poema de Soledade expõe, resumidamente, a sistematização das ações do MMT. No início, houve empenho para assegurar que outras mulheres, para além do pequeno grupo idealizador, conseguissem chegar nas reuniões que passaram a ser organizadas, tendo em vista, os entraves que eram colocados. Céu pontua o começo destes trabalhos

[...] no dia que nós marquemos não apareceu nenhuma [das mulheres] dos companheiros, mas nós não ficamos queta, nós convidamos outras mulher agricultoras que nós conhecia, então..., mas no dia deu nove mulher e nós, mais três, [...] parecia que era uma coisa permitida né? Aí, dessas nove mulher, as mulheres levantaram tanto pobrema, disseram tanta coisa que nunca os sessenta homens⁴⁵ levantaram. Os problemas da família, os problemas do dia-a-dia e os problemas da responsabilidade da família, da alimentação e de tudo né? De tudo. Aí nós ficamos filiz com essas mesmas, com essas nove mulher, e daí nós marquemos outra reunião no próximo mês, e daí iniciou [...] (Céu).

No encontro relatado, a entrevistada enfatiza que as nove mulheres levantaram problemas estruturais das famílias, que eram significantes para elas, porém inexistentes ou irrelevantes para os homens, que se reuniam em quantidade expressiva.

Nesta reunião e nas subseqüentes, as mulheres encontraram espaço para falar das suas próprias dificuldades, dos seus desejos, daquilo que elas não se sentiam à vontade ou não tinham espaço para tratar com os homens. Elas começaram a aprender coisas novas umas com as outras, num movimento de interação que foi libertando-as dos muitos medos. Ao passo que as mulheres, nas diferentes cidades, foram aderindo ao movimento, as reuniões começaram a acontecer nos municípios onde se localizavam algumas integrantes,

⁴⁵ Estes homens citados por Céu foram os que participaram de um evento sindical no Paulo VI, na cidade de Guarabira, em que estavam presentes ela, Neuzinha e Cerise.

[...] tinha os grupos nos municípios e tinha os encontros municipais, tinha a visita das casas, eu andava essa Araçagi a pé mais Socorro, de ponta a ponta. Açude do Mato, Barra de Espingarda, Mulunguzinho. Tinha uma pessoa nossa, em cada sítio desse, fazia um encontro de mulheres do município aí de cada comunidade vinha duas, três, aí a gente escolhia uma para ficar responsável pela aquela comunidade. Mulunguzinho, Chica de seu Mané, Mané Tito, Dona Francisca; em Canafístula já era eu e Socorro para chamar, pra convidar as outras pra levar pra os eventos. (Maria Preta)

As coordenadoras de cada comunidade e dos municípios realizavam visitas e convidavam outras mulheres; construía, coletivamente, as pautas das reuniões e recebiam as visitantes nestes momentos com rodas de conversas, repentes, peças de teatro, lanches e etc. Maria Preta narra que “[...] em Araçagi, nós dava café, nós fazia almoço lá no sindicato⁴⁶, que é a sede do sindicato dos encontros municipais... era. Aí dali daquele encontro, na agenda nós já maicava tal dia na casa de fulana, tal dia na casa...”. (Maria Preta) Dessa forma, as organizadoras atuavam não apenas na mobilização das mulheres, bem como providenciavam a estrutura essencial para o acolhimento das participantes.

Como o movimento, logo de início, possuía poucos recursos financeiros, os alimentos para os encontros locais eram ofertados pelas próprias mulheres que iam participar. Ainda segundo Maria Preta, ao realizarem as reuniões, “[...] a gente fazia assim, nós mulheres, cada uma que levasse da sua terra, se pudesse, aí eu levava manga, laranja, macaxeira, feijão...”. (Maria Preta) Cada qual contribuía com produtos que dispunha com mais facilidade. O que levavam era compartilhado com o coletivo num momento de descontração e pausa para o lanche.

A partir dos encontros locais, organizavam-se os grupos que iam para os encontros maiores que buscavam reunir todas as integrantes num só espaço para um momento de articulação, interação e aprendizagem:

As mulheres trabalhadoras realizavam os treinamentos pá orientação: encontro de saúde, encontro... Todas assembleia, no final do ano, tinha bastante seminário, de três em três mês, tinha uma reunião com toda... Com todo o povo, todas companheiras que fazia parte, que era sócia do movimento, que ali a gente fazia um estudo do que tivesse acontecendo no país sobre a previdência, o que tivesse acontecendo como hoje né? (Céu)

A realização desses eventos citados acima exigia a preparação de materiais impressos. Tais materiais e toda a parte de registro escrito do movimento eram produzidos, inicialmente, com apoio do SEDUP e depois na própria sede do MMT, na cidade de Pirpirituba.

⁴⁶ Exemplo de aproximação e parceria do MMT com sindicato de trabalhadoras/es.

Tudo que a gente queria que, na época Lúcia, não tinha ainda a estrutura lá na sede, tudo que a gente queria escrever, algum relatório que a gente fazia era tudo no SEDUP. O SEDUP quem ajudavam. Lá no SEDUP quem fazia as coisas escritos né? Até os boletins, também, era na impressa no SEDUP. Aí depois a gente resolvemos comprar um computador, Lúcia era muito inteligente, que é da coordenação ela, era ela mesmo fazia os boletins com as histórias né? Com nossas histórias de cada mulher. Cantos, receitas, o calendário né? Tudo. (Maria Preta)

O material informativo em que, também, divulgava-se a agenda de atividades era repassado para as mulheres, mas para que estas pudessem ir aos eventos do movimento todos os detalhes eram pensados minuciosamente. Caso contrário, o desejo delas em participar poderia ser sufocado pelas obrigações que lhes eram impostas. A maioria das mulheres que eram mães, ou não iam para as atividades por não ter com quem deixar as crianças, ou levavam as/os filhas/os para ficar com elas/es no evento, dividindo sua atenção entre as atividades do movimento e os cuidados com as/os pequenas/os. Em virtude de tal necessidade foi destinado um espaço no local dos eventos maiores para que essas/es ficassem com pessoas responsáveis por cuidar e realizar atividades com eles.

[...] pra as mulheres, as coitadas quando saíam era sufoco que tinha os filhos né? Tinha os maridos, às vezes, muitas pra ir tinha que levar os filhos com elas, era um atrapalho, mas tinha que levar e tinha que aceitar e tinha pessoas que lutavam aí fazia uma sala, exclusivamente, pá pessoas que ficava, exclusivamente, pá tomar conta daquelas crianças para as mães poder participar dos eventos e era muito interessante pra elas os eventos. (Fátima)

A narrativa de Fátima transcrita acima exprime bem a capacidade que as organizadoras dos eventos possuíam para solucionar problemas que impedissem a participação das demais mulheres. Com relação aos maridos, o movimento articulou alguns encontros de casais para ganhar a confiança dos homens e conscientizá-los do quão significativa era a participação das suas companheiras no movimento de mulheres. Sobre isto Maria Preta relata: “Nós maicava o encontro pra ir, pra nós liberar as mulheres, nós vamos fazer o que? Encontro de casais, pra saber, o marido saber o que... que a gente tá fazendo.” (Maria Preta) E, assim, aos poucos as mulheres foram encontrando saídas para participarem do MMT. Em seus versos Soledade explicita como esse processo ocorria:

Com encontro de casal
E curso de formação
Seminário e ato público
A nossa Associação
Vem libertando a Mulher
Dos poderes do machão
(LEITE, 2016, p. 174).

Tais eventos citados por Soledade reuniam as mulheres oportunizando as discussões sobre as pautas de lutas por direitos e os meios para executá-las. O MMT realizou um evento com expressivo número de mulheres, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba, bastante significativo para a história das militantes da Paraíba, que aconteceu nos dias 7 e 8 de março de 1986, no município de Guarabira. Nele se fizeram presentes 145 mulheres da zona rural e urbana, advindas da Paraíba, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Alagoas e Brasília, demonstrando que apesar do seu título ser regional, teve participantes advindas de outras regiões. Deste evento, foi elaborado um relatório, cuja capa se encontra abaixo, com detalhes sobre a preparação do encontro, programação, conteúdo, reivindicações aprovadas, avaliação do evento e da sua concentração, dentre outras informações e ações.

Figura 02 – Capa do relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba no ano de 1986



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986.

Como é possível observar na capa do relatório desse evento, houve, para a sua realização, parceria do MMT com a Central Única dos Trabalhadores – CUT, simbolizada pelo desenho de duas margaridas que representam homenagem a Margarida Maria Alves. No evento citado,

Os grandes temas discutidos foram: mulher e maternidade; mulher e trabalho; mulher e sindicalismo; mulher e terra; e, mulher e constituinte; as

principais necessidades e leituras das mulheres da sua condição enquanto mulher e trabalhadora rural. (DUARTE, 2014, p. 86)

Da discussão destes temas, saíram diversas reivindicações, que foram registradas no relatório do evento (1986), como o reconhecimento do título de trabalhadoras para as mulheres pelas diferentes atividades que exercem dentro e fora de casa, direitos iguais entre mulheres e homens, no que diz respeito à direção da família, à administração dos bens pertencentes à família, entre outras. As reivindicações foram construídas e aprovadas coletivamente. Na figura a seguir, consta o registro de um instante das votações em plenária.

Figura 03 – Aprovação de reivindicações no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba em 1986



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986.

O momento fotografado por Ana Bosch expressa a vitalidade das participantes durante o sufrágio das reivindicações. De acordo com o relatório elaborado pela comissão organizadora desse encontro, as reivindicações (total de 31) foram levadas para Brasília, entre 11 e 12 de junho de 1986, por uma delegação de sete mulheres⁴⁷, para ser entregue em audiências com os ministros de Previdência e Assistência Social (Rafael de Almeida Magalhães), Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Dante de Oliveira), Educação (Jorge

⁴⁷ Maria Aparecida Floriano: Representante do Professores Municipais do Brejo (PB); Maria de Lourdes Ferreira Nascimento: Presidenta do Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais – STR de Borborema (PB); Aldineuza Maria de Jesus Andrade: Coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo; Antonia da Cruz Silva: Representante das Áreas de Conflitos pelo Uso e Posse da Terra do Brejo (PB); Maria da Penha Nascimento: Representante da Secretaria da Mulher da CUT/PB e STR de Alagoa Grande; Maria Izabel Cavalcante Pontes: CODH e Niete André: Vice-presidente da Associação dos Profissionais em Educação do Município – APEM, de João Pessoa.

Bornahusen), Justiça (Paulo Brossard) e Trabalho (por meio do secretário de Relações do Trabalho: Plínio Gustavo).

[...] E essa viagem foi de um crescimento... foi muito boa, porque a gente viu que as mulheres do Brejo, simples, camponesas e pessoas, também, da área urbana, mas, geralmente que apoiavam; mas as camponesas do Brejo estavam fazendo história porque levaram reivindicações para serem analisadas na constituinte né? Para os ministros de estado, coisa que eu naquela época por mais que eu lesse eu não achava aquilo assim, foi uma coisa realmente nova, inusitada né? Um exercício da cidadania plena, chegar na república, visitar congresso, visitar o palácio, assim..., visitar os ministérios, ser recebida, porque foram marcadas as audiências pela secretaria da mulher lá. Então, nós ficamos uns dias lá em Brasília e retornamos com esse sentido né? De empoderamento da mulher. (Izabel)

Observa-se nesse fragmento da entrevista de Izabel sua fascinação quando se refere ao fato das mulheres terem levado reivindicações perante autoridades do governo federal em Brasília. Buscando empoderar mais mulheres, foi criado, nesse mesmo ano (1986), o MMB e a maior parte das ações e estratégias utilizadas pelas mulheres do MMT tiveram que ser efetivadas por esse outro movimento, pois, a realidade, o pensamento e a postura da maioria dos companheiros/maridos destas mulheres eram idênticos aos dos que já vinham sendo trabalhados pelo MMT. Esses homens praticavam um discurso machista, no qual classificavam as mulheres militantes como feias, “mulheres-machos”, dentre outros adjetivos depreciativos, como bem expressa o trecho abaixo

[...] os homens achava que a gente mulher não tinha direito, eles que era o machão, era tudo e nós só era para tá em casa. Mulher tem que tá em casa, mulher sair fora Inclusive, quando a gente começou o MMB aqui, foi uma, foi uma confusão feia, a gente eu, Soledade, Penha, a gente teve que viltar as mulheres porque os homens ficaram ciumentos quando as mulheres começaram a assistir as reuniões e eles acharam que as mulheres iam botar chifre, aí falava muito que isso não era coisa de mulher, mulher reunida só fazia, saia coisa que não prestava, era aquela coisa toda, aí a gente não, a gente ia lá conversa com ele, conscientizava e dava certo, né? E graças a Deus, com essa experiência, a gente lutou e a gente sabe que muitas mulheres melhorou a situação delas. (Luzia)

A aproximação deste movimento com os companheiros/maridos foi crucial para que uma parcela expressiva das mulheres pudesse participar das atividades do MMB. Não obstante, houve situações em que o único recurso era ir sem que eles soubessem, ou casos em que mesmo o evento sendo para as mulheres, os homens iam e deixavam as mulheres em casa,

É porque é aquela coisa assim, sempre existe as coisas difíceis; mas pra uma do que pras outras né? Porque quando o marido apoia é muito fácil, mas,

quando o marido diz não, aí fica complicado, porque às vezes até para sair, tem muitas mulheres às vezes que pra sair, saía sem o marido saber pra onde ela ia, e ela saía, a gente incentivava. Vamo, depois a gente dá um jeito, a gente pega o caba por aí, a gente tem uma conversa, não sei o que. Chama ele, também, às vezes a gente botava até pra ele ir, também, mas quando chegava lá, às vezes no meio de trinta, quarenta mulher, a gente fez encontro com muita gente, e depois, às vezes tinha cinco, seis homens no meio. Mas homi, era muito gostoso demais! Mas, a gente descia a ripa naqueles cabras, que acho que eles se arrependiam de ter nascido, de ter ido pralí. Era. Mas, eu adorava fazer os sermões; homi, pelo amor de deus, a gente chegava lá, homi pelo amor de deus, cadê a mulher que você não trouxe? – Não, não sei o que, não, não pode vim ficou com os meninos. Por que que foi que você não ficou com os meninos? – Não... mas, aí começava aquela enrolação. Homi pelo amor de deus, por que você não botou a saia dela e veio pra cá, a gente fazia isso. A gente botava pra quebrar. Porque a gente tava fazendo um negócio de mulher, então, tinha uns homi curioso pra saber o que que a gente tava fazendo. Então, quando eles chegava lá, eles se acha que vai se dá muito bem, aí a gente vai dá um corte, bota pra quebrar, bota pra descer. (Zefinha)

Assim sendo, quando os homens dificultavam o comparecimento das mulheres nos encontros e as substituíam, imaginando que estes espaços pertenciam a eles, eram submetidos a circunstâncias embaraçosas pelas mulheres que lá estavam, evitando desse modo a interferência deles nas reuniões.

Nestes eventos, além dos discursos para conscientizar os homens que ali estavam, eram tratados temas como sexualidade, saúde da mulher e direitos, bem como, por levarem em consideração que algumas mulheres não dispunham de recursos para aquisição de medicamentos industrializados e que tinham acesso facilitado a produtos naturais, eram realizados cursos de remédios alternativos, entre outros: oficinas de arte, teatro, fantoches e etc... Tudo era organizado para estimular as mulheres a se autoconhecer e autogerir. Conforme Ana relata, “Esses encontros buscavam, naquela época, a libertação da mulher, o direito da mulher, já se buscava esse direito e até hoje a gente ainda vive lutando por esses direitos [...]”. (Ana)

Nas lutas desencadeadas pelo MMB, estavam engajadas mulheres que compreenderam que unidas elas conseguiriam alterar bastante a realidade triste que constituía a vida de muitas delas. Isso é ratificado por Zefinha no seguinte trecho: “[...] Depois que a gente se organizou-se, a gente se sente segura, a gente sabe que a gente não tá só; então, a coisa muda, quando a gente se sente que não tá só, a coisa muda.” (Zefinha)

Os eventos do MMB, que tanto impactaram na vida das mulheres, tiveram a colaboração de diversos segmentos e pessoas,

[...] quem muito dava curso a gente era Gilberta, sabe quem é Gilberta Soares⁴⁸ né? [...] e a deputada Estela Bezerra⁴⁹, ela vinha direto para Alagoa Grande, a gente somos amigas desde aquele tempo, a gente fazia seminário direto aqui em Alagoa Grande, era Gilberta e Estela. E o MMB ele foi assim, foi uma coisa que não durou tanto, mas também o pouco foi que teve muita atividade [...] (Luzia).

O MMB realizou suas atividades até pouco depois de 1991, ano da morte de Maria da Penha, fato que enfraqueceu esse movimento, conforme Luzia esclarece em sua entrevista: “[...] em 91 veio a morte de Penha, a gente tinha já a nossa sede aqui, a gente já fazia os trabalhos, tudo mais. É... se reunia, mas aí foi tempo que veio, infelizmente, a morte de Penha e as coisas foram afracando, aí eu fiquei só nesse de Guarabira, que é o MMT.” (Luzia) O grupo, no decorrer dos anos de sua atuação, fez atividades em parcerias com o MMT como já foi pontuado e, depois da morte de Penha, houve a fusão desses grupos.

4.2. Tessituras de gênero: alguns dos porquês para a existência dos movimentos de mulheres

A sociedade brasileira e, como parte dela, a paraibana carrega alguns aspectos responsáveis pelo tratamento diferenciado entre homens e mulheres e que foram enfrentados pelo MMT e MMB. Dentre esses aspectos, têm-se a estrutura patriarcal, o sexismo e o machismo. Com a estrutura patriarcal que, para Susel Oliveira da Rosa, trata-se de um “[...] sistema de poder embasado na diferença sexual, fonte de desigualdades sociais e submissão da mulher” (ROSA, 2013, p. 145), a sociedade é pensada para atender às vontades dos homens e as mulheres são apenas propriedades que pertencem a esses.

Embasadas em tal perspectiva, de acordo com, Duarte e García (2014, p. 3784), “[...] surgem concepções ou convenções sociais pré-definidas para as mulheres como as tarefas e os lugares sociais muito bem delimitados dentro do espaço privado.” Nesses termos, a atuação das mulheres foi, por muito tempo, cerceada, ditada por regras rígidas estabelecidas por

⁴⁸ Feminista, com formação em Psicologia. Segundo Sobreira (2017, p. 23) “Gilberta Santos Soares também foi integrante do Grupo Raízes. Chegou a João Pessoa para realizar estudos na Universidade Federal da Paraíba. Sócio-fundadora da Cunhã, integrou suas varias atividades, trabalhando principalmente no eixo de saúde e sexualidade do coletivo. Mestre em Sociologia pela UFPB e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA, atualmente é secretária de estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB).” Como demonstrado na escrita de Dayane Sobreira, Gilberta Soares teceu sua vida alinhada as bandeiras de luta em prol de direitos para as mulheres.

⁴⁹ Nome ao qual é conhecida, popularmente, Estelizabeth Bezerra de Souza, feminista e graduada em jornalismo. Estela, conforme Lima e Fortunato (2017, p. 6), “Ao ingressar na Universidade, conheceu o feminismo e sua atuação nos movimentos sociais a tornou conhecida e “abriu as portas” para uma participação não só mais efetiva nos movimentos sociais, como permitiu o seu ingresso na política.” Vida política que tem continuidade com o seu segundo mandato como deputada estadual, reeleita no ano de 2018.

outros e disseminadas pela sociedade que as limitavam dentro de suas casas e numa condição secundária. Em conformidade com a afirmação de Luzia, na entrevista para este trabalho, “[...] a sociedade em peso, a sociedade toda discriminava as mulheres, que mulher tem que tá em casa, mulher não é para tá fora de casa, mulher tem que tá tomando conta de filho, tomando conta da casa, a história era essa.” (Luzia) Esse relato expressa as restrições infligidas às mulheres.

Na tentativa de romper com estes limites impostos às mulheres, Inez, Céu, Neuzinha e Cerise começaram a visitar as famílias nos sítios para reuni-las, demonstrando que elas não estavam sozinhas. Porém, a aproximação não era algo facilitado, como coloca Céu referindo-se ao momento em que elas chegavam à frente das casas,

[...] nós batia palmas né? Nas portas, aí inventava que queria um copo d’água, aí nesse copo d’água se apresentava as quatro mulher e tirava uma conversa. Sempre quem vinha pra dá água pra nós era os maridos. E daí a gente dizia cadê a sua esposa? O senhor mora aqui? Têm filhos? Cadê sua família? Suas filhas? Tem filho, tem esposa? – tá lá dentro cuidando da cozinha. - mas a gente queria conhecer, a gente tá visitando as famílias queria conhecer as mulheres, também, uma saía e outras nem saía né? E daí a gente foi convidando, convidando pra uma reunião, fazendo umas reunião pequena no sítio com o pessoal da área de conflito [...] (Céu).

Frente a conjuntura de restrição, as mulheres tiveram que encarar o sexismo que, alicerçado em ações de desprezo ao outro sexo e atitudes discriminatórias, ou seja, em consonância com Karin Ellen Von Smigay, existe “[...] um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social.” (SMIGAY, 2002, p. 34) Nessa perspectiva, são atreladas qualidades, defeitos, obrigações e espaços aos sexos e estes são deles indissociáveis. Em se tratando de espaço para as mulheres trabalharem, quando este existia, era depreciado. Por conseguinte,

O desejo de ter uma profissão socialmente reconhecida é, principalmente entre as mulheres do Nordeste, uma pré-condição para que mudanças ocorram ao nível das relações homem-mulher, já que o seu trabalho, tanto dentro de casa como fora, não é valorizado. (CARNEIRO, 1994, p. 19)

No caso das mulheres que conseguiam, a muito custo, atuar fora dos limites de sua casa, até como forma de conseguir os meios para sobreviver com as/os filhas/os, o preço cobrado, na maioria das vezes, era alto. Conforme afirma Cícera, a “[...] Mulher era muito maltratada [...]” (Cícera) e participar de movimentos sociais que defendessem direitos para elas era tido como vitória, pois

[...] tinha homem que não deixava a mulher ir, por que isso? Era..., não tinha precisão, mulher não tinha que saber de nada, mulher tinha que tá na beira do fogo, mulher só presta pra tá na cozinha, pra tá na pia, mulher tem que cuidar de menino. Oxe, tinha muito home que fazia isso, tinha um amigo da gente, que mora lá perto de mim hoje, tá pensando..., a mulher dele era coisa mais difícil que tinha a mulher dele ir, era ele que se socava lá no meio da gente, era ... João Grande, era ele quem ia, ele mandava a mulher? Mandava nada. E a gente começou se organizando e depois a gente saía. (Zefinha)

Quando a discriminação não acontecia dentro de casa, fora ela se manifestava de diversas maneiras e através de múltiplos atores. Céu sinaliza o que vivenciaram algumas professoras, tendo em vista que,

[...] antigamente, não tinha dia pra elas receber o salário, não tinha dia pra... Era discriminada, não recebia o salário completo, recebia uma micharia, então, tudo isso; lutaram por um salário justo e por dia pá fazer o pagamento delas. Então, tudo isso aconteceu. (Céu)

Esta transcrição refere-se a apenas uma das formas de discriminação sofrida pelas mulheres fora do ambiente doméstico; ressalte-se que em outras atividades laborativas, assim como ocorre, atualmente, em algumas profissões, as mulheres recebiam salários menores do que os dos homens e, muitas vezes com atrasos.

Sobre o que ocorria no campo, Soledade pontua a situação vivida por uma trabalhadora rural que, ao ir fazer sua feira na cidade de Alagoa Nova (PB), caiu de cima de um trator que a levava e, por esse ocorrido, fraturou um membro inferior e teve que usar muletas; o patrão, ao invés de prestar assistência para a trabalhadora após o ocorrido, agiu com violência:

Ela tava doente da perna da queda do trator e o filho estava doente que tinha extraído um dente... não podia trabalhar. O patrão foi lá, bateu nela, quebrou a muleta. Os pratos deles se alimentarem era prato de barro, quebraram todinho, expulsou ela da terra e mandou: agora vá pra o sindicato, vá dá parte com aquela nega *pé de burro*⁵⁰. (Soledade)⁵¹

Percebe-se pela violência descrita acima que o patrão agia como verdadeiro senhor de escravos, manifestadamente racista, sendo esta uma postura comum à época. Emparelhado a tudo isso, encontra-se o machismo que sustenta a não igualdade entre homens e mulheres e que diz respeito a, segundo Drumont (1980, p. 81), “[...] um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homem e

⁵⁰ Fazendo menção a Margarida Maria Alves que nessa época era presidente do Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais da Cidade de Alagoa Grande (PB).

⁵¹ Entrevista concedida para o projeto Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 29/06/2014. Ver Souza, 2014.

a mulher.” Dessa maneira, inferiorizando as mulheres perante os homens. Contrapondo-se a este aspecto escreve Soledade:

O homem pensa que é
O dono do universo
A máquina para o progresso
Na mulher não leva fé
São frios repugnantes
Muitos são ignorantes
Não dão valor a quem tem
Quer nos jogar no abismo
Vamos findar o machismo
Pois somos fortes também
(LEITE, 2016, p. 34).

No poema, a repentista Soledade alerta as mulheres sobre o machismo e as convida a enfrentá-lo. Conscientizar as outras companheiras de que a vida cheia de maltrato, violência e privações não era algo natural/normal e que elas tinham nos movimentos de mulheres um ponto de apoio foi algo bastante propalado:

[...] as representantes do MMB tentavam conscientizar a mulher que sua condição subordinada ao servir e cuidar o homem delas mesmas não era algo natural socialmente e culturalmente, uma lei da vida, mas sim uma condição imposta às mulheres em uma organização social que tinha como centralidade o homem, e como desdobramento perverso o machismo. (DUARTE; GARCÍA, 2014, p. 3787)

Desse modo, nas lutas desencadeadas tanto pelo MMB quanto por parte do MMT contra o machismo, o sexismo e o “patriarcado”, foram desenvolvidas ações educativas e materiais com mensagens informativas e de auxílio às mulheres, sendo a imagem seguinte um exemplo desse tipo de material instrutivo e de apoio.

Figura 04 – Ilustração sobre apoio entre as mulheres



Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira. (27/02/2018)

Ao observar a figura 04, é possível identificar detalhes como uso de avental, lenço na cabeça e sandálias de dedo, características comuns às mulheres mais humildes, que são representadas nesse material informativo, a fim de que, com essa representação elas possam se reconhecer e seja facilitada a compreensão da mensagem de apoio que está sendo destinada para elas.

Foi trabalhando nessa perspectiva acima que as mulheres do MMT e do MMB desenvolveram entre si um sentimento de unidade, expresso ora por meios impressos, ora por posturas e falas, como sinaliza Zefinha na sua narrativa “[...] A gente tá dez, doze mulher num canto o que der para uma dá para todas. É... que der pra uma aqui dá pra todas. O que der pra uma dá pra todas.” (Zefinha). As demonstrações de apoio, afeto e preocupação umas com as outras foi um ponto diferencial desses coletivos.

E, sobre o poder gestado, principalmente pelo afeto, no entendimento de Gilles Deleuze e Claire Parnet, citados por Susel Rosa, foi evidenciado que “os corpos não se definem por seu gênero ou sua espécie, por seus órgãos e suas funções, mas por aquilo que podem, pelos afetos dos quais são capazes, tanto na paixão quanto na ação.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 74 apud ROSA, 2013, p. 74) Logo, impor regras e enrijecer o que faz parte do universo feminino e o que pertence ao masculino não foi algo aceitável para as mulheres do MMT e do MMB.

O envolvimento dessas mulheres com os movimentos de mulheres trouxe-lhe mais segurança e disposição para fazer frente às imposições. De acordo com Sales (2007, p. 442), “A participação das mulheres nos movimentos sociais é também um espaço de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes, mas não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos”. Unidas, elas conversam e lutam na busca de configurar os seus espaços e direitos:

Então, no caso, é aquela história né? Que a gente junto a gente conversa, a gente se entende e a gente perde muito, muito dos medos; e a gente fica bem mais forte porque quando a gente fala a gente já se sente seguro de que se acontecer qualquer coisa, se fulano fizer isso aqui, a gente vai conversa outra vez aí ele vai vê, não tenha medo [...] (Zefinha).

Em seu relato, Zefinha reitera o sentimento de apoio e segurança adquirido pelas mulheres participantes dos movimentos de mulheres; dessa forma, gerando-lhes empoderamento.

Independente de tecer esses novos espaços para o feminino, muitas dessas mulheres, também, identificavam-se com as atividades do lar, cuidando de suas casas, filhas/os e famílias. Como afirma Izabel, ela gostava de realizar estas funções, no entanto, faltavam-lhe coisas que eram essenciais e ela foi atrás com todo empenho:

[...] apesar de ter alguém me ajudando, mas, eu gostava de cuidar da casa, dos meninos, eu cozinhava, eu arrumava, eu botava flores, [...] agora tinha um lado meu que gritava, que era o meu lado político, o meu lado feminista, o meu lado né...? Isso insurgia. (Izabel)

Nessa entrevista, Izabel explica que o fato de ter um posicionamento político e feminista não indicava que ela era avessa às atividades domésticas, inclusive, ela até apreciava realizar tais atividades.

Contudo, as bandeiras de lutas que passaram a ser levantadas pelas mulheres incomodaram os homens envolvidos pelos aspectos citados (“patriarcado”, sexismo e machismo); porém, mesmo com os embates, elas foram adiante com seus ideais,

[...] Você sabe que as mulheres mais ativa que não pode..., inquieta, que não pode ficar dentro de casa e que quer prevalecer as suas propostas, também, tem uma cabeça mais aberta, ela não se cala, ela fala, ela vai pás áreas de conflito, ela conversa com as pessoas e faz parte das religiões, não é? É... As mulheres são fogo, as espertas ninguém segura. (Céu)

É dessas mulheres que os movimentos mencionados neste trabalho brotam e passam a alcançar outras mulheres que compreenderam que as suas vidas poderiam ser tecidas por elas

mesmas. Conforme Luzia afirmou “[...] Eu me sinto tão feliz no movimento, eu acho que o movimento foi minha melhor escola né? Foi onde eu aprendi, me desenvolvi pra andar no meio do mundo, é ... conhecer meus direitos né?.” (Luzia) Essa evolução é notória e benéfica às mulheres de diversas gerações.

4.3. Anos finais da Ditadura Militar: atuação do MMT frente ao regime ditatorial

No momento de criação do MMT, no começo dos anos de 1980, o Brasil ainda enfrentava um período de Ditadura Militar que se iniciou com o golpe civil-militar em 1964 e perdurou por 21 anos. As ações e posturas adotadas por parte dos governos do regime militar tiveram como resposta a criação e mobilização de diversos movimentos reivindicatórios, dentre eles, destaco os movimentos feministas e de mulheres, os movimentos sindicais e os grupos compostos por membros da Igreja Católica.

Em meio a um Estado autoritário envolto por atos de perseguições, violências e falta de liberdade de expressão, os mais variados movimentos sociais e políticos questionaram bravamente o *status quo*. Pautas mais gerais em prol da democracia e direitos básicos, como o direito de permanecer vivo e expressar suas ideias mesclavam-se com bandeiras de lutas mais específicas. Realidade dos movimentos feministas que atuaram no Brasil e em outros países, a exemplo, da Argentina e do Chile que também passaram por ditaduras. Isso foi citado por Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga que afirmaram: “[...] ao lado das ideias feministas estava a luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pela própria vida, sempre ameaçada pela repressão militar.” (HENTZ; VEIGA, 2011, p. 146) Tais reivindicações que pertenciam a todos conectavam e fortaleciam os grupos. No entanto, ser mulher e militante requeria atenção e cuidados redobrados.

No caso das mulheres que participavam do MMT nesse período que ainda compreendia o regime militar, após ultrapassarem os obstáculos advindos do seu núcleo familiar, os cuidados se voltavam para aqueles que poderiam ofertar riscos a elas. Para ir a um ato de manifestação, que na sua maioria era organizado em parceria com os sindicatos de trabalhadoras/es rurais, tinham que prestar atenção aos que estavam em volta e conversarem fornecendo o mínimo de informação, como frisa Maria Preta sobre as posturas defensivas:

É que nós, quando nós andava no tempo da perseguição que era perseguida mesmo a gente não se identificava não. Nos ônibus conversava, conversava.

Comadre Socorro tinha uma bocona⁵², tem cuidado pra não se identificar, pra não dizer pra onde vocês vão. Não diga. (Maria Preta)

Como é possível verificar na citação, havia receio de que algo de ruim pudesse lhes acontecer. Os latifundiários tinham ligações com as forças políticas conservadoras e autoritárias. Estas davam aval para que os grandes proprietários rurais realizassem seus desmandos e, desse modo, os grupos com ideais contrários sofriam represálias, sem que os mandantes fossem penalizados.

Izabel, que chegou a ser interrogada pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS na cidade de Guarabira e julgada na auditoria militar em Recife⁵³, no decorrer da entrevista, cita os desmandos que sofriam: “[...] perseguição sempre tinha. Porque tinha risco de vida permanente, porque saía de casa pra lutar não sabia se voltava. De emboscadas, tinha riscos, corria risco de vida. Os capangas ameaçavam, sofriam pressão. [...]” (Izabel) Sendo esse o cenário enfrentado não somente no interior da Paraíba pelas/os integrantes de grupos que reivindicavam algum tipo de direito, recebendo, na sua maioria, respostas repressoras e violentas.

No geral, as entrevistadas para este trabalho, ao narrarem os episódios de repressão e violência, pontuaram que os atingidos poderiam se tratar de homens ou mulheres. O relato de Maria Preta exemplifica tal afirmação, quando ela diz: “Na época da Ditadura, não era só as mulheres não, no tempo da Ditadura não só era as mulheres que eram perseguidas não, era homens e mulheres. No tempo da Ditadura Militar era perseguido homens e mulheres.” (Maria Preta) Isso ocorria porque o regime não permitia que existissem posicionamentos contrários à realidade estabelecida. Dessa forma, além das ações de repressão serem realizadas por pessoas contratadas de forma particular, no caso dos contratados pelos latifundiários ainda tinham as medidas que eram cumpridas pelos instrumentos do próprio estado, a exemplo das forças policiais, que realizavam rondas e investiam sobre as pessoas presentes nos locais de reivindicações.

No interior da Paraíba, Izabel destaca que:

No conflito do Baixio, a polícia militar ficava dentro das áreas com um camburão perseguindo os camponeses, de quem eu estava apoiando. Teve uma vez que a gente saiu do Baixio de Riachão de madrugada rastejando

⁵² Expressão usada por Maria Preta no sentido de que Socorro gostava de conversar muito.

⁵³ De acordo com a entrevista da própria Izabel, esse processo iniciou no ano de 1981, devido a um protesto na cidade de Guarabira por causa da expulsão do padre Vito Miracapillo, que se negou a realizar uma missa em comemoração a independência do Brasil dentro da Capela de uma usina. No dia do julgamento de Izabel, algumas pessoas se deslocaram para Recife e outras na cidade de Guarabira chegaram a apagar as luzes para não ser transmitido pela tevê. Com o julgamento Izabel foi absorvida.

entre os gravetos, como se fosse uma guerrilha sabe? E eles de vez enquanto focavam com o farol, e a gente que tava de camisa branca teve que tirar e rastejando mesmo, rasgando o... como se fosse na época do cangaço né? E nós chegamos em Dona Inês pelo sítio Cuzinhas e fomos pra casa paroquial e lá o pessoal deu alimento pra gente, a gente tomou banho e veio, pegamos um ônibus e padre Luís e irmã Valéria e outras pessoas tavam esperando a gente lá em Cachoeira, depois de Belém alí, em Cachoeira. (Izabel)

Com essa passagem em que Izabel, colaboradora do MMT, registra o que vivenciou na zona rural Baixio de Riachão, demonstra-se que as perseguições eram ferrenhas e que, apesar das pautas específicas, o MMT por meio das suas integrantes, ora individualmente, ora em grupo, esteve bastante presente nas lutas rurais mais gerais.

O MMT atuava nestas lutas no sentido de apoiar as/os trabalhadoras/es rurais em geral, mas, principalmente, dar suporte às trabalhadoras rurais que ali se encontravam, visto que, conforme afirmação de Duarte (2014, p. 65), “A mulher trabalhadora rural e camponesa participou do enfrentamento pelo acesso e permanência na terra.” Tendo as ações do MMT se destacado nos atos reivindicatórios de forma significativa.

As participações do MMT nestas lutas rurais gerais serviam, inclusive, para fomentar o debate sobre pontos específicos e relacionados às mulheres. Pois, em consonância com Duarte (2014, p. 80), “O MMT/PB começa a canalizar através das trocas de experiências entre essas mulheres o debate que não é apenas a questão sobre a luta pela terra o foco, mas a relação dessas mulheres com a terra e com o trabalho.” Pontos estes que outrora não eram vistos e nem debatidos.

Na medida em que o MMT ia conscientizando e fortalecendo as mulheres, os conflitos iam sendo vivenciados na zona rural e fora dela. Seguindo pelas lutas que ocorreram nas áreas de conflitos, Céu narra que enfrentou a seguinte situação na zona rural de Tacima (PB):

[...] no caso das áreas de conflito em Tacima, às vezes, a gente tava lá com o movimento, você sabe que o movimento e as pessoas que fazem coordenação tá lá junto com o povo na frente não é? Então, teve prisão de companheiros que a gente, também, foi levada assim, sem pisar no chão, companheiros e companheiras que fazia parte da área de conflito; seu Tota, por exemplo, Dona Toinha que era da área, também, lutava pelo terreno pra permanecer, então, esse pessoal sofreu e a gente tava lá e a gente ia em pé sem poder pisar no chão, do aperto, a polícia querendo bater, você tá vendo esse?⁵⁴ É o meu filho, esse aí, eu tava no movimento, ia acompanhar as áreas de conflito, eu passei, nesse tempo eu tava na Pastoral Rural, também, é... Eu passei talvez umas quatro ou cinco vezes pela polícia dizendo que ia ganhar o menino pra poder nós passar no piquete da polícia. Aí padre Luís botava eu na frente, eu tava gestante dele [o filho]⁵⁵ e botava duas companheiras atrás,

⁵⁴ Céu aponta para o filho presente no momento da entrevista.

⁵⁵ No caso do filho já mencionado.

mas eu ia né? Aí eu passava a polícia: – ei vai pra onde? Levar a mulher pra ganhar bebê. E isso aconteceu várias vezes nos piquetes da polícia, pra poder passar os trabalhadores, com a coordenação, era preciso eu passar com um carro na frente dizendo que eu ia ganhar menino. Ele [padre Luís] dizia⁵⁶: – tu geme Do Céu, Tu geme. (Céu)

Mesmo estando gestante, Céu em parceria com outras pessoas que também detinham ligações com entidades que atuavam em prol das/os trabalhadoras/es, arriscaram perder a liberdade de ir e vir e até a própria vida, no intuito de contribuir com estratégias para que mais prisões e atos de violência não acontecessem às/aos trabalhadoras/es. Em situações como essa citada por Céu e em tantas outras a polícia que se fazia presente na ocasião posicionava-se contrária à ação das/os trabalhadoras/es rurais.

Sobre esse tipo de postura dos policiais nos conflitos rurais da época, Izabel pontua:

Mas aí o pessoal denunciava, a gente tava dentro, eles podiam ter morto todo mundo, ter dito que houve um enfrentamento, que é guerra, a gente era guerrilheiro, a gente tava lá trabalhando, mas ninguém tinha arma, não tinha nada né? Mas eles podiam armar alguma situação. Eles estavam lá e eles eram pagos pelo povo, dos impostos, é... não era para servir aos proprietários, eles tinham que dá segurança à população e eles estavam lá como capanga armado de latifundiários. Isso a gente denunciava. O trabalho nesse aspecto era coeso, era articulado, era muito bom. (Izabel)

Nesta transcrição, Izabel sinaliza para o quão relevante foi a atuação das entidades e movimentos sociais frente a tantos desmandos. Sendo este trabalho de enfrentamento, que não se limitou a zona rural, pois eclodiu com pautas gerais e específicas por todo o país entre variados grupos e segmentos, responsável por transformações significantes na sociedade brasileira.

No entanto, para que as mulheres e os menos favorecidos conseguissem algumas melhorias e assim pudessem levar uma vida com mais qualidade e bem-estar, muitos outros embates foram travados. No que diz respeito às manifestações no âmbito urbano, ainda, no período de Ditadura, o MMT, também esteve presente. Segundo Maria Preta, a frequência de atividades era intensa “[...] a gente ia pra rua direto. Era, era muito preseguida, podia falar não.” (Maria Preta) Tornando-se notório, mais uma vez, no relato dela, que a discrição acerca do que iam fazer e para onde iam era uma arma da qual elas sempre buscavam se valer. Conforme Jadson Pereira Vieira registrou “O fato de não querer ser identificada aos olhos da lei e das autoridades locais era uma forma de se proteger contra uma possível repressão policial e militar” (VIERA, 2016, p. 57) Essa afirmação de Jadson Vieira sobre as atitudes de

⁵⁶ Céu refere-se a padre Luís que na ocasião pedia para que ela fizesse parecer que estava em trabalho de parto.

sua entrevistada, Quincas, aproxima-se do posicionamento de Maria Preta e de tantas outras militantes na época da Ditadura Militar.

Entretanto, nem sempre era possível escapar da truculência, como a própria Maria Preta relata

[...] Aí eu fui, entremos lá no Palácio do Governo, apanhou padre Júnio de Sapé. Apanhou Toinha de Belém, apanhou todo mundo, menos eu, por que que faz uma coisa dessa, vocês não são trabalhador? Mas a gente tá cumprindo ordem. É uma ordem mesmo, tudo trabalhador. (Maria Preta)

Nessa ocasião, a polícia que alegava estar cumprindo ordens agiu de forma violenta contra as/os que ali estavam, chegando a acontecer a prisão da filha de Maria Preta que a acompanhava no ato. Essa situação exemplifica o que ocorria com quem ousasse reclamar por algum direito.

Apesar de tudo que foi imposto e sofrido nesses anos de regime militar as lutas desencadeadas por muitas mulheres e homens não foram em vão. Tendo sido, de acordo com Ferreira (2010, p. 57), “[...] a partir das pressões populares da sociedade civil que a ditadura militar foi perdendo forças e o processo de abertura política tornou-se inevitável.” Como bem colocado por Ana Paula Romão de Souza Ferreira, foi a força das manifestações contrárias ao regime que fizeram com que a Ditadura Militar ruísse e outras lutas continuaram embasando e fortalecendo a união e efetivação dos movimentos sociais.

Em relação ao MMT, no período posterior à Ditadura Militar, como já foi discutido, este movimento construiu e levou pautas específicas das mulheres para somar na Assembleia Constituinte, realizou, mesmo com o surgimento de alguns obstáculos, diversas atividades relevantes, apropriou-se de espaços que eram negados às mulheres e tornou visível novos horizontes para as suas integrantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discorri sobre aspectos relacionados ao MMT e MMB na década de 1980. Para tanto, pontuei vivências relacionadas às histórias de vida e militância de oito mulheres e utilizei, de forma qualitativa, as narrativas dessas personagens que tiveram alguma ligação com estes movimentos e escritas que já trabalham elementos relacionados a estes grupos.

No sentido de apresentar como foram trilhados os caminhos deste trabalho investigativo, explanei sobre como se deu o encontro com as/os minhas/meus colaboradoras/es.

Em seguida descrevi, brevemente, as características do espaço, as iniciativas, dentre outros elementos que, enfrentados em conjunto por diversas entidades, demonstraram que o MMT e o MMB não foram movimentos que surgiram do nada, houve todo um trabalho em conjunto que possibilitou a sua construção, atuação e permanência.

E é trilhando por esse viés de colaborações que discorri sobre a atuação da Igreja Católica através de alguns setores e serviços e no papel que algumas entidades desempenharam para a composição dos dois movimentos para, só a partir desse momento, tratar sobre a constituição em si dos grupos de mulheres.

A explanação que realizei sobre as minhas escolhas e as contribuições que a história cultural alinhada à história oral possibilitou à minha escrita objetivou demarcar as influências teóricas-metodológicas que recebi e demonstrar o lugar do qual parti para construir a trajetória do MMT e MMB nos anos de 1980.

Aproveito essas considerações para destacar o quão enriquecedor foi o alargamento dos campos de investigação e das fontes históricas, permitindo a apresentação das relevantes contribuições destas personagens que, por muito tempo, foram invisibilizadas e de tantas outras que, atualmente, pluralizam as narrativas e trazem feitos que antes eram desconhecidos.

No que tange aos movimentos MMT e MMB, empenhei-me em demonstrar como se deram as suas formações, o apoio das/os colaboradoras/es e o trabalho da coordenação para firmar o movimento, despertar nas outras mulheres a conscientização de que era necessário fazer algo para barrar a opressão e o machismo e assim conseguir desempenhar as atividades dos grupos de mulheres.

Diversas foram as atividades (reuniões, encontros de casais e viagens) que mobilizaram e buscaram apoio e atitudes em prol dos direitos das mulheres. Na descrição da organização das reuniões, evidenciei o sentimento de partilha que as mulheres tinham umas

com as outras; compartilhavam alimentos, experiências, orientações, dificuldades, novos conhecimentos, entre outras coisas. E, para divulgar o calendário, os cânticos, as receitas e tudo que era do interesse do coletivo, as coordenadoras dos movimentos elaboraram vários materiais informativos.

Muitos foram os porquês que fomentaram a necessidade da existência desses movimentos de mulheres. Dessa maneira, discorri sobre as principais motivações e obstáculos, reivindicações, condições para atuação e resultados alcançados pelos grupos analisados.

Com relação aos empecilhos, estes foram orquestrados tanto no ambiente privado/doméstico quanto no público, na área urbana e rural, sob diversas formas. Frisei que, no período de constituição do MMT, o país passava por uma Ditadura Militar que dificultou ainda mais a efetivação das ações desse movimento, pois, por meio dos seus atores, algumas mulheres e ações que o próprio movimento fez em parcerias com os sindicatos de trabalhadoras/es e outras entidades foram reprimidas.

Mediante a tudo isso, as mulheres do MMT e do MMB resolveram não baixar a cabeça e se calar, uniram-se e, por meio dos movimentos citados, desenharam uma nova realidade para si e para as outras mulheres.

Compreendo com esta pesquisa que muito do que nós (mulheres paraibanas) vivenciamos de avanços nos dias atuais, a exemplo, da sindicalização das mulheres, dos direitos trabalhistas, do conhecimento sobre o corpo e a sexualidade, do encorajamento para não deixar passar impunes situações de violências, da busca pela independência financeira, dentre tantos outros progressos, são resultados das lutas travadas por esses movimentos sociais.

Pesquisar e escrever sobre estas mulheres e seus feitos por meio dos movimentos MMT e MMB trouxe múltiplos ensinamentos e novo ânimo para minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Essa mesma repercussão, possivelmente, será identificada nos relatos de outras pessoas que tenham acesso a esse material. Pois, no contato com ele, torna-se visível uma realidade que demonstra a determinação das mulheres, representadas pelas participantes dos referidos movimentos, em defender os seus direitos e na organização de lutas em prol de uma sociedade mais igualitária e justa, que nada tem a ver com os discursos discriminatórios e preconceituosos que apontam as mulheres como sendo frágeis, submissas e incapazes de se articularem e lutarem pelos seus ideais.

Registrar na escrita as trajetórias do MMT e MMB na década de 1980, no momento atual, em que tantos retrocessos no país colocam em riscos os avanços conquistados e citados

neste trabalho, dentre tantos outros, alcançados por meio de um alto preço, isto é, através, na maioria das vezes, de episódios de violências, inclusive, com vidas ceifadas, como ocorreram nos casos de Margarida Maria Alves, Maria da Penha do Nascimento e tantas outras mulheres, é uma maneira de buscar encorajar e entusiasmar as mulheres paraibanas e brasileiras a não ficarem quietas, nem emudecidas, quando as ações possam vir a prejudicar, diminuir ou violentar. Juntas fomos e seremos cada vez mais fortes.

Por último, no que concerne a contribuição para a academia e a historiografia da Paraíba e do Brasil, a realização de produções como esta tem imensurável relevância por disponibilizar um espaço para que as próprias autoras narrem os seus feitos e, por meio do registro destas narrativas, as trajetórias de movimentos sociais tão significantes como estes não sejam esquecidas ao passar dos anos, bem como, por esse material passar constituir-se em valiosa fonte de pesquisa para outras/os pesquisadoras/os.

REFERÊNCIAS

Fontes

Entrevista com Maria Izabel Cavalcante Pontes – Izabel, no dia 18 de abril de 2018.

Entrevista com Cícera Virginio de Freitas – Cícera, no dia 24 de abril de 2018.

Entrevista com Maria Benício de Pontes – Maria Preta, no dia 24 de abril de 2018.

Entrevista com Josefa Leonardo dos Santos – Zefinha e Ana Maria dos Santos – Ana, no dia 19 de junho de 2018.

Entrevista com Luzia Soares Ferreira – Luzia, no dia 29 de junho de 2018.

Entrevista com Maria de Fátima Lima – Fátima, no dia 29 de junho de 2018.

Entrevista com Maria do Céu Pontes da Silva – Céu, no dia 07 de julho de 2018.

Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Da Paraíba, 1986.

Bibliográfica

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. JV, 2014.

ANDRADE, Valber Rodrigues. **Luzia Ferreira**: Trajetória de luta e resistência. 2017, 27p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/16278/1/PDF%20-%20Valber%20Rodrigues%20de%20Andrade.pdf> Acesso em 08 de mar. de 2019.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradutores: Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012, 338 p.

BASSANEZI, Inez Eunice. **Estilos de vida das Pequenas produtoras rurais**: “As mulheres do roçado e do sítio”, 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio: Jeane Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da Política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco, 2011, 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2011%20Disserta%C3%A7%C3%A3o_Caroline_Ara%C3%BAjo_Bordalo_2011.pdf Acesso em 09 de mar. de 2019.

BORGES, Rayane Aquino. **A história de luta e a identidade camponesa do Projeto de Assentamento Santa Lúcia/PB**, 2014, 71p. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4823/1/PDF%20-%20Rayane%20Aquino%20Borges.pdf> Acesso em 21 de nov. de 2018.

BURKE, Peter. “História como alegoria”. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, vol. 9, n. 25, 1995, p. 197-212.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, junho 1994. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/21/23> Acesso em: 19 de set. de 2017.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, vol. 24, n. 69, 2010, p. 07-30.

_____. “O mundo como representação”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, vol. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **A química das mulheres**, Salvador: *On-line*, p. 20-21, 08 mar. 2004. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf> Acesso em: 22 de out. de 2017.

COSTA, Cléia Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **Revista História Oral**. Dossiê: Ética e história oral, vol. 17, nº 2, 2014, p. 47-67.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**. *On-line*, vol. 6, p. 9-25, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=62&path%5B%5D=54> Acesso em: 09 de abril de 2018.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 1980, p. 81–85. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377> Acesso em 18 de jun. de 2018.

DUARTE, Emmy Lyra. **Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB):** mobilização social, trabalho e relações de gênero, 2014, 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5852> Acesso em: 26 de jan. de 2018.

_____; GARCÍA, María Franco. Espaço Agrário e Movimentos Sociais na Região do Brejo Paraibano: O Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB). In: **18º REDOR**. Recife: UFRPE, 2014. Disponível em: <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/07/1982-4772-1-PB.pdf> Acesso em: 19 de set. de 2017.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória Político-educativa de Margarida Maria Alves:** Entre o velho e o novo sindicalismo rural, 2010, 146p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4922/1/arquivototal.pdf> Acesso em 18 de fev. 2018.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10,

p. 464 – 483, jul./dez. 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. Disponível em: <file:///C:/Users/PC%20Casa/Downloads/4173-10895-1-PB.pdf> Acesso em 24 de fev. 2018.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5860> Acesso em 09 de mar. de 2019.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução: Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, Flávia Maia. A (des)construção do imaginário cultural de mulheres rurais no momento de conflito pela terra. In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/242/109> Acesso em: 19 de set. de 2017.

GROSSI, Yonne de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. **Revista História Oral**. Dossiê: Narrativas e narradores. Vol. 4, p. 25-38 2001.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

LEITE, Maria da Soledade. **Minha história em poesia: Poemas reunidos**. Crato: Edson Soares Martins, 2016.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; FORTUNATO, Maria Lucinete. Vias de ingresso na política partidária: o caso da inserção política da deputada Estela Bezerra. In: II Encontro Nacional de História Política: História, Rupturas Institucionais e Revoluções, 2017, João Pessoa. **Anais II Encontro Nacional de História Política: História, Rupturas Institucionais e Revoluções**. João Pessoa: *On-line*, 2017. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/edicao_2017.html?search=Elizabeth+Christina+de+Andrade+Lima# Acesso em 22 de nov. 2018.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final / Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017. Disponível em: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf Acesso em 08 de mar. de 2019.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Revista PUCSP – Revista Eletrônica**. São Paulo, 1997, p. 25-39. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240> Acesso em 29 de maio de 2016.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana: modo de uso**. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

_____. *Mulheres versus Ditadura, Latifúndio e Misoginia na Paraíba*. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7537> Acesso em 24 de junho de 2018.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio. 2007. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010> Acesso em: 07 jul. 2019.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 51-70, maio 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100004>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho**: Tessituras de gênero, (desa)fios da história (Paraíba, século XX), 2008. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7230/1/arquivo3295_1.pdf Acesso em 10 de junho de 2019.

SILVA, Janaina Vicente; SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de; FERREIRA, Maria Gabriella Florencio. Militância feminina na Paraíba: Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo e Movimento de Mulheres Trabalhadoras no período entre 1980 aos dias atuais. In: IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB: Desafios e perspectivas da democracia na América latina, 2016, João Pessoa. **Anais IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB**: Desafios e perspectivas da democracia na América Latina. João Pessoa: CCTA, 2017. p. 2541-2554. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/09/IX-SIDH_Anais-Eletr%C3%B4nicos-2.pdf Acesso em 24 de jun. de 2018.

SILVA, Janiele Souza. **CPT, MST e Políticas de Reforma Agrária**: conflitos em torno da questão agrária e da luta pela terra nos Assentamentos Monsenhor Luigi Pescarmona e Margarida Maria Alves I, 2014, 40p. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3244/1/PDF%20-%20Janiele%20Souza%20da%20Silva.pdf> Acesso em 21 de nov. de 2018.

SILVA, Vera Lucia de Mendonça. **“Movimento de Mulheres ou Mulheres em Movimento”**: O percurso das coordenadoras do movimento de Mulheres do Brejo paraibano, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1995.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/136/130> Acesso em 18 de jun. de 2018.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã coletivo feminista**: Subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015), 2017, 123p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9575/2/arquivototal.pdf> Acesso em: 18 de fev. de 2018.

SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. Rosas da resistência: Mulheres militantes de movimentos sociais ocorridos no Agreste e Brejo paraibano nas décadas de setenta e oitenta do século passado. In: **VI**

Semana de Humanidades – I Encontro Interdisciplinar do PIBID/UEPB – Campus III. Guarabira: UEPB, 2014.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100006/8896> Acesso em: 07 jul. 2019.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. Tradução: Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. **Revista História Oral**. Dossiê Identidade e Região, *on-line*, vol. 5, 2002, p. 9-28. Disponível em: [file:///C:/Users/win/Downloads/47-190-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/win/Downloads/47-190-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história**. Tradução: Alda Baltazar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, 285 p.

VIERA, Jadson Vieira. **Engenhos de Memórias**: Mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984), 2016, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8551/2/arquivo%20total.pdf> Acesso em: 18 de fev. de 2018.

ZANGELMI, Arnaldo José. Pesquisadores e entrevistados: problemas éticos ligados a contextos de desigualdades e à atuação de movimentos sociais. **Revista História Oral**. *On-line*, vol. 19, n. 1, p. 129-148, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=633&path%5B%5D=pdf> Acesso em: 09 de abril de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Lista de entrevistadas

Ana	Ana Maria dos Santos
Céu	Maria do Céu Pontes da Silva
Cícera	Cícera Virginio de Freitas
Fátima	Maria de Fátima Lima
Izabel	Maria Izabel Cavalcante Pontes
Luzia	Luzia Soares Ferreira
Maria Preta	Maria Benicio de Pontes
Zefinha	Josefa Leonardo dos Santos

APÊNDICE B - Entrevista com Maria Izabel Cavalcante Pontes

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Memória, Militância e Mulheres: Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo *versus* latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Maria Izabel Cavalcante Pontes

Conhecida Popularmente: Por Izabel

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 18/04/2018

Tempo da Entrevista: 59min: 54s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes do dia da gravação, tivemos um contato prévio, momento em que me apresentei e expliquei sobre a pesquisa.

Pesquisadora: Vamos começar falando um pouquinho da sua formação. Por que a escolha do direito? Que ano formou-se? Pra depois a gente entrar com relação à militância.

Izabel: Devido à necessidade de advogados populares, realmente, comprometidos e capazes de defender as causas dos trabalhadores rurais, principalmente, as causas relativas aos direitos trabalhistas e agrários nas áreas de conflito, eu, na cidade de Serra da Raiz, decidi, numa reunião do sindicato com os camponeses, decidi fazer Direito, não era o que eu queria, eu queria uma área, Sociologia, História, eu não queria direito, mas, era uma necessidade, tanto é que eu cursei, passei a graduação todinha, assim meio triste porque eu estudava, mas, não gostava muito, só do direito agrário e do direito do trabalho né? Mas eu precisava de um instrumento, de um título, de um diploma para advogar para defender a classe trabalhadora e eu fui pra os sindicatos. Advoguei pra mais de vinte sindicatos rurais e pra mais de vinte áreas de conflito, da região do Brejo e Curimataú. Nós atuamos em Araruna, nas fazendas Calabouço, que era chamado de Varelo de Baixo, Varelo de Cima, Baxio do Riachão, por exemplo, Cajá de Alagoinha, Carvalho em Bananeiras, Muriçoba, várias áreas, várias áreas. E, também, dando assistência aos camponeses que eram despejados, individualmente, às vezes né? Ações de manutenção de posse, reintegração de posse, agravo de instrumento, quando os juízes concediam liminares, que a gente chama popularmente de nas cochas, que dizer, sem olhar o processo, concedia a liminar ao proprietário, às vezes, o proprietário era proprietário tinha o domínio, mas, não tinha a posse, quem tinha a posse era o agricultor há muitos anos. E eles chegavam com tratores para destruir essas lavouras. Uma vez eu fiquei até na frente de um trator com um papel, um oficial de justiça com um papel, com uma ordem judicial de reintegração de posse, sem aquele cara, sem o proprietário ou comprador da terra ter sequer conhecido à área, só tinha comprado. Tinha domínio, mas não tinha posse. Então, ele teria que respeitar a lavoura, as benfeitorias que existiam, as fruteiras que o pessoal

tinha, beneficiado a terra, então não podia chegar e tratorar. Eles tinham que pagar e tinha que, também, vê o direito de permanecer na terra, previsto pela lei 4.504 de 30 de novembro 64, que é o Estatuto da Terra, que foi uma das conquistas das ligas camponesas do Nordeste, principalmente, né? Que foi um movimento agrário, social agrário do campo reprimido violentamente pela Ditadura Militar e pela direita no Brasil. E no Brejo nos anos 50 e 60, então, a situação que eu encontrei como advogada, de direitos desrespeitados; direitos trabalhistas, totalmente, desrespeitados, os trabalhadores não recebiam décimo, férias, não tinha na parte da produção não havia respeito ao corte da cana, era assim um regime de semiescravidão, como tá voltando hoje com a aprovação da reforma trabalhista.

Pesquisadora: Em que ano foi a sua formação, na graduação?

Izabel: Eu terminei em 85 que foi, justamente, o final oficial da Ditadura Militar. Mas, terminei o curso em 85 e, historicamente, se diz que a Ditadura começou em 64 e terminou 85, mas havia resquícios dela né? Então, voltando ao assunto que eu estava, Margarida Maria Alves, foi morta no dia 12 de agosto de 83, salvo engano, porque era uma sindicalista que defendia os trabalhadores. Logo após as ligas, os sindicatos foram aparelhados pelos proprietários e alguns padres que apoiavam a direita invadiram os sindicatos, tomaram conta né?. Aparelham os sindicatos e os sindicatos passaram a ser, ter dentista, o FunRural e eles faziam tudo, os sindicatos, menos defender os interesses da classe obreira, da classe trabalhadora, que era a finalidade precípua que deveria ter, eles tinham dentista, médico, tinham consulta, mas, não tinham luta por direitos, então vieram às oposições sindicais no Brejo, as chapas dois, que começaram a retomar os sindicatos para que eles tivessem, obedecesse a sua real finalidade né?, então, eu participei desse movimento e presenciei. Margarida foi uma dessas pessoas que se engajou nessa luta e começou a cobrar décimo na justiça, férias, quando os trabalhadores eram demitidos, e também, durante o contrato né? De trabalho, a verificar, nós, isso ensinou, na parte dos canavieiros, as campanhas salariais, as semanas sindicais que visava às oposições e o fortalecimento, comemorações do primeiro de maio.

Pesquisadora: Quem organizava essas semanas sindicais?

Izabel: Os sindicatos com a assessoria do SEDUP, que eu entreguei de 76 a 81. Uma equipe vasta lá. O SEDUP era os serviços junto com o movimento sindical rural. No caso, quando fazia uma punção não era oficialmente os diretores sindicais né?, mas, eram os trabalhadores rurais que integravam a categoria que estava fazendo oposição sindical, então, era a categoria obreira rural, o trabalhador rural que organizava essa, junto com os serviços da Diocese de Guarabira e do CENTRU que era independente né?, que tinha a sede em João Pessoa, a Universidade Federal da Paraíba, existia um trabalho conjunto de extensão né?, de pesquisa, de extensão que alcançava esses movimentos, né?. Então, primeiro movimento que teve foi de oposição sindical, a semana sindical era para preparar o primeiro de maio, então, envolvia todo mundo.

Margarida se projetou como liderança, enquanto liderança, nessas comemorações do primeiro de maio porque ela tinha um discurso muito firme e era muito carismática. Ela, também, era uma pessoa de muita visão, embora, ela não tivesse ideologicamente muita clareza. Mas, ela tinha muito contato com a CONTAG que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, isso dava a ela uma certa, pelo menos, ela tinha uma visão de que deveria defender o trabalhador. A CONTAG – A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura sempre foi muito combativa no Brasil. Sempre, sempre foi, então mesmo que as federações dos estados, no caso da Paraíba não fosse tão atuante quanto a CONTAG, mas ela como ia nos encontros em Brasília e participava dos encontros conosco, com os serviços da região do Brejo, ela, enquanto sindicalista, ela cresceu e ela se projetou, ela tinha uma personalidade muito forte. Politicamente, no local, ela se defendia como podia, não é. Ela não tinha aquela clareza ideológica né?. Mas quando Lula veio a primeira vez em Guarabira, ela estava, ela e o marido, Cassimiro, salvo engano. Participando como luta para poder fazer avançar as bandeiras dos trabalhadores no Brasil e no parlamento, porque no começo era organização política dos trabalhadores.

Os conflitos agrários, as lutas de permanência na terra, as lutas de formação, a gente fazia educação em direitos humanos sem ter a ideia que tava fazendo isso.

Pesquisadora: Você falou aí da morte dela em 83, e então foi antes do termino do seu curso e você já estava engajada?

Izabel: Tava, eu tava engajada na luta desde 76 e na igreja desde eu acho que 71, 72. Mas a gente, eu era catequista, mas eu já lia muito e a gente ensinava o pai nosso, os mandamentos da igreja, os mandamentos da lei de Deus, os sacramentos, mas eu, também, ensinava que tinha que ter partilha, que a igreja segundo o concílio do Vaticano, Medellín e Puebla, Puebla não tinha havido ainda, que a igreja tinha que caminhar com os pobres, eu tinha essa visão já. Mas, uma visão mais religiosa, e depois, pensei até de ser freira, mas depois quando chegou Dom Marcelo em Guarabira, salvo engano, 76 mesmo, aí a gente começou um trabalho, ele veio, ele era muito amigo de Dom Hélder Câmara, a gente conheceu Dom Hélder. A arquidiocese da Paraíba, de Guarabira não era diocese ainda, ele era Bispo auxiliar. Dom José era o bispo, o arcebispo. E a gente fazia treinamentos em Recife, treinamento pastoral; e lá nós conhecemos a linha da Regional Nordeste II, que a gente integrava, que era uma linha da Teologia da Libertação, era uma linha de defesa dos pobres, como Jesus pedia né? Aí começou o trabalho prático né? Começou o trabalho prático social, em conjunto com o movimento sindical, claro que eram independentes dos serviços, mas, nós tínhamos uma parceria, a gente tava, sempre estava prestando serviço a eles.

Pesquisadora: Quando Dom Marcelo chega é que vai começar, também, esse enraizamento pra o SEDUP?

Izabel: É, começou logo, assim que ele chegou começou, embrionariamente, O SEDUP. Eu já participava, era irmã Valéria Rezende, irmã Consuelo, eu, depois vieram Giuseppe Tosi a esposa dele Inez, várias outras pessoas que vieram, Orlandil, é..., Zezinho que é José Barbosa, é..., Silvio, Lola, que todos são universitários hoje. Graças a Deus.

Pesquisadora: A SEDUP era o que?

Izabel: Era serviço de educação em direitos humanos, educação popular né?. É, existia os treinamentos, quer dizer, se fazia essa educação popular na luta né?, havia treinamentos, formação, lia-se sobre história da classe operaria, história dos movimentos agrários. Era jornais, todo material das semanas sindicais eram feitos no SEDUP, lá tinha um mimeógrafo, era ainda no tempo do mimeógrafo. As cartilhas com cânticos, é, na verdade era um trabalho em conjunto. E eu, também, trabalhava com a CPT era um trabalho irmanado da CPT, que a gente fazia com os agricultores. O pessoal que estava sendo expulsos da terra, sem direito a nada, pessoas com as lavouras destruídas, pelo gado do proprietário, é, havia o que se chama turbação da posse e esbulho. Turbação era quando o proprietário botava o gado e destruía a lavoura, mas, o trabalhador ficava. E o esbulho concessório era quando tirava tudo e derrubava a casa e a gente ia lutar para reintegrá-lo. E as audiências eram marcadas porque os juízes, existia legislação, estatuto da terra, existia a legislação trabalhista, também, dos direitos trabalhistas, mas, os proprietários eram sempre beneficiados. E a gente lutava com muita garra pra poder derrubar, graças a Deus, é, a gente conseguia graças a Deus, derrubar as liminares dos patrões. Denunciava, às vezes, mas, era difícil não era fácil porque como tinha posse à gente fazia uma pressão, denunciava nos jornais, falava na rádio, então, isso ajudava que os juízes não fossem tão imorais porque tinha uns que concediam liminares sem nem ouvir as partes, entendeu? só com a escritura do proprietário, mas, não sabia de certeza o que estava acontecendo, na verdade o que acontecia, pequenos proprietários que tinham sido donos no passado cujos pais e avós tinham sido donos, aparecia o cara as vezes com a escritura, dizia que era dele e queria botar o povo para fora, e também, tinham pessoas que não eram proprietários eram poceiros, trabalhadores, mas o novo proprietário, ou filho do dono ou próprio dono, ou genro quando o dono não ia, chegava e queria tirar no cacete, sem pagar as benfeitorias, sem pagar os direitos do posseiro. Porém o que nós queríamos não era que ele recebesse isso aí, a gente lutava pela permanência na terra, prevista no estatuto da terra. E o trabalhador não saísse para ponta de rua.

Pesquisadora: Então, no início desses trabalhos, tanto da CPT quanto do SEDUP não era algo direcionado para mulheres mais para todos, para os camponeses de maneira geral?

Izabel: Era, mas as mulheres, elas, em todas essas lutas, como formadoras e como pessoas, as grandes lideranças eram todas mulheres. Todas. Tinham homens, também, mas as mulheres, no Varelo de Baixo era Antônia, se projetou muito, é uma mulher muito inteligente, irmã de Tota que foi candidato a senador, pelo PT, uma vez, um trabalhador. Tinha Lia no Baxio, tinha Raimunda em Alagoinha, que dizer várias mulheres, as mulheres sempre se destacavam. Margarida como sindicalista, tinha Maria

em Cuitegi, que era mulher e na linha da CONTAG, fazia parte, diziam que era pelega, mas ela pelo menos acolhia o trabalhador. Tinha em Pirpirituba, em Belém, em todo canto tinha mulher, Izabel em Tarcima, que dizer, as mulheres tinham um papel muito grande. E elas depois dentro da CPT, Salete, Raimunda mesmo, eu participei, também, as mulheres em todas as áreas da luta. Por exemplo, como formadora tinha irmã Valéria, tinha Claudete que faleceu que era do MAC e participava, tinham muitas mulheres.

Pesquisadora: O que você consegue recordar dessa formação inicial do Movimento de Mulheres Trabalhadoras?

Izabel: As mulheres começaram a ver as questões que eram delas né?, por exemplo, nas negociações coletivas, na primeira greve dos canavieiros, é, no dissídio coletivo e nas convenções coletivas colocar as questões delas né?, começou assim vendo isso, a questão da mulher, como posseira a mulher não podia se aposentar se o marido fosse aposentado, mesmo ela também sendo trabalhadora rural. Era um absurdo. A gente lutou contra isso, é..., a mulher, ela quando tava grávida trabalhava na cana era levada nos caminhões junto com as ferramentas de trabalho, não havia lugar de amamentação, Doutora Rita Gadelha, inclusive que é muito conhecida, deu direito à mulher. Nas convenções que eu participava, muitas lutas aconteceram, elas foram protagonistas das lutas de terra, de forma muito, até mais forte acho que a maioria dos homens, elas eram maioria, elas começaram a ver que tinham questões delas né? Então começaram a se reunir e fundaram o MMT – Movimento das Mulheres Trabalhadoras, aí houve um Congresso em Guarabira do qual participou, também, Penha lá de Alagoa Grande, Margarida, e nesse Congresso foi feito um documento e foi uma equipe de mulheres e eu fui como assessora jurídica, e marcaram uma audiência com todos os ministros da república. Eu achei isso impressionante naquela época. Nós fomos pra Brasília, fomos a todos os ministérios, justiça, previdência, e em cada um foram entregues, é, reivindicações relativas à questão da mulher. Nós conhecemos Jaqueline Pitanguí, que era secretária nacional da secretaria das mulheres né?, que foi criada. Começou-se uma articulação pra ver a importância da mulher, dos direitos delas, porque elas trabalhavam mais do que os homens, no roçado, e trabalhava em casa e era reprimida né?, às vezes não estudava porque não tinha tempo, porque era muito sobrecarregada, e também, na luta, entendeu? E essas reivindicações eu acompanhei.

Pesquisadora: Você lembra em qual ano, ou a década que foi isso?

Izabel: Me lembro que foi antes da Constituinte, sabe, não sei se foi 85.

Pesquisadora: Mas é década de 80?

Izabel: Meados da década de 80 para o fim. Eu lembro que eu fui como advogada já, eu não sei se eu já tinha terminado o curso, mas eu vou verificar. Mas eu fui acompanhando como assessora, né?. Assessora jurídica já. Tenho impressão que foi depois da minha formatura já. Porque eu trabalhei muito tempo lá né?. E essa viagem foi de um crescimento... foi muito boa, porque a gente viu que as mulheres do Brejo, simples, camponesas e pessoas, também, da área urbana, mas, geralmente que apoiavam; mas as camponesas do brejo estavam fazendo história porque levaram reivindicações para serem analisadas na constituinte né? Para os ministros de estado, coisa que eu naquela época por mais que eu lesse eu não achava aquilo assim, foi uma coisa realmente nova, inusitada né? Um exercício da cidadania plena, chegar na república, visitar congresso, visitar o palácio, assim..., visitar os ministérios, ser recebida, porque foram marcadas as audiências pela secretaria da mulher lá. Então, nós ficamos uns dias lá em Brasília e retornamos com esse sentido né? De empoderamento da mulher. Aí depois vieram as outras questões peculiares da mulher né?, a questão da amamentação, da maternidade, outras coisas, da saúde da mulher, no começo era mais geral, era conjuntura geral né?, daquilo que elas pensavam, associação da mulher, do direito delas se associar, o direito dela se aposentar, o direito dela de ter o local para amamentar no campo quando ela trabalhava, um lugar coberto que não fosse insalubre.

Pesquisadora: Essas reivindicações já eram do MMT?

Izabel: Já.

Pesquisadora: Com relação a sua família, porque se hoje é difícil ainda a luta das mulheres nessa região onde impera o machismo ainda nos dias de hoje e lá como isso se deu na sua casa? Havia um certo receio por você está na luta?

Izabel: Tinha. E eu pelo envolvimento do trabalho e depois da expulsão do Padre Vito Miracapillo, houve um protesto lá e do qual participamos todos e Padre Vito, era um Padre de Ribeirão Pernambuco, que se negou a celebrar uma missa de independência dentro de uma usina, ele disse que não ia celebrar porque o Brasil não era independente e que também não ia celebrar dentro da usina porque Deus não era de propriedade do usineiro. Dentro da capela da usina porque lá havia opressão e escravidão, mais ou menos isso, Padre Vito Miracapillo, ele foi expulso do Brasil, houve um protesto, porque éramos ligadas a igreja, também, tendo em vista, o trabalho que a gente fazia que não era só da igreja, era um trabalho social né?, sindical, de assessoria para os movimentos sociais e sindicais. Eles tentaram alcançar outros padres que eram estrangeiros e que tavam na região da diocese, que é uma região referência na luta pelos direitos humanos né?, e eles queriam atingir a região, aí eu fui enquadrada na lei de segurança nacional né?, respondi um processo militar, e passei muita pressão, muita perseguição, muita coisa, mas eles não conseguiram êxito, porque eles queriam que eu dissesse que, que o padre comenta na missa, nesse tempo não existia transmissão, gravação, então bastava que eu dissesse que eles comentavam o evangelho e falasse em justiça, eu dizia apenas que eles liam o evangelho e comentavam, não entrei em detalhes, aí eles não conseguiram expulsar os religiosos que estavam trabalhando lá. Depois, eu e o padre Reginaldo do morro da Conceição, muito conhecido na Regional Nordeste II, que era padre do morro, né? morro da Conceição, conhecido pelas lutas urbanas lá em Recife, nós dois fomos enquadrados na lei de segurança nacional. Ele porque fez um hino chamado Vito, Vitor, Vitória, e eu porque na luta lá teve uma pichação, um protesto e acabou que chegou em mim pra que eu fosse entregar todo mundo, mas, aí eu tinha dezoito anos, mas, na época a maior idade era vinte e um, aí foi isso nós conseguimos. Eu e Padre Reginaldo fomos absolvidos e eles, também, não conseguiram nem com Padre Reginaldo nem comigo atingir ninguém né?. O trabalho foi preservado. Eles queriam atingir o trabalho que a gente fazia. Então, o trabalho era em toda região da diocese, Brejo e Curimataú.

Pesquisadora: Mas aí esse padre foi expulso do Brasil?

Izabel: Foi.

Pesquisadora: Depois ou nesse período de desligamento e tal? Processo?

Izabel: Sim, aí eu fui responder em Recife na auditoria militar perto do porto, no Recife antigo ali, tinha uma juíza chamada Iara Dano e isso saiu na Veja, teve repercussão no Jornal do Brasil, estudante né... paraibana, protesto contra expulsão de Padre Vito Miracapillo. As discussões eram né? STF reacionário e fascista, que foi o órgão que expulsou, o mesmo órgão que expulsou Padre Vito expulsou Olga Benário né?, entregou Olga Benário pra ser morta pelos nazistas, então, era tipo isso e nessa época que ainda que era ainda estava no Governo de Figueiredo, estava em plena Ditadura Militar, quer dizer, em plena não já tava nos estertores né?, mais ou menos, mas tava ainda né?.

Isso era em 81, então, esse processo tramitou e por aí vai né?. De certa forma você fica estigmatizada, mas, importante pra mim em responder esse processo era que eles não atingissem o trabalho da gente, que eles não conseguissem de mim nenhuma delação em relação aos companheiros e as lutas. E eles não conseguiram, eles diziam: faz o quê?, eu dizia: lê o evangelho e comenta. – Tem livro, tem no sei o que? – Tem a bíblia, que dizer, e o cara do DOPS, você é fichado ..., – essa menina é muito jovem!. Eu tinha 18 anos, parecia quatorze, era bem xoxinha, bem magrinha, bem limpinha, bem... Aí ele olhava assim, essa menina é muito inteligente ou foi instrumentalizada por alguém, então, nós ali já tínhamos um debate, a gente tinha um trabalho, um compromisso cristão e também como cidadã. Não era só um trabalho, tinha vários níveis, eu enquanto pessoa participava da igreja, mas, eu também era cidadã, era eleitora né?, eu tinha posições políticas, tinha posições religiosas, mas, era com um direcionamento pra o lado social, né?, com um trabalho social. Então, tudo convergia, porque às vezes as pessoas, que lutavam, que se uniam, vai ter um, às vezes na área urbana a greve dos bancários, a gente vinha ajudar, vai ter uma greve geral a gente ajudava, greve dos canavieiros, dos bancários, do pessoal da universidade né?, vinha ajudar, era uma luta conjunta.

Pesquisadora: Quando vocês foram pra Brasília o MMT já existia?

Izabel: Foi em nome do MMT esse documento. Eu me lembro que tinha o nome MMT no documento.

Pesquisadora: Você recorda se foi em 80?

Izabel: Eu acho que foi depois, eu me lembro que eu fui como advogada, eu acredito que eu já era formada, eu me formei em 85. Se foi de 85 para 86, eu não sei precisar não.

Pesquisadora: Eu queria saber se houve algum documento de constituição da Associação de Mulheres Trabalhadoras?

Izabel: Têm registros, eu não tenho esse registro. Eu tinha esse documento.

Sim nós trabalhamos antes do MMT surgir, nesse caso era eu e o pessoal da Pastoral nós trabalhávamos com as lavadeiras de Guarabira. Foi um primeiro movimento para além das agricultoras, só mulheres, de mulheres lavadeiras, depois se transformou no sindicato das domésticas. Mas começou com as lavadeiras que eram trabalhadoras avulsas como se chama, sem segurança, é, que lavavam roupas, trouxas imensas, por quantias irrisórias com sabão, que desgastavam as unhas, então aquilo era um fato marcante nas cidades, eram as lavadeiras que passavam com as trouxas na cabeça né?, então começamos no Bairro do Nordeste a fazer esse trabalho com as lavadeiras, no Bairro do Nordeste I, II e III. Principalmente do Nordeste I e II.

Pesquisadora: Do MMT você recorda de atividades que ele proporcionou pra essas mulheres?

Izabel: Havia cursos de formação, é, de história sindical, assim, era tudo integrado na luta agrária, também, por que essas mulheres eram oriundas de onde? Das áreas de conflito ou senão de terra, mesmo que elas morassem em área que não tinha conflito, em pequenos sítios, mas, elas tinham produção né?, então, lutavam pela garantia do preço da lavoura e ajudavam as áreas que tavam em luta, entendeu? Havia encontro na Diocese de Guarabira, lá no Paulo VI que era geral das pastorais, que todos os animadores e chamadas comunidades eclesiais de base começou com isso, com as comunidades eclesiais de base. Por aí foram surgindo às áreas de conflito, aí ficou específico da CPT né? Direitos agrários na CPT. Foi criado o Centro de Orientação em Direitos Humanos que eu integrei como advogada, que defendia direitos, que dava assessoria jurídica aos sindicatos e que também dava assessoria jurídica aos conflitos agrários e às questões trabalhistas, era a parte jurídica, a parte de luta CPT e a parte de formação SEDUP né? E aí foram criando as especificidades, tinha coisa que era questão só da mulher, ela tinha que pautar e só pautou com o MMT - o Movimento das Mulheres Trabalhadoras. Já havia uma luta, mas, começaram a se organizar e dizer nós temos reivindicações específicas que são nossas, que precisam ser colocadas.

Pesquisadora: Como foi a repercussão desse movimento para as mulheres? Tinha uma integração delas? Como você via a atuação do MMT?

Izabel: Essas mulheres são as mesmas mulheres que já estavam nas lutas gerais, né? Elas não surgiram só. Algumas talvez, mas, a maioria já estava nas lutas. Foi apenas uma forma de que as mulheres lutavam, lutavam, mas elas tinham reivindicações que eram delas e que não era só reivindicação econômica que devia que prevalecer. Por exemplo, na convecção coletiva do trabalho, nas convenções coletivas tinha salário, tinha questão das condições de trabalho, tinha questão da produção, do valor da braça, do corte de cana por produção né?, tinham vários direitos, mas também tinham direitos das mulheres para serem incluídos né?. Então, aqueles que a gente falou. Tinham coisas específicas da mulher, então começaram a ser colocadas nas convenções coletivas, direitos das mulheres, das mães que amamentavam, do trabalho né? Em local insalubre, as situações começaram a ser pensadas pelo menos, da amamentação principalmente que eu me lembro, do trabalho, também, da igualdade de salário, que às vezes pagava, a mulher ganhava menos entendeu? Embora, produzisse igual, até mais, do trabalho dobrado da mulher, os homens começaram, aí começou a questionar nos homens machistas né?, nos agricultores, também, de participar das reuniões, de poder ir para Guarabira que era o centro de formação.

Aquela menina que era catequista, intelectual, que lia muito, que, que estudava latim, francês, num sei o que. E agora era uma pessoa de esquerda né?. Eu não cheguei a ser presa, eu fui ouvida pelo DOPS que foi em Guarabira.

Pesquisadora: Eu não recordo se você disse o ano desse processo?

Izabel: Começou em 81 né?, aí terminou bem depois assim, porque o processamento foi em Recife, só que as pessoas da cidade era um reboleio, no dia do meu julgamento, o pessoal gostava tanto de mim na cidade, algumas pessoas né?, os que gostavam, que desligaram a luz pra não sair na tevê porque era uma coisa triste, as pessoas não entendiam o que tava lidando, a imagem né?. Aí eu fui absolvida, teve uma festa com o povo da igreja foram lá de casa né?. Mas assim, deu ter recebido a solidariedade de algumas pessoas, até da classe média, também, alias minha família era classe média, mas assim, o que prevaleceu o fato de ser reconhecida, embora, que o estigma ficava assim, ei foi presa, vai ser presa, não sei o que, aquele movimento da cidade. Isso causou nos meus avós, que eram pessoas muito afetuosas comigo, eles não ficaram contra mim, eles ficaram só temerosos com o que acontecia, agora os tios, os primos que eram né?, meio de direita ficavam criticando, dizendo coisa, ah aquele negócio que aconteceu com você, como se isso fosse uma mancha.

No meu caso já não tinha mais as ligas, assim, mas teve o processo militar, que pra uma jovem na minha idade, assim, uma jovem do interior da Paraíba e tal, achar que abalou a segurança nacional, era meio traumático. Oxe, o que um protesto? Não tinha sentindo, mas, as pessoas de direita, claro, a de extrema direita de Guarabira ficaram enviesada e achando não é a igreja que tá fazendo a cabeça dessa menina, não sei o que. Na verdade, eu tinha uma convicção ideológica e política já firmada há alguns anos. Lá nós tínhamos nesse tempo hábito de lê, tinha biblioteca do colégio e eu lia sempre, via a história do mundo, da classe operária, a história do Brasil, a *História Sincera da República*, a verdadeira história do país, da concentração de terra, da concentração de renda, das injustiças sociais, do capitalismo terrível e selvagem, das lutas sindicais no ABC paulista, de onde surgiu a liderança de Lula, que dizer, das lutas no Nordeste, das rebeliões havidas no Brasil, balaiada, revolução pernambucana, revolução praieira, várias revoluções, alias lutas, de reação no Pará em todo canto, sempre reprimida, o extermínio dos índios, que dizer da história né?.

Pesquisadora: Você lembra Izabel de alguma outra mulher do MMT que tenha passado, por alguma repressão por causa da militância?

Izabel: Nesse sentido não. Assim, de processo militar não. Mas, perseguição sempre tinha. Porque tinha risco de vida permanente, porque saia de casa pra lutar não sabia se voltava. De emboscadas, tinha riscos, corria risco de vida. Os capangas ameaçavam, sofriam pressão. Não chegaram a responder um processo militar, mas, nas lutas, por exemplo, do Varelo de Cima, é, as mulheres, todo mundo invadiu as missas, que tava tendo missa com Dom Marcelo lá, pra ajudar os camponeses, chegaram os proprietários armados, mas, os camponeses reagiram.

Pesquisadora: Na missa?

Izabel: Na missa, assim, numa casa pobre assim, numa puxada né?, e o juiz chegou lá com um papel para entregar, a gente ficava meio ilhado, lá em Araruna, até que eu tive, eu fazendo a queixa na delegacia, com os proprietários e pistoleiros na janela e eu fazendo. Esperando só um tiro. Depois, a gente, eu disse sabe o seguinte, eu vou para casa do juiz, que era Fabiano, eu fui pra casa do juiz e fiquei lá, como que pediu asilo político, o juiz ficou branco, por que a maioria defendia os proprietários mesmo, pois eu vou ficar aqui porque se eu sair daqui eu podia morrer e eu na casa do juiz se complicava, então, o juiz tinha que tomar uma atitude né?, então, nós nos comunicamos e saímos de lá pra o jornal.

No conflito no Baixio, a polícia militar ficava dentro das áreas com um camburão perseguindo os camponeses, de quem eu estava apoiando. Teve uma vez que a gente saiu do Baixio de Riachão de madrugada rastejando entre os gravetos, como se fosse uma guerrilha sabe? E eles de vez em quando focava com o farol, e a gente que tava de camisa branca teve que tirar e rastejando mesmo, rasgando o... como se fosse na época do cangaço né?. E nós chegamos em Dona Inês pelo Sítio Cuzinhas e fomos pra casa paroquial e lá o pessoal deu alimento pra gente, a gente tomou banho e veio, pegamos um ônibus e Padre Luís e irmã Valéria e outras pessoas tavam esperando a gente lá em Cachoeira, depois de Belém ali, em Cachoeira.

Mas aí o pessoal denunciava, a gente tava dentro, eles podiam ter morto todo mundo, ter dito que houve um enfrentamento, que é guerra, a gente era guerrilheiro, a gente tava lá trabalhando, mas ninguém tinha arma, não tinha nada né? Mas eles podiam armar alguma situação. Eles estavam lá e eles eram pagos pelo povo, dos impostos, é... não era para servir aos proprietários, eles tinham que dá

segurança à população e eles estavam lá como capanga armado de latifundiários. Isso a gente denunciava. O trabalho nesse aspecto, era bem coeso, era articulado, era muito bom. Como eu fui criada no interior, apesar de ter alguém me ajudando, mas, eu gostava de cuidar da casa, dos meninos, eu cozinhava, eu arrumava, eu botava flores, [...] agora tinha um lado meu que gritava, que era o meu lado político, o meu lado feminista, o meu lado né...? Isso insurgia.

APÊNDICE C - Entrevista com Cícera Virginio de Freitas

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Mulheres, Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo versus latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Cícera Virginio Freitas

Conhecida Popularmente: Por Cícera

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 24/04/2018

Tempo da Entrevista: 29min: 39s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes de começar a gravação, conversei um pouco com Cícera, me apresentei e expliquei sobre a pesquisa e nesse momento Cícera acabou falando de algumas questões da sua militância que depois para ter o registro tive que pergunta-la novamente, no momento da gravação.

Pesquisadora: Então, Dona Cícera, deixa eu lhe perguntar de novo: É, no caso a senhora começou através da CPT, lá no iníciozinho de 80?

Cícera: De 80, 81 por aí assim. Foi na época que Dom Marcelo chegou aqui. Eu trabalhava com Dom Marcelo, aí chegou um pessoal da Itália para trabalhar aqui, também, nesse movimento. Nesse tempo, tinha muito movimento: tinha greve, tinha muitas coisas, foi tempo que chegou Pade Luí, que Pade Luí é alemão. Aí chegou Pade Geraldo, que é Alemão também; e aí começou essa luta dos canavieiros da cana-de-açúcar. Aí a gente ia para todo canto, minha fia, cozinhar... eu era cozinheira. Nós ia para João Pessoa lá para o mosteiro de São Bento. Eu cozinhou para 80 homem canavieiro.

Pesquisadora: No caso, a sua ligação era com a Pastoral da Terra?

Cícera: Era com a Pastoral da Terra e os movimentos de mulheres, também, porque muitas mulheres não sabia cozinhar, não sabia cuidar de uma criança, entrar, nem sair. Aí a mulher que eu trabalhava com ela, tudo isso ela mim ensinou, que, também, não sei lê, mas, assino o nome. Aí ela começou a mim ensinar e lá vai e lá vai, aí nós abrimo o mundo.

Pesquisadora: A senhora lembra quando foi que tinha Valéria Rezende, Dom Marcelo Carvalho, que foram eles que organizaram a SEDUP?

Cícera: Foi isso mesmo.

Pesquisadora: A senhora lembra de como se deu essa organização?

Cícera: Lembro, porque começou essa organização todinha quando houve umas morte; agora, eu só não lembro é o nome do sítio, não lembro, não lembro o nome do sítio, que aí veio, mataram muita gente por aqui, nesse tempo.

Pesquisadora: Homens ou mulheres?

Cícera: Homem, mulher não. Mulher era muito maltratada, mas também, não morria. Aí começou, Dom Marcelo começou formar esse grupo de gente para trabalhar e butar no mei do mundo pra vê se abrandava essas morte, metade dessas morte. E o povo tava sofrendo muito com fome, muita escravidão dos usineiros, os usineiros era muito perigoso, pastorava e mandava matar. Padre Adelino mesmo ... eu ia saindo pra vim pra casa, chegou um carro preto assim, ohhhh os caras! chapeuzão de gaúcho, aí eu fiz que ia voltando, aí avisei, bati na porta: – não saia Pade Adelino que tem aí dois bandidos num carro preto, não saia! Aí Pade Cristiano tava, também, esse povo era tudo dessas coisas, dos movimentos, tudo, tudo. Aí Dom Marcelo escrevia aquela carta, aí entregava a Pade Luí, que Pade Luí era o chefe que andava atrás dessas coisas, muito arriscado, também.

Pesquisadora: Nessa época, a gente, também, vivia no Brasil a Ditadura Militar e, na Ditadura militar, os repressores não gostariam que tivessem essas organizações de mulheres e nem como o SEDUP organizava pra os camponeses?

Cícera: Não, não. Porque aí a gente fazia muita greve, aí havia greve assim, o povo se ajuntava aquela ruma de mulher, homem, tudo, aí ia pro meio do mundo. Interrompia estrada, não sei se você deve se lembrar, se viu falar em Margarida Maria Alves? Pronto, ela que era prantada dentro desse negócio. Nesse tempo, eu já trabalhava com Giuseppe.

Pesquisadora: No caso a senhora tá falando de Giuseppe Tosi?

Cícera: Sim.

Pesquisadora: Ele é professor lá da universidade.

Cícera: É, eu trabalhei doze anos com ele. Ah, minha fia, ali foi uma benção para mim: é pai, é filho, é irmão, é tudo. Eu trabalhei muitos anos aqui. Aí, minha fia, foi nesse tempo que começou essa revolução todinha, de greve, de matador, matador de aluguel como se diz. As usinas trancando, fechando as estradas pá ninguém não passar. Eles sofreram muito.

Pesquisadora: Sofria o líder da casa e a mulher ia junto?

Cícera: E a mulher, todo mundo era preseguido, era preseguido mesmo. Agora tá bom demais porque acabou-se esses movimento. Mas, antigamente pra traz, pela misericórdia, minha fia. Era demais. Aí Inez deixou, que era esposa de Giuseppe, afastou-se que ela engravidou, aí ficou só com o movimento de mulher. Movimento de mulher que tem o dia 8 de mauço né? Dia 8 de março, aí ela começou com esse movimento de mulher no dia 8 de março.

Pesquisadora: E isso ela era ligada à SEDUP?

Cícera: Isso, ela era ligada à SEDUP, ligada à Diocese, tudo isso, era combinado com Dom Marcelo. Tudo isso era combinado com Dom Marcelo, Pade Adelino e Pade Luí.

Pesquisadora: No caso, a senhora não participou da direção do MMT não, a senhora foi integrante; assim, ia para as atividades?

Cícera: Só pra atividades, eu ia cozinhar, ou pro movimento e se fincava no mundo.

Pesquisadora: Era o que que tinha assim quando vocês viajam, era palestra, caminhada?

Cícera: Era palestra, reunião, debate pra ninguém invadir as terras, ninguém invadir aquelas terras.

Pesquisadora: E além da senhora, enquanto mulher, tinha outras mulheres que participavam?

Cícera: Tinha muita minha fia. Tinha muita mulher, tinha uma que é Fátima, Fátima do SEDUP, se você for dá uma entrevista, fazer uma entrevista com ela, Ave Maria!

Pesquisadora: Betinha, lá na Cúria, me indicou ela também.

Cícera: Pronto, após se você for, que Fátima vivia cozinhando pra esse povo, quando ela ... eu nunca ia que eu tinha criança pequena em casa e eu ficava com as meninas de Inez, pra esse movimento delas. Aí eu nunca ia, mas, Fátima era de dentro. De dentro mesmo. Mas, se você for lá, você colhe tudo que você quiser.

Pesquisadora: A senhora lembra de outras que participavam naquela época além de Fátima, que organizavam essas palestras, essas reuniões?

Cícera: Tinha Lola, tinha Valéria, aí Valéria, mas Valéria agora, e tinha. Era muita gente minha fia nesse movimento e a maioria desse povo tá morando tudo em João Pessoa.

Pesquisadora: Ainda sobre as reuniões das mulheres, essas reuniões aconteciam assim com muita frequência? Ou era uma vez só no mês?

Cícera: Não, era todo domingo.

Pesquisadora: E tinha muita mulher que ia?

Cícera: Era 110 mulher.

Pesquisadora: No iníciozinho, logo quando começou?

Cícera: Não, quando começou era 25, aí foi aumentando, porque Inez me ensinou a cozinhar, Inez de Giuseppi, esposa de Giusseppi, aí ficou pra eu dá, ensinar a elas a cozinhar, aí cada pessoa levava aquele alimento, era lá na Cúria mesmo, aí lá a gente cozinhava, aí nós ia, espicava como era que fazia tudinho, aí comia, o que sobrava cada qual levava o seu pra casa e pronto. Aí daí foi aumentando, foi aumentando, ficou foi 112 ou foi 115 mulher, aí isso era pra lavadeira, cozinheira, babá, telefonista, tudo tinha. Inez dava aula, aí tinha as outras representantes que ensinava, também. Aí Inez deixou na mão de Izabel Sofia, sabe quem é? Izabel Sofia?

Pesquisadora: Não.

Cícera: Ela agora tá bem veinha, ela tá mais fazendo essas coisas não. Ela mora com Valéria, em João Pessoa. Aí eu ia todo domingo para Cúria ensinar, mas ..., era bom demais!

Pesquisadora: E tinhas as outras que não sabiam e que iam aprender?

Cícera: Aí ia aprender, aí quando era no dia 8 de março, nós ia aquela ruma de mulher debater com os grandes, para Pirpirituba, para Araçagi, Alagoa Grande, Alagoinha, enchia aqueles dois, três ônibus de gente e ia debater. Aí fazia greve, gritava, cantava, fazia tudo. E em Araçagi elas venceram, ganharam, que tem Maria Preta, que Maria Preta é a presidente de lá. Ela ganhou na questão, que dia 8 de março lá é feriado, em Araçagi, já aqui a gente não ganhou.

Pesquisadora: A senhora lembra de uma viagem que o pessoal do MMT fez pra Brasília, que as mulheres foram pra Brasília?

Cícera: Foram, me lembro, mas eu não fui não. Fátima foi, essa viagem, essa Fátima que eu to lhe dizendo.

Pesquisadora: A senhora sabe por que elas foram pra Brasília?

Cícera: Foi sob esse negócio mesmo, desse negócio de greve, do sofrimento do povo dos canavieiros, da mulher dos canavieiros, das crianças que eram escravizada. Foi sob isso, foram falar lá, com os grandão de lá, que foi nessa época que Lula foi candidato, que veio aqui para Guarabira. Ele veio pra uma reunião, no Colégio da Luz. E pá almoçar, almoçou na casa de Inez e Giuseppi. E aí ele foi candidato.

Pesquisadora: Hoje, lembrando dessa situação passada, a senhora vê que foi importante essa organização das mulheres?

Cícera: Foi minha fia, foi muito importante, se tivesse ainda continuando essas coisas, esses debates, esses movimentos de mulher não acontecia o que acontece hoje em dia, porque, por exemplo, hoje a gente vamo numa reunião ali, vamos dizer assim, aí tem uma casa duma família que tem muita desunião, tem muita briga, tem muita violência, o marido com a mulher ou com os filhos mesmo,

essas coisas, aí aquele grupo de mulher conversa com aquela família, conversava tudinho, aí nesse meio ajudava, com alguma coisa, com feira, com dinheiro, com o que fosse, aí já abrandava tudinho e assim uniram muita gente, muita família. Olhe, aqui mesmo, essa casa que nós estamos nessa rua aqui, essa rua aqui não tinha essas casas não, isso era mata.

Aí eu trabalhava em outra casa, aí eu pagava aluguel, quando eu cheguei logo aqui em Guarabira, eu pagava aluguel e não tinha onde eu morar, eu não conhecia Dom Marcelo. Não, Dom Marcelo não tava aqui, tava Pade Luí, tinha chegado há poucos tempos, ninguém entendia a fala dele, não, ninguém não entendia, aí chegou Pade Cristiano, chegou Pade Geraldo e chegou outros mais que eu me esqueço do nome agora, e eu trabalhando aqui na casa duma mulher, aqui na Rua da Barra, pagando aluguel sem poder, com a corda no pescoço. Não tinha essa história, ainda, de movimento, e aqui era uma mata minha fia, isso tudinho. Não tinha casa aqui não. Aí, tinha uma rua aqui na Brasília, aqui embaixo, aqui embaixo tinha uma rua, aí eu vim, vinha mais uma mulher, eu entrava ali pra minha casa, aí eu perguntei a ela: como vocês conseguiram essas casas? Aí a mulher disse, olhe tem uma senhora que é Italiana, ela tá fazendo essas casas, junto com Dom Marcelo, agora Dom Marcelo não tá aí.

Pesquisadora: Sim, me falaram de Fátima, também, me disseram que em Alagoa grande tem Maria da Soledade, tem Luzia. Aí em Araçagi tem a Maria Preta?

Cícera: Maria Preta, olha, ela já é de idade, mas, ali é uma guerreira viu, quando ela entra, ela só sai...

Pesquisadora: Aí a senhora tava me contando a questão da casa, que Dom Marcelo fazia.

Cícera: Aqui minha fia era uma mata, eu falei com a menina, ela disse Dona Ciça, a senhora arrume dois terrenos ou três que Dom Marcelo vai fazer a casa. Aí eu disse: Mas, como eu arrumo dois terrenos aonde minha fia, só era mata aqui. Mata, mata, mata mesmo, aí quando foi... eu cheguei lá na mulher que eu trabalhava, eu falando, aí ela disse olha Dona Ciça é fácil, eu sô amiga de Pade Luí, vamos lá. Aí eu fui lá, em Pade Luí, mas eu não entendia nada do que ele dizia. Nesse tempo Dom Marcelo tinha chegado, tão novinho, bonitinho, mais era uma benção ele. Era uma benção. Aí ela disse, peraí, vamos falar com Dom Marcelo, Margort e Camilo. Aí eu disse: como é que eu vou falar com esse povo, eu tinha chegado do sertão a poucos dias.

Dom Marcelo fez 36 casas aqui, ele era o chefe, ele era o cabeça, por exemplo, vamo dizer, em Araçagi, hoje tem uma greve dos canavieiros, aí ele já chamava aquele povo pá ir pra lá pra tomar a frente. Pra os usineiros não invadir aquele pessoal porque se invadissem já matava tudinho. Era assim: Amarrava, deixava amarrado, eles faziam o que era para fazer, fazia.

Pesquisadora: Como era a vida das mulheres naquele tempo, no geral? Era Fácil ser mulher?

Cícera: Era nada minha fia, era difícil. Era difícil porque muitas tinha marido e muitas não tinha e as que tinha marido os maridos não trabalhavam, não tinha emprego, também. Aí pronto, aí as mulheres se fincava no mundo, a trabalhar, ou em casa de família ou nas canas-de-açúcar, na cana-de-açúcar, ou nas matas nos açafreiros, na pimenta do reino, era isso os trabalhos. Os trabalhos das mulheres era esse, aí depois que Inez começou a se movimentar, aquelas mulheres, que começou, e ganhava salário desse tamanhinho, na casa das patroas. Aí Inez começou a tomar a frente, tomar a frente, aí foi que mudou tudo.

Pesquisadora: A senhora acha que essa organização do movimento de mulheres, ela foi boa pra vida das mulheres da região?

Cícera: Foi minha fia porque incentivou muito as mulheres, porque o povo, os grandes querem enganar os pequenos. Mas, eu mesmo, a minha pessoa, eu não tenho nada, graças a mãe de deus eu só tenho minha vida, eu ninguém me engana, só se eu tiver dormindo, é, mas eu acordada não. Eu trabalhei muito aqui dentro de Guarabira, olhe vou lhe dizer uma coisa não, sei se você tá gravando. Eu trabalhei, fui trabalhar numa casa, três dias, eu passei três dias nessa casa que eu trabalhava; aí a mulher fez eu cozinhar o inhame três vezes. Eu digo: minha dona, desculpe eu perguntar a senhora, a senhora tem dente ou não tem? Olhe o inhame como é que tá mulher ..., eu não vou mais cozinhar mais inhame não, que eu sei cozinhar uma panela de inhame, eu já trabalhei foi pá 114 pessoas, não foi pra dois magrelas vei, aqui dentro de casa não. E sabe de uma coisa: pegue sua porqueira que eu vou mim embora. E era assim. Aí deixei tudo lá e vim me embora, aí ela vei me dá um pacotinho de

café desse tamanhinho. Aí quando foi no outro dia fui na casa de Inez, falei com ela, aí ela, palmas Dona Cícera. Olhe, Dona Cícera tá aprendendo. E era assim a vida da gente, quando queria escravizar a gente, a gente já botava pra trás.

Pesquisadora: A senhora acha que esse movimento serviu para elucidar? Pra chamar a atenção de vocês pra não deixar isso acontecer?

Cícera: Serviu. O que minha fia! Quando chegava num canto que chegava esse monte de mulher que era tudo com aqueles chapeuzão de palha, já diziam logo: chegou a guerra, ou chegou o bucado de cigano, ou chegou, assim, esse povo que gosta de enganar, era o que diziam com a gente.

Pesquisadora: Dona Cícera, a senhora lembra se com relação a esse movimento de mulheres, se teve alguém que foi perseguida pela polícia naquela época ou por alguém da Ditadura Militar?

Cícera: Teve minha fia, essa mulher que mataram em Alagoa Grande foi uma. Ela chegou duma greve que tinha em, eu ia dizendo agora minha nossa senhora, que tava essa greve de morrer. Araruna, só tinha essa greve lá, aí essa Margarida, que ela era medonha minha fia, ela se mitia dentro, os cabas com... pia as bocas dos revolver⁵⁷, dos fuzil, e ela dentro: pá, pá, pá, não tinha medo não, oxe. Chegá em casa mataram ela, quando ela chegou, que ela ia tomar banho pra jantar, que vinha para uma reunião aqui em Guarabira sob esse negócio. Quando ela vinha saindo, meteram bala pra cima nela, aí mataram ela. Aí daí foi que engrossou mesmo.

Pesquisadora: A senhora diz engrossou a organização de vocês, das mulheres?

Cícera: Sim, aí foi que aumentou mesmo em Alagoa Grande; menina quando a gente ia em Alagoa Grande, a gente tinha até medo.

Pesquisadora: A senhora sabe quais são as cidades que o movimento de mulheres atuava?

Cícera: Aqui, Pirpirituba, Araçagi, Alagoa Grande era o chefe mesmo e João Pessoa. Agora só não sei em João Pessoa onde era o setor que eles trabalhavam né? Mas, em Araçagi, era no sindicato. Em Alagoa Grande, também, e aqui era no SEDUP ou na Cúria.

Pesquisadora: A senhora conheceu Maria da Penha?

Cícera: Conheci, conheci as mulheres todinha minha fia. É porque acabou-se. Eu não saí mais de casa, aí a gente vai ficando velha, vai ficando cansado, aí pronto, mas esse povo eu conheci todinho, que a minha vida era na casa de Dom Marcelo, ou na casa de Pade Luí, ou Pade Nicodemo. Trabalhei 18 anos com esse povo todinho. Aí depois cansei, meu marido morreu.

Pesquisadora: A senhora lembra a época que o movimento caiu?

Cícera: Me lembro, faliu porque Giuseppe foi simhora pra João Pessoa, aí Inez foi simhora, aí foi no tempo vinheram matar Pade Adelino em casa, Pade Adelino, aí tiraram Pade Adelino daqui pá João Pessoa, que ele não tá nem aqui na Paraíba, ele tá na Itália. Aí depois vinheram matar Pade Luí, aí houve uma matança aqui em Guarabira, também, que isso aí foi o capitão Gil que começou matar gente, aí daí minha fia foi falindo, falindo foi simhora todinho, aí se apartou todo mundo. Aí acabou-se esses negócios.

Pesquisadora: A senhora lembra se isso foi em 80, em 90?

Cícera: Não, não lembro não minha fia, essa data eu não me lembro não, de jeito nenhum.

Pesquisadora: Oh! a senhora achava que não ia lembrar de quase nada, lembrou foi de muita coisa aí. Eu vou fazer o seguinte: tudo isso que a senhora me disse aqui eu vou escrever num papel, vou trazer de novo aqui, pra ler pra senhora tudo que a senhora me disse.

Cícera: Olhe foi um movimento, foi muita luta, muita luta das mulheres, tinha Ana Alice que era uma Italiana que ela lutava com esse povo, também. A maioria das mulheres que lutavam com esse povo era mulher rica, da Itália, de Roma, desse meio de mundo, que vinha para lutar com esse povo. Aí foi tempo que esse povo foram simhora tudo, aí acabou-se tudo. Acabou-se esse negócio de reunião.

⁵⁷ A entrevistada fez gestos com as mãos para demonstrar a boca do revólver.

Olhe, Inez quando tava aqui, Inez de Giuseppi, era reunião pra servir de babá, pra mocinhas aprender, pra cozinheira, a cozinheira era eu. E entrar, sair e ensinava até como se botava prato na mesa pra os ricos e como era que se tirava, pá receber aquelas pessoas lá na sala. E tudo tinha, tudo tinha isso, aí depois que Inez foi simhora pra João Pessoa, aí acabou-se tudo. Era Tão bom que se você procurasse Inez de Giuseppi...

Pesquisadora: Vou, vou sim.

Cícera: Inez era a cabeça dessas coisas, era Inez, Ana Alice, Valéria, Izabel Sofia, uma que morreu envenenada, agora eu me esqueço do nome dela, quem morreu acabou-se, era esse povo todinho. Aí depois que Inez foi simhora para João Pessoa, Giuseppi foi simhora, aí foi se acabando, se acabando...

Pesquisadora: Pronto, então, vou transcrever, colocar na escrita, trago, leio para a senhora, aí eu só vou utilizar no meu trabalho do MMT aquilo que a senhora me permitir colocar da sua fala, não vai sair nada além do que a senhora disse.

APÊNDICE D - Entrevista com Maria Benicio de Pontes

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Memória, Militância e Mulheres: Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo *versus* latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Maria Benicio de Pontes

Conhecida Popularmente: Maria Preta

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 24/04/2018

Tempo da Entrevista: 43min: 41s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes de começar a gravar, apresentei-me e expliquei sobre a pesquisa, nesse momento conversamos um pouco para que eu pudesse começar a gravar.

Pesquisadora: Como foi que a Senhora conheceu a história do MMT? Se foi desde quando eles começaram a se reunir...

Maria Preta: Primeiro, foi quando já tava uma organização de cinco mulheres que saíram⁵⁸ da CPT, elas trabalhavam na CPT, na Pastoral da Terra, quando elas iam para os encontros, elas viam que os homens, que toda vida foi a maioria, não dava muito valor, assim né? Como mulher, elas se sentiam como escanteada, aí elas pegaram prestavam atenção, como é que elas tavam sendo na CPT e disse assim: – vamos criar um movimento pra nós ter mais vez e conversar mais com mulher, disse vamos! Aí criou-se o movimento. Neuzinha, a mulher de Dé de Pirpirituba, Céu que era de Pirpirituba, Dona Lia do Riachão que é de Araruna, Dona Lia, Céu, Cerise e Antônia Candido, essas daí. As cinco mulher começou convidar pessoa para formar, para trabalhar mais, fazer grupo de mulher, começaram fazer grupo para crescer né... a participação da mulher. Aí eu recebi o convite, quem me mandou lá foi até Vicente, Maria tu não que participar de uma reunião lá em Pirpirituba não? Que as meninas mandaram eu procurar uma pessoa aqui de Araçagi, que Vicente, nessa época, também tava querendo ser presidente do sindicato né?, que em 1985 ele já foi eleito. Aí eu vou. Conversamos como era que a gente ia organizar e fiquemo com uma articulação de mulheres, criamos uma articulação de mulheres. Quem vai conversar com quem, quem vai pra onde? Vamos dividir assim, vamos conversar com mulher dos outros municípios, trazer mulher de Sapé, trazer mulher de Lagoa de Dentro, de Duas Estradas, aí Cerise era de Duas Estrada, Céu de Pirpirituba, Dona Toinha de Araruna, Dona Lia, também de Araruna. E formemo um movimento pequeno e depois foi formando mais grupo e

⁵⁸ No sentido de que se conscientizaram a partir das experiências que tiveram nos trabalhos da CPT, resolvendo daí em diante montar o grupo. E não no sentido de rompimento com a CPT, como a palavra dá a entender.

crescendo o movimento com muito sacrifício porque não tinha liberdade; os maridos não deixavam e os filhos pequenos. Aí, quando as mulheres saíam de casa, eles dizia: – o que que essas vagabunda vai fazer no mundo, né? E, assim, mas como o meu marido não estava em casa, minha família já tava maiorzinha, eu tive mais uma liberdade, eu disse: vou entrar, vou entrar na luta, aí com Inez de Giuseppi, Inez era assessora nossa, tinha duas assessora Inez e Neuzinha porque a gente não sabia muito lê, aí tinha que escrever alguma coisa, tinha que fazer, contar as histórias, escrever, para fazer relatório, tudo, tinha que ter uma organização de mulher mesmo. E entrei, começou em 82, foi quando Margarida morreu a gente já tava, já tinha um grupo formado. Aí foi expandido, crescendo, andando pelos sítios, fazendo campanha do sindicato, participando dos conflitos de terra, fazendo reunião/encontro com os jovens, encontro de casais, encontro de trabalhadora, formando grupo de produção, de criação de galinha, de pintura, de costura, de fazer bonequinha, criando alguma coisa pra também ajudar o movimento que não tinha dinheiro. A gente já fazia as reunião, os nossos encontros, a gente fazia assim, nós mulheres, cada uma que levasse da sua terra, se pudesse, aí eu levava manga, laranja, macaxeira, feijão... aí a de Bananeiras, Dona Livramento, porque em cada município a gente tinha duas coordenadoras. Sim, o movimento era só movimento sem ter coordenação, aí vamo criar coordenação. Aí cada município tinha duas. Araçagi: eu e Socorro; já fazia dois anos que eu participava do movimento, aí Socorro entrou, aí já entrou como coordenadora eu e Socorro. Sapé tinha duas: Angelita e Dona Antônia. Na Cacimba de Dentro: Lucileide e Vanete. Em Duas Estradas: Zefinha, que mora em Violeta e Cerise. Em Guarabira tinha, qual era de Guarabira? Eu não me lembro, eu sei que era Irmã Leal, era, e tinha já Inez que era de Guarabira e levou mais uma que ficou na coordenação, que aquela Lúcia já veio entrar na coordenação já depois. Eu me esqueci, mas as coordenações começaram criar grupos de mulher. E tinha os grupos nos municípios e tinha os encontros municipais, tinha a visita das casas, eu andava essa Araçagi a pé mais Socorro, de ponta a ponta. Açude do Mato, Barra de Espingarda, Mulunguzinho. Tinha uma pessoa nossa, em cada sítio desse, fazia um encontro de mulheres do município aí de cada comunidade vinha duas, três, aí a gente escolhia uma para ficar responsável pela aquele comunidade. Mulunguzinho: Chica de seu Mané, Mané Tito, Dona Francisca; em Canafistula já era eu e Socorro para chamar, pra convidar as outras pra levar pra os eventos.

Pesquisadora: Dona Maria, nesse início, teve algum documento que vocês elaboraram, de constituição do movimento?

Maria Preta: Tinha tudo documentado. E tudo tava lá. Ficou tudo na sede. Não tinha uma casa própria, e fazia reunião numa casa assim né?, no sindicato de Pirpirituba, no SEDIC, no Paulo VI. Aí resolvemos fazer o projeto e compremos uma casa lá em Pirpirituba, na Rua Antônio Batista e botemos o nome A Sede Margarida Maria Alves. Mas já acabou-se. Depois que eu sai, aí resolveram tirar as mais velhas, ficou na coordenação as novas aí... Eu acho que existe, tá na SEDUP alguns.

Pesquisadora: Eu fui no SEDUP, tem uma caixa lá que tem algumas coisas do MMT. [...] O que eu vi foi assim boletim informativo que vocês faziam.

Maria Preta: Começamos já depois do projeto, já depois que a gente formou a associação pra ter força de fazer projeto, porque o movimento não fazia projeto, aí formemos a associação, cada sócia tinha a sua carteirinha, pagava a mensalidade, e nós, o movimento foi criado com a vinda dos estrangeiros da Alemanha, da SESI. Da Itália, vinha doação de roupa usada pra gente vender, pra gente dá, a gente era ajudada por outros países.

Pesquisadora: Aí lá a moça me disse, a Raquel, que deve ter mais coisas do MMT.

Maria Preta: Tudo que a gente queria que, na época Lúcia, não tinha ainda a estrutura lá na sede, tudo que a gente queria escrever, algum relatório que a gente fazia era tudo no SEDUP. O SEDUP quem ajudava. Lá no SEDUP quem fazia as coisas escritos né? Até os boletins, também, era na imprensa no SEDUP. Aí depois a gente resolvemos comprar um computador, Lúcia era muito inteligente, que é da coordenação ela, era ela mesmo que fazia os boletins com as histórias né? Com nossas histórias de cada mulher. Cantos, receitas, o calendário né? Tudo.

Pesquisadora: No meu trabalho eu vou falar, especificamente, da década de 80, porque é o início do trabalho do MMT. Desse modo, qual a impressão, enquanto mulher, qual a impressão que a senhora tinha da sociedade daquela época? Era fácil ser mulher?

Maria Preta: Era não. Não era. Na época que eu entrei no movimento Comadre Socorro ia para as reunião escondida de Compadre Antônio. Ela mora aí, nós trabalhava juntas né? E Comadre Socorro ficava mais no município de Araçagi, que era mais perto. Aí dizia vou ali, mentia, vou ali em tal canto, vou na casa de Comadre, mas era encontro de mulher, ela ia assim.

Pesquisadora: História parecida com essa é a de Soledade, também. Soledade diz que até pra cantar na rádio com os companheiros dela, ela usava um sobrenome, nome diferente, acho que era sabiá do norte, que era para o marido dela não saber que era ela.

Maria Preta: Mas, ela também foi disposta que separou-se do marido, viveu muito tempo vivendo a vontade dela, catando e fazendo o que ela queria.

Pesquisadora: A Inês Ayala lançou um livro de Soledade, só dos repentes dela. É *Minha História em Poesia*, que foi ano passado o lançamento em Guarabira.

Maria Preta: Ela é poeta e vivia da viola, ela ajudava a viver, a viola era o instrumento de trabalho pra ajudar ela viver, ela ganhava, ela fazia as coisas pago.

Maria Preta: Quando ia para os encontros, que nós vamos chegar lá ainda né? Como eu comecei dizer que Comadre Socorro só ficou no município, aí vamo fazer um encontro em João Pessoa, nós fomos fazer um encontro aí precisava mais de gente né? Para formar, fazer uma articulação e criar um movimento a nível de Nordeste, aí eu fiquei, fiquei na coordenação. Aí eu comecei no MMTR, naquela época, na época o encontro foi na casa de Inez. MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Agora Inez deve ter muita coisa porque ela era assessora, a mulher de Giusseppi. Ela que me levou para esses outros cantos. Ela era assessora. Assessorava né? Tudo que a gente falava Inez escrevia, ela fazia o relatório, registrava, por exemplo, tem que ter Maria, as histórias, o movimento tem que ser registrado com foto e escrito. Inez foi a principal que ajudou muito. Nós fomos fazer um encontro no Sergipe e eu levei a chamada Maria Preta, quem vai fazer a chamada do encontro, o nome das pessoas, e eu fiz em verso, fiz em verso, apresentei lá, falando sobre mulher, de Aninha Texeira, de tudo, de Elizabete, de tudo, falando sobre mulher e dizendo quantas coordenadoras tinha em cada município né?

Maria Preta: Tinha um relatório do MMT (já Nordeste), que já foi já em Sergipe, que tem um relatório tão bem feito, como um livro né?, um caderno assim de arame, com todas as histórias.

Pesquisadora: Dona Maria e as mulheres, as outras que não eram dirigentes as que só participavam, que acatavam o chamado de vocês, elas iam, com frequência, elas gostavam de participar?

Maria Preta: Ia, ia nunca perdia um encontro. Em Araçagi, nós dava café, nos fazia almoço lá no sindicato, que é a sede do sindicato dos encontros municipais... era. Aí dali daquele encontro, na agenda nós já maicava tal dia na casa de fulana, tal dia na casa... e tal dia em Coité, maicava agenda todinha, Canafistinha, Coité, Mulunguzinho, Taíinha, Açude do Mato, Gravatá, aquele... Mascate.

Nós maicava o encontro pra ir, pra nós liberar as mulheres, nós vamos fazer o que? Encontro de casais, pra saber, o marido saber o que... que a gente tá fazendo. Só diz que o que faz só é besteira, só é doidiça, que mulher não faz nada que preste. Encontro de casais. Levava quatro, cinco de cada município, enchia o Paulo VI.

Pesquisadora: Dona Maria, quando foi que a senhora se afastou do Movimento? A senhora lembra o ano?

Maria Preta: Eu trabalhei no Movimento de Mulheres até 2006, a maior viagem que fiz em 2006 foi para o México. Andei os nove estado, fazendo encontro. Levando minha experiência como mulher, como mãe de família, nove filhos e criei mais seis. Deixei em casa e fui.

O povo butava eu na equipe de animação, Maria na animação, para Maria animar e na animação de Maria. Chamava. ... As mulheres dizia cadê Maria não veio não, há, hoje não presta não, quando chegava, chegou e batia paima, chegou Maria Preta e era abraço e tudo.

Quando acontecia alguma coisa em casa de desavença, e assim né? Quem tem filho, tem problema de álcool e discute com pai. Aí, eu já chegava cantando, aí as meninas diziam assim: eu sei Maria, tai passando por dificuldade em casa, que você disse quando vim cantando é tristeza. É isso mesmo. Quando você tiver triste você cante.

Maria Preta: Em toda a área, a mulher tava presente.

Pesquisadora: Mesmo no início de 80?

Maria Preta: Já, com Dom Marcelo. Nas romarias da terra. Nós fazia romaria da arquidiocese da Paraíba. Depois foi que a gente fez na diocese né?

As irmãs ajudou muito, Irmã Leal, ajudava nós, dava muita coisa.

Pesquisadora: Dona Maria, a senhora acredita que esse movimento de mulheres foi importante pra as mulheres?

Maria Preta: Muito. Soltou mulher, a língua, mulher entrou nos sindicato, nas associação, nas prefeituras, motorista, que mulher não era nada, mulher não dirigia, mulher não brincava de bola, mulher não andava a cavalo, mulher não andava de bicicleta, no tempo que eu me criei mulher nada fazia, só homem que podia né?, mulher não.

Maria Preta: Aí a gente vamos com calma para não espantar as companheiras. O povo admirava quando chegava numa romaria. A Maioria era minha família.

Pesquisadora: Dona Maria, esse período de 80 ainda pega um finzinho de Ditadura Militar, a senhora recorda de alguma mulher do MMT que tenha sofrido alguma repressão/ represália, alguma opressão?

Maria Preta: Mas, eu fui pra um acampamento em João Pessoa. Foi eu e Salete, Salete foi presa e tudo.

Pesquisadora: Essa situação que a senhora vivenciou foi no período de Ditadura Militar?

Maria Preta: Foi menina, a gente ia pra rua direto. Era, era muito preseguida, podia falar não.

Maria Preta: Wilson Braga foram perseguidor. No tempo de Wilson foi que a gente fiquemo presa. Wilson Braga entrou foi no tempo da morte de Margarida. Mataram Margarida, mataram um na fazenda Guruji.

E Izabel era preseguida, Padre Luí andava escondido. Era Padre Luí que o povo queria expulsar, dizia que era comunista, dizia que era revolucionário, comunista, banda, banda, como é, mafioso, tanta coisa que levava. Atiraram em Dom Marcelo minha fia, na área de conflito, lá onde Dona Lia mora.

Pesquisadora: E nesse caso que a senhora participou, que a sua filha foi presa, foi em movimento na rua? Na rua e eles agarrava?

Maria Preta: Na rua, querida. Aí eu fui, entremos lá no Palácio do Governo, apanhou Padre Júnior de Sapé. Apanhou Toinha de Belém, apanhou todo mundo, menos eu, porque que faz uma coisa dessa, vocês não são trabalhador? Mas a gente tamo cumprindo ordem. É uma ordem mesmo, tudo trabalhador.

Aí a gente acampava lá na frente do palácio, na Praça dos Três Poderes, acampava né?, as mulher, junto com os sindicatos. Aí eles dizia assim, mas, né melhor matar de um e um do que matar tudo de uma vez, porque se a gente quisesse matava tudo de uma vez. Aí eu dizia: Mas você é atrevidinho viu. Vocês são filho de uma mulher trabalhadora, eu acho rapaz, vocês não tem nem o que comer. Não, mas a gente tá cumprindo ordem, é melhor matar de um e um do que matar tudo de uma vez.

Pesquisadora: A senhora sabe de alguma mulher que chegou a ser morta nesse período de Ditadura Militar, em questão de conflito, de luta?

Maria Preta: Margarida, eu não sei, o povo diz que foi mandado, eu não sei né?

Uma freira que veio de fora, o povo tinha raiva, acho que foi que mataram, mas eu não sei, eu não tenho certeza e nem vou contar uma história que eu não sei contar. Mataram a freira. Aquela menina também foi, Penha. Foi planejado, ela vinha, lá perto de Juarez Tavorá tem a Cruz de Penha de Alagoa Grande. Mas, eu não sei não.

Pesquisadora: A senhora lembra de alguma outra situação, nesse período ainda de Ditadura que tenha acontecido assim algum embate com o pessoal do governo, da polícia?

Maria Preta: É que nós, quando nós andava no tempo da perseguição que era perseguida mesmo a gente não se identificava não. Nos ônibus conversava, conversava. Comadre Socorro tinha uma bocona⁵⁹, tem cuidado pra não se identificar, pra não dizer pra onde vocês vão. Não diga. Mas, eu não tenho nenhuma recordação não. Somente Elizabete Teixeira né? Que foi perseguida depois que mataram João, queria matar ela. Ela foi perseguida ao mesmo tempo. Quando eu fui na casa de Elizabete, ela me contou todas as histórias dela. Ela se passou por Iaia num lugar, era Iaia o nome dela, que queria matar ela.

E outra que foi perseguida no tempo da ditadura foi Maria Izabel, que era, também, mais envolvida. Margarida não era muito não, ela era sindicalista, mas, não era muito assim de movimento não. Ela tinha era coragem, nos primeiros de maio ela ia fazer aquele discurso dela, que tinha aquela palavra, parece que tô vendo ela com o bracinho assim, é melhor morrer na luta do que morrer de fome. Eu vi ela falando essa palavra lá em Sapé, num primeiro de maio.

Pesquisadora: A senhora lembra de que ano?

Maria Preta: No ano de 82. Em 82 foi o discurso dela.

E Penha, eu já era presidente do sindicato quando ela morreu, foi mais ou menos em 92 ou 93 por aí assim. A gente tava numa reunião, no sindicato, aí chegou a notícia. Eu parei: nós andava junta, ia pros cantos, ia pra São Paulo, lá fazer reunião com os sem terras, lá em Barueri. Tinha das amazonas, Manaus, de todo território brasileiro.

Na época da Ditadura, não era só as mulheres não, no tempo da Ditadura não só era as mulheres que eram perseguidas não, era homens e mulheres. No tempo da Ditadura militar era perseguido homens e mulheres.

Minha fia quando eu fui presidente do sindicato, em 92, até 92, eu já tinha ido para Brasília, como MMT, mandada pelo MMT, representar as mulheres e cobrar das autoridades, das leis.

Neuzinha dizia que era assessora, que era mulher de Dé, presidente do sindicato da prefeitura, ela era assessora, que ela assessorou muito tempo o MMT, ela dizia: - Maria você não sabe lê, mas você tem segurança no que você fala, você diz com certeza e segura, você tem uma segurança e clareza do que você diz. E tem coragem. Fui pra Brasília, em Goiana, em Belo Horizonte nos congressos, da CUT, da COTAG, Marchas das Margaridas.

Pesquisadora: A Marcha das Margaridas começou em que ano a senhora lembra?

Maria Preta: Foi depois que Margarida morreu mesmo. Foi bem em 85, por aí assim. Em 85 que começou a Marcha das Margaridas.

Entrevistadora: E essa Marcha das Margaridas foi organizada pelo MMT?

Maria Preta: Pelo MMT, MMTR e o MMCO, que é do Brasil, mulheres camponesas, que era do Rio Grande do Sul.

Pesquisadora: O MMB, a senhora tomou conhecimento?

Maria Preta: Era uma coisa, só para botar esse B. O MMT era do Brejo da Paraíba. Criemos a coordenação e fizemos, criemos a associação pra ter direito a projeto.

Pesquisadora: Essa Associação a senhora lembra o ano que foi criada?

Maria Preta: Lembro, foi na década de 90.

⁵⁹ Expressão usada por Maria Preta no sentido de que Socorro gostava de conversar muito.

Pesquisadora: Pronto, então, eu vou encerrar por aqui. Vou voltar aqui novamente com isso que a senhora me disse tudinho escrito.

Maria Preta: Aí a coordenação que tinha o MMT do Brejo, da Paraíba, aí disseram vamos botar MMB, só.

Já vinha ajuda das outras, já vinha de Pernambuco, pra ajudar no encontro, vinha da capital da Paraíba, para ajudar nos encontros, para dá uma força. Era um movimento que não era só assim.

Morreu Cerise, morreu Penha, morreu Margarida que ela dava uma forcinha com as mulheres lá no sindicato. Ela não tinha liberdade.

Eu fui afilada em 80, primeiras pessoas que se filiou aqui na década de 80 no Partido dos Trabalhadores, fui dá direção da CUT Brejo, da CUT regional e da CUT estadual.

Pesquisadora: Pronto.

APÊNDICE E - Entrevista com Josefa Leonardo dos Santos e Ana Maria dos Santos

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Memória, Militância e Mulheres: Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo *versus* latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Josefa Leonardo dos Santos

Conhecida Popularmente: Por Zefinha

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres do Brejo e frequentou atividades conjuntas com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 19/06/2018

Tempo da Entrevista: 36min: 13s

Nome da Entrevistada: Ana Maria dos Santos

Conhecida Popularmente: Por Ana

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres do Brejo e frequentou atividades conjuntas com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 19/06/2018

Tempo da Entrevista: Indicado acima

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes de começar a gravar, apresentei-me e expliquei sobre a pesquisa, nesse momento conversamos um pouco. Josefa passa, então, a relatar sobre a realidade enfrentada pelas mulheres e dada a relevância da sua fala aviso que iniciarei a gravação.

Josefa: Porque se não fosse pra cama, então, tava com outro, tava pensando noutro, e olhe, tinha alguns homens perdidos que não fazia isso, isso era quase todos. O meu pai batia na minha mãe, o meu pai arengava com a minha mãe, mas, de noite eles tinham que tá dormindo agarradinho, a minha mãe não tinha direito de sair pra dormir noutro canto, hoje se a gente pegar uma discussão com o marido, a gente ah, fique pra lá eu tô pra cá pronto, quero nem saber de história, mas, de primeiro tinha que ir pra cama e dormir mais agarradinho. É viu, a situação de antes, e a gente descobriu muito isso, a gente começou eu com Penha. Penha, vamos fazer isso, Penha, dá certo, a gente chama, hoje não vem vai vim dez, vinte, mas, vem quatro, ou cinco e com quatro, ou cinco nós conversa melhor. Eu era muito amiga de Penha, eu ia para a casa de Penha passava a semana todinha na casa de Penha.

Pesquisadora: No caso, quando a senhora foi do MMT foi já a partir do período que Penha já era entrosada com as questões do MMT?

Josefa: Porque, na realidade, quando a gente conheceu Penha ela já era já do sindicato, ela já vivia nessa vida, já convidava a gente pra ir; então, Penha foi a principal, que hoje em dia, hoje em dia, às vezes, aparece mulher que diz, eu fui quem tomei conta, foi eu quem comandeí, foi eu que fiz isso, aquilo outro, é nunca não gente, falar é fácil vamos vê quem começou.

Pesquisadora: A senhora lembra quem foi que começou essas reuniões? Além de Penha quem era mais das antigas?

Josefa: Era mais Penha mesmo porque Margarida eu conversei muito com Margarida, mas, Margarida era já uma outra coisa, do encontro de mulher, mas, era Penha mesmo. Era Penha mesmo.

Pesquisadora: E essas reuniões eram em qual cidade?

Josefa: A gente ia para Alagoa Grande, a gente ia para Serraria, Borborema, é, ali perto da igreja de Pípirituba, no SEDIC, a gente veio muito pra ali. Quase todos os meses a gente vinha pra ali.

Pesquisadora: Essas reuniões que vocês tinham do MMT acontecia todo mês? Toda semana?

Josefa: Agora eu não sabia de que era isso MT?

Pesquisadora: Era Movimento de Mulheres Trabalhadoras.

Josefa: Eu não conhecia assim, esse nome assim, sabe? Eu achava assim que nós quando é rainha briga por terra. Eu fui de tudo.

Ana: Mainha começou fazer parte eu acho que a partir de 82, 83 não foi?

Josefa: faz uns 30 anos, 29 anos que a gente começou na luta da terra.

Pesquisadora: A senhora foi em alguma reunião no SEDUP? Nesse tempo? Por que é bem no iníciozinho de 80?

Josefa: Era o que Guarabira ou João Pessoa?

Pesquisadora: Guarabira.

Josefa: A gente veio muito.

Ana: Em João Pessoa era o CENTRU.

Josefa: No CENTRU, também, a gente ia sempre. A gente ia direto. Eu andei tanto, tanto, tanto que eu acho que a gente, ainda, foi para o Recife. A gente andou muito.

Ana: Naquela época não era nem comissão Pastoral da Terra, era Pastoral Rural.

Josefa: Ali no Paulo VI, ali Paulo VI, a gente tinha encontro ali de quinze em quinze dias ali no Paulo VI.

Pesquisadora: Paulo VI é o quê? Uma escola em Guarabira?

Josefa: Aquela Igreja ali?

Ana: A igreja Santo Antônio tinha um salão do lado que era destinado, um centro de formação.

Josefa: E nera dizer que eu ia sozinha não, eu levava tudo, a cambada. Tinha quatro pequenininho, eu levava tudinho.

Pesquisadora: E como foi que a senhora conheceu esse movimento de mulheres? Como foi que a senhora se aproximou? Foi por causa de Penha, que a senhora já era colega de Penha?

Josefa: A gente, eu tinha muita intimidade assim com o povo do sindicato, com Penha, a gente, eu fui nascida e criada lá na terra de seu Luiz Miranda, na fazenda. E, então, teve uma confusão dele com o meu marido e eles disseram que a gente tinha que sair da terra, aí dessa vez que a gente saiu da terra, aí meu marido disse, eu vou procurar o sindicato, ele disse eu quero saber de fela da puta de sindicato coisa nenhuma. Aí ele foi atrás, então a partir desse momento, eu tava ... meu deus do céu, não sei se era grávida de Beto ou era do outro que morreu, eu acho que era do outro, tava com a barrigona, aí ele: – vá procurar seus direitos, então, Edmilson foi. A partir desse momento, aí começou tudo. A gente fez amizade com Margarida, com Penha, quando chegemos lá no sindicato, a gente foi muito bem recebido por Penha, por Zé Horácio⁶⁰. E, então, a partir desse momento aí Penha disse vamos botar

⁶⁰ Trata-se do marido de Maria da Penha Nascimento Silva.

Zefinha, vamos fazer o grupo de mulher, um negócio aqui e a gente vamos botar Zefinha. Zefinha dá pra andar com a gente. Então..., e a partir desse momento, aí gente começou né? Aí eu fiz amizade com Penha, com Margarida, é... Soledade, é... aquela outra, Luzia.

Pesquisadora: Então, no caso, ainda, não existia esse grupo de mulheres lá? Foi nesse período que a senhora chegou no sindicato que começou a se organizar?

Josefa: Nesse tempo a gente começou se organizando, aí a gente fez, tinha homem que não deixava a mulher ir, por que isso? Era..., não tinha precisão, mulher não tinha que saber de nada, mulher tinha que tá na beira do fogo, mulher só presta pra tá na cozinha, pra tá na pia, mulher tem cuidar de menino. Oxe, tinha muito home que fazia isso, tinha um amigo da gente, que mora lá perto de mim hoje, tá pensando..., a mulher dele era coisa mais difícil que tinha a mulher dele ir, era ele que se socava lá no meio da gente, era ... João Grande, era ele quem ia, ela mandava a mulher? Mandava nada. E a gente começou se organizando e depois a gente saía. Penha: – Zefinha vai ter um encontro, três dias, lá em Serraria. Eu não conhecia ninguém, tu vai, a gente vamo, à noite a gente ajeita a comida e quando for no outro dia nós tá lá. Ta bom, mesmo assim a gente fazia, ela ia me ajudava de noite, quando era no outro dia a gente tava lá.

Pesquisadora: E seu esposo não achava ruim não? A senhora ir e levar as crianças?

Josefa: Pra onde eu ia carregava ele, ia todo mundo.

Pesquisadora: Ele era esclarecido do que fazia?

Josefa: Ele sabia o que fazia, e então, ele nunca me proibiu de sair pra canto nenhum, e pra onde eu ia, ele sempre tava junto, e a gente tava sempre com os meninos, e pronto, pra onde a gente ia fechava a casa. Às vezes eu tava em casa, minha bolsa já vivia pronta, tava em casa. Aí, lá de João Pessoa ele ligava, a gente tá indo pra Serraria, vai passar aí de quatro horas. Quando eles passavam às vezes eu tinha dado banho nos meninos, mas, não tinha arrumado ainda, mas a roupa já tava na bolsa. Jogava a bolsa no banco de trás e os meninos. Aí passa pra frente um, arrumava o cabelo, botava uma roupa, a gente já na estrada, era, mais um fusca, aí passa pra trás, aí arrumava outro, pula pro banco de trás e saía arrumando, quando a gente vinha chegar em Serraria já tava tudo arrumado.

Pesquisadora: A senhora já disse algumas cidades que tinha atividade, no caso desse grupo de mulheres, mas, essas atividades eram o quê? O que é que vocês faziam quando iam numa cidade?

Josefa: Eu acho assim, era palestra porque a gente ia, a gente ficava lá o dia todinho, a gente dividia grupo.

Ana: Tinha os grupos. Era um encontro de três dias, saía na sexta e voltava no domingo a noite. Aí lá tinha os grupos de debate.

Josefa: Debatia as coisas, como era que tava acontecendo, vê ali o que era que o outro tava discutindo.

Ana: E depois socializava tudo.

Pesquisadora: Já que ficava três dias, ficava em que lugar? Era numa escola?

Josefa: Quando não era no sindicato, que nos sindicatos sempre tinha um salão, sempre a gente tava junto, já que era uma coisa assim do sindicato, então, a gente se juntava, o presidente do sindicato amigo da gente aí a gente se juntava no sindicato. Sempre era no sindicato. Sempre. Em Serraria, era no sindicato. Não, o de Serraria era na igreja.

Ana: No salão da igreja.

Josefa: Tinha a participação do padre, também, às vezes, junto com a gente. Alguma freira. E em Serraria era no sindicato.

Ana: no SEDIC. Era uma casa, era tipo um salão paroquial, ali era uma casa de apoio, tinha tudo, banheiro, quarto com cama, com som. E, lá no Paulo VI, era um centro de formação; também, era todo igual, tinha o canto onde funcionava a plenária né? Com cadeiras.

Josefa: No domingo de manhã todo mundo ia pra missa cedo.

Ana: Tinha a agenda cultural, tinha os debates. Aí tinha, assim, quartos com camas, com colchões, com tudo.

Ana: No Colégio da Luz, também, funcionava, antigamente, não era particular. Era da igreja.

Josefa: A gente ia na sexta-feira ali para o Colégio da Luz, aí a gente voltava no domingo à tardezinha.

Ana: Muitas vezes, mainha vinha pra o encontro em Guarabira do movimento de mulher e pai vinha outro encontro em outro local, em Guarabira, também.

Josefa: Quando dava pra levar os meninos eu levava os meninos, e quando era uma coisa assim que era, que não dava pra levar os menino, não poderia levar criança, então, os meninos ficavam com a minha mãe. E a gente, eu mais Edmilson, a gente tava lá.

Pesquisadora: Eu fui outro dia na SEDUP e vi lá uns cartãozinhos desse movimento de mulheres, uns cartãozinhos rosa, que era um cartão da associação, a senhora chegou a participar dessa associação? Com esse cartãozinho? Porque eu acho que aquilo era de alguma contribuição. Ou era tipo um registro de que vocês faziam parte?

Ana: naquele tempo a contribuição era, como hoje a CPT vive de projeto, naquele tempo a igreja e o sindicato dos trabalhadores rurais, que era um tempo de arroxó. Assim arroxó no sentido de luta, é, os patrões não queriam pagar os direitos dos trabalhadores, expulsava trabalhador de terra, sem direito a nada, a carga horária era de doze horas, aí isso não contava como hora extra e era aquela luta por direito e aí pegou tudo isso e as mulheres sofrendo, além do homem. É aquela coisa assim, o homem era massacrado pelo patrão, massacrava a mulher, a mulher massacrava o menino, o menino não tinha o que fazer ia bater no cachorro.

Zefinha: Ana e sua história.

Ana: Era desse jeito, então assim, era... os trabalhadores eram muito massacrados, o plantio de cana, a monocultura canavieira, era muito acirrada, assim, e as usinas era muito, assim, era, era escravidão mesmo. Então, o sindicato apareceu, e a igreja, também, a Igreja Católica nesse meio todo entra a igreja, e aí os padres começam a dizer temos que fazer alguma coisa, porque o evangelho diz que os pobres são lá.

Padre Cristiano, aquele bispo que morreu, Dom Marcelo. Aí se juntou um grupo e depois foram, é tanto que muitas pessoas que tavam na luta se formaram diáconos nessa época.

Pesquisadora: Dona Josefa, com relação às reuniões do MMT, tinha muitas mulheres assim que participavam logo nesse iníciozinho?

Josefa: Logo no começo, a gente começou com pouquinho, às vezes tinha oito mulé, às vezes tinha vinte, mas, a gente fez encontro com muita mulé, muita.

Pesquisadora: Eu sei que a senhora já disse um pouquinho do que era a vida das mulheres, mas assim, era fácil ser mulher naquela época que iniciou o MMT?

Josefa: É porque é aquela coisa assim, sempre existe as coisas difíceis; mas pra uma do que pras outras né? Porque quando o marido apoia é muito fácil, mas, quando o marido diz não, aí fica complicado, porque às vezes até para sair, tem muitas mulheres às vezes que pra sair, saía sem o marido saber pra onde ela ia, e ela saía, a gente incentivava. Vamo, depois a gente dá um jeito, a gente pega o caba por aí, a gente tem uma conversa não sei o que. Chama ele, também, às vezes a gente botava até pra ele ir, também, mas quando chegava lá, às vezes no meio de trinta, quarenta mulher, a gente fez encontro com muita gente, e depois, às vezes tinha cinco, seis homens no meio. Mas homi, era muito gostoso demais! Mas, a gente descia a ripa naqueles cabras, que acho que eles se arrependiam de ter nascido, de ter ido pra ali. Era. Mas, eu adorava, fazer os sermões; homi, pelo amor de deus, a gente chegava lá, homi pelo amor de deus, cadê a mulher que você não trouxe? – Não, não sei o que, não, não pode vim ficou com os meninos. Por que que foi que você não ficou com os meninos? – Não... mas, aí começava aquela enrolação. Homi pelo amor de deus por que você não botou a saia dela e veio pra cá, a gente fazia isso. A gente botava pra quebrar. Porque a gente tava fazendo um negócio de mulher, então, tinha uns homi curioso pra saber o que é que a gente tava fazendo. Então, quando eles chegava lá, eles se acha que vai se dá muito bem, aí a gente vai dá um corte, bota pra quebrar, bota pra descer.

Pesquisadora: E nessas reuniões vocês falavam sobre o que passava em casa e sobre o que mais? Eu sei que na SEDUP tem uns cartazes de campanha para tirar documento?

Josefa: Tem aquelas coisas que as mulheres passa em casa, aqueles apertos pelo marido, pelos filhos, as vezes que os homens inventam até de tirar uma coisa de casa, comer com um amigo, às vezes deixa

faltar para uma criança. Não tem muito pai que faz isso né? Às vezes começa naquela fofquinha, tomando uma caninha e quando pensa que não, o dinheiro de comprar um pão pra um filho, às vezes tem um ovo em casa pra dá comer o dos meninos, ele vai lá pega aquele ovo frita e come mais o amigo.

Pesquisadora: Naquela época tinha muito isso?

Josefa: Tinha, homi eu acho que ainda hoje existi isso ainda. Ainda tem muito homem covarde ainda. Tem, tem muito homem covarde ainda.

Ana: Esses encontros buscavam naquela época a libertação da mulher, o direito da mulher, já se buscava esse direito e até hoje a gente ainda vivi lutando por esses direitos que a mulher, ainda, quando se consegue uma coisa aqui um político vai tira duas ali.

Josefa: Quando chegamos ali, há vinte anos atrás, vinte anos atrás a gente convidou Givanilza pra uma reunião. E ela foi ela lá, e eu falei com ela tudinho, que lá em Alagoa Grande a gente trabalhava desse jeito, e era muito bom, porque tem muita mulher que sofre muitas humilhações em casa. E isso faz com que ela se sinta mais.

Pesquisadora: Quem é Gilvanilza?

Ana: Gilvanilza... Ela trabalha na rádio, ela é da igreja de Bananeiras.

Josefa: Ela é da igreja de Bananeiras e trabalha na rádio. Aí, então, eu conversei com ela bem direitinho, tem muitas coisas que precisa, principalmente, num canto desse e a maneira que nós trabalhava, que a gente saía assim pros cantos, então, ela disse depois eu vou, ela disse depois a gente vai dá continuidade. Aí, então, outro dia eu encontrei com ela e aí como que ficou, a gente vai vê num sei o que, vai levar pra lá a Pastoral da Criança, aí ainda levaram ficou lá uns dias, uns tempos ainda e foi indo, foi indo e acabou tudo.

Pesquisadora: Teve uma viagem do grupo de vocês pra Brasília a senhora foi? Josefa: Fui não. Fui para o Rio.

Pesquisadora: Vocês iam para fora?

Ana: Ia pra fora, ia pra Recife. Ia pra...

Josefa: A gente ia pra Belo Horizonte, eu não fui para Belo Horizonte, também. Eu fui para o Rio, eu fui para o Recife, uma duas, três vezes.

Pesquisadora: A senhora lembra o tempo dessa viagem para o Rio?

Josefa: Quando eu fui para o Rio Renata tinha 40 dias de nascida. Esses meninos eram tudo muito pequeno.

Pesquisadora: E Renata tem quantos anos hoje?

Ana: Hoje ela não sabe não.

Josefa: Não sei se ela tem 31 anos. A menina de João tem 31 anos?

Ana: Eu sei que Beto era pequeno nessa época que a gente ficou lá em madrinha. Mainha disse: Lá vai ser perigoso, então, é melhor não levar vocês.

Josefa: Foi, faz muito tempo.

Pesquisadora: Deixa eu perguntar uma outra coisa porque aí a gente se localiza. Nesse tempo que a senhora foi para o Rio a gente ainda estava na Ditadura Militar? Por que a Ditadura acabou em 85?

Ana: 85 foi.

Pesquisadora: É então deve ter sido por essa época?

Ana: É porque nessa época teve um encontro em Brasília que pai foi sozinho, mãe não foi, aí teve o do Rio, mainha foi, os de Recife mainha ia, os de Recife mainha ia sempre.

Josefa: Pra João Pessoa era na FUNDAP, nera aninha que a gente ia, também?

Ana: Tinha FUNDAP, tinha o CENTRU, a FETAG.

Pesquisadora: Dona Josefa e a senhora acredita que esses encontros foram importantes pra as mulheres?

Josefa: Foram muito.

Pesquisadora: O que a senhora consegue identificar de mudanças depois dos encontros pra mulher?

Josefa: Porque é aquela coisa, depois que a gente conversa, que a gente vê que tá assim mais seguro, ... porque antes, a gente acha o que? Se eu fizer isso o marido vai bater em mim. Porque batia mesmo, mas, depois que a gente conversa com outra, a gente fica mais à vontade, a gente fica mais solto pra conversar, a gente perde muito aquele medo que a gente tinha; que antes o medo era muito grande, porque os homens batiam mesmo e depois mesmo que eles quisessem ameaçar..., mas, eles tinham medo porque eles sabia de que a gente tava envolvido numa organização que poderia denunciar ele. Qualquer coisa ele poderia né? Não se compara quando a gente tá solto, sozinho jogado lá no canto, de que quando a gente tá organizado. Como diz, a união faz a força e isso é a coisa mais certa. A união faz a força.

Pesquisadora: A senhora acabou falando um pouco de tudo que eu queria saber.

Josefa: Todos os meses a gente tava junto o povo de Araruna, o povo de Alagoa Grande, de lá do Zumbi, daquela redondeza toda.

Josefa: Então, no caso, é aquela história né? Que a gente junto a gente conversa, a gente se entende e a gente perde muito, muito dos medos; e a gente fica bem mais forte porque quando a gente fala a gente já se sente seguro de que se acontecer qualquer coisa, se fulano fizer isso aqui, a gente vai conversar outra vez aí ele vai vê, não tenha medo e a gente diz mesmo, olhe a gente tamo junto aqui é pra tudo, o que der pra uma dá para todas. A gente tá dez, doze mulher num canto o que der para uma dá para todas. É... que der pra uma aqui dá pra todas. O que der pra uma dá pra todas. Olhe, nas primeiras confusão que meu marido teve com o patrão, eu só faltei no mundo perder o juízo, eu chorava de dia à noite, eu não sabia o que fazer da minha vida porque o patrão ia matar Edmilson e eu ia ficar jogada e eu não tinha pra onde ir. Homi, mas quando foi depois, aí a coisa mudou.

Pesquisadora: Depois da organização de mulheres?

Josefa: Isso, sim. Depois que a gente se organizou-se, a gente se sente segura, a gente sabe que a gente não tá só; então, a coisa muda, quando a gente se sente que não tá só, a coisa muda.

Pesquisadora: Dona Josefa a senhora participava do 8 de março? Onde é que o grupo geralmente ia?

Josefa: A gente foi para Mamanguape, duas vezes ainda pra ali. A gente foi pra João Pessoa.

Pesquisadora: Logo no inicio quando começou?

Josefa: A gente tava já aqui foi Ana? Quando a gente foi pra ali? A gente foi com Givanilza? Eu fui com Givanilza uma vez.

Ana: Ah, então, já tava aqui no assentamento.

Josefa: Foi, a gente já tava aqui.

Pesquisadora: Você lembra o ano?

Josefa: Não lembro do ano.

[...] A gente foi pá João Pessoa, a gente se organizou-se uma vez ali bem perto da Lagoa.

Pesquisadora: Era sempre caminhadas, no 8 de março?

Josefa: Era. A gente sempre tinha o lugar assim, então a gente ia. Ia também para serraria, também, num 8 de março. Sempre que eu podia ir e o maridão tava lá, vamos? Eu tava indo. Zefinha vai pra tal quanto, Zefinha tem uma viagem pra tal canto, eu boto teu nome? Bote, não botou ainda não homi de deus? Vá botar.

Pesquisadora: E quando foi que a senhora se afastou desse pessoal?

Josefa: Quando eu vim pra cá, quando eu sai de Alagoa Grande.

Pesquisadora: A senhora lembra o ano?

Josefa: Faz vinte anos que a gente tá aqui. Então, depois que a gente tava aqui eu tentei muito, ainda a gente ficar, eu ainda voltei, ainda, pra Alagoa Grande, ainda, pra algumas, aí depois a gente ficou tentando com Gilvanilza vê se ela levava alguma pra frente, mas, não deu certo, mas, ela, ainda, levou a gente pra Mamanguape, duas vezes.

Pesquisadora: Tá, eu vou encerrar por aqui hoje. [...] Ficou completinho.

APÊNDICE F - Entrevista com Luzia Soares Ferreira

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Memória, Militância e Mulheres: Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo *versus* latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Luzia Soares Ferreira

Conhecida Popularmente: Por Luzia

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Atuou em ambos e, atualmente, é a presidenta do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 29/06/2018

Tempo da Entrevista: 31min: 58s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes de começar a gravar, apresentei-me e expliquei sobre a pesquisa, nesse momento conversamos um pouco para que eu pudesse começar a gravar.

Pesquisadora: Pronto, então, vamos começar com a senhora dizendo seu nome.

Luzia: Bom, boa tarde pra você foi um prazer lhe conhecer não é, primeira vez que vem na minha casa me pedir é, uma ajuda e eu fico feliz também, é tão bom quando a gente pode ajudar as pessoas né? Na, na pouca história minha. Meu nome é Luzia, moro aqui em Alagoa Grande e entrei no movimento em 81, depois nós criamos também aqui o movimento, o MMB aqui em Alagoa Grande, esse movimento de 81 é o de Guarabira né? Que hoje nós estamos atuando e estamos aqui né? Pra ajudar as pessoas no que a gente puder.

Pesquisadora: Dona Luzia quantos anos a senhora tem?

Luzia: Eu tenho 65 anos, tenho cinco filhos, tenho doze netos e tenho um bisneto né? E um marido que ainda me faz raiva.

Pesquisadora: E, no caso, a senhora foi do Movimento de Mulheres Trabalhadoras ou foi só do Movimento de Mulheres do Brejo ou foi dos dois?

Luzia: Eu fui dos dois, eu fui diretora, é. Fiquei na direção já três vezes do MMTR, Movimento de Mulher Trabalhadora Rural, e da, esse é do Nordeste e da Paraíba que é o MMT - Movimento de Mulher Trabalhadora da Paraíba, esse eu hoje eu sou a presidenta né? Ainda, sou a presidenta, falta dois anos para terminar e a gente criou aqui em Alagoa Grande né? O MMB, depois, a gente, mas quando o MMB foi criado aqui em Alagoa Grande a gente já participava do MMT em Guarabira.

Pesquisadora: Que a sede é?

Luzia: Que nossa sede era em Pirpirituba, né? Só que hoje a gente tá sem sede que é esse mesmo que eu hoje eu sou a presidenta, né? Porque assim quando a gente se reuniu, se reuniu as mulheres. Primeiramente, assim, em 81 as mulheres começaram um trabalho, tinha um trabalho assim como Pastoral da Criança, se reunia um pequeno grupinho né? E a gente foi vendo assim a situação, a necessidade de se juntar e se criar um grupo de mulheres para defender os nossos direitos né? Tinha mulher que não sabia conversar, que não sabia falar, tinha vergonha de sair de casa, tinha vergonha de ir até pra uma reunião, até pra sair de casa, achava que nós mulher era só era a chofer de cozinha, era só pra cozinhar o feijão e arrumar a casa e servir o marido né? E aí a gente foi despertando em defesa dos nossos direitos né? Uma reunindo a outra, aquela mais sabida foi ensinado aquela mais que não tinha experiência e graças a Deus a coisa mudou né? Pra mim, graças a Deus, eu faz 30, mais de 30 anos que moro aqui, que antes eu morava no sítio e eu aprendi ser mulher a partir do momento que eu entrei no movimento porque eu passei por todo esse processo que eu estou falando, que eu achava que eu era só dona da minha casa, entendeu? E o marido era tudo, então, a partir do momento que eu entrei no movimento eu aprendi ser mulher, eu me sinto ser mulher, hoje, mulher através do movimento.

Pesquisadora: E esse pensamento de que a mulher era só da casa, o espaço dela era só o da casa, era unânime assim entre as outras mulheres que frequentavam?

Luzia: Entre as outras mulheres e entre os homens né? Porque os homens achava que a gente mulher não tinha direito, eles que era o machão, era tudo e nós só era para tá em casa. Mulher tem que tá em casa, mulher sair fora, inclusive, quando a gente começou o MMB aqui, foi uma, foi uma confusão feia, a gente eu, Soledade, Penha, a gente teve que viltar as mulheres porque os homens ficaram ciumentos quando as mulheres começaram a assistir as reuniões e eles acharam que as mulheres iam botar chifre, aí falava muito que isso não era coisa de mulher, mulher reunida só fazia, saia coisa que não prestava, era aquela coisa toda, aí a gente não, a gente ia lá conversa com ele, conscientizava e dava certo, né? E graças a Deus com essa experiência a gente lutou e a gente sabe que muitas mulheres melhorou a situação delas.

Pesquisadora: Como a senhora chegou no movimento?

Luzia: Eu cheguei no movimento através assim, eu sempre, eu era do sindicato dos trabalhadores rurais, eu era sócia. Aí, todo primeiro domingo do mês existia uma reunião lá. Nessa reunião, se fazia uma, só ia mais homem né? De mulher lá só tinha eu, Penha, às vezes Soledade, só tinha mais é, homem e a mulher que tava lá não falava com vergonha. Às vezes, ia uma mais o marido, mas ficava quetinha no canto dela não falava, aí a gente começou, quando a gente viu aquela situação ali, as mulheres tudo calada, as que vinha ficava calada o pouco que vinha, que não vinha muito, ficava calada, aí a gente começou assim se preocupar por que não? a gente não cria um grupo de mulheres Penha, aqui no sindicato? Para essas mulheres falar, conversar, as mulheres vem não dá uma palavra, fica quetinha ali, isso eu acho que isso faz até mal. E isso aí a gente já tinha desenvolvido um pouco, já sabia né?

Pesquisadora: A senhora diz, no caso, essa ideia pra montar o grupo daqui?

Luzia: Sim para montar o daqui.

Pesquisadora: E esse outro grupo de Guarabira? A senhora, no caso, já tava no de lá?

Luzia: Já tava no de lá. Eu ainda não tinha entrado, na verdade, eu ainda não tinha entrado nesse de Guarabira, quem já tava indo Soledade, era Penha, era Margarida nesse tempo, entendeu? Mas eu, ainda, não tava indo, eu mesmo, ainda, não tava indo não, comecei ir depois desse tempo né? Eu sempre participava aqui, mas não ia pra lá. Quando foi depois eu comecei, aí foi quando as meninas disse assim: a gente já tem o grupo em Guarabira e a gente vai te levar. E por aí eu comecei caminhando pra lá né? Mas aí eu já tinha através do sindicato, eu tinha aquelas ideias, a gente já conversava, a gente se reunia, poucas mulheres, poucas, mas, assim, a gente se reunia, já começava conversando, a história, ela me contando desse movimento que tinha, das viagens que ia e por aí a gente já tava entrosada né?

Pesquisadora: Nesse de lá de Guarabira, a senhora recorda o nome de alguma companheira?

Luzia: Eu recordo o nome de Maria Preta, como você já sabe, de Cerise, de... Tem muitas companheiras, de Neuzinha, de Céu que, ainda, é viva hoje que é presidente do sindicato de Pirpirituba, de Marluce, nós trabalhava doze municípios de cada município tinha uma, uma coordenação, a gente trabalhava.

Pesquisadora: Esse movimento de Guarabira, a senhora disse que foi em 81 a criação?

Luzia: 81 quando ele foi criado, foi em 81.

Pesquisadora: E o daqui da cidade?

Luzia: O daqui em 80 que a gente começou assim se envolvendo né? Se envolvendo, conversando, não era movimento, ainda, era conversando aí a partir daí foi que a gente foi discutindo as ideias e foi quando a gente houve a necessidade da gente criar um movimento que antes a gente chamava MMB, mas em 91 veio a morte de Penha, a gente tinha já a nossa sede aqui, a gente já fazia os trabalhos, tudo mais. É... se reunia, mas aí foi tempo que veio, infelizmente, a morte de Penha e as coisas foram afacando, aí eu fiquei só nesse de Guarabira, que é o MMT.

Pesquisadora: Dona Luzia as outras entrevistadas sempre me falavam que tinha muito problema com relação a sair de casa, como a senhora relatou, assim da família, a aceitação. No caso da senhora havia aceitação ou havia algum empecilho pra senhora participar, militar, sair para o espaço fora da sua casa?

Luzia: Meu marido né? Não, enfim, eu foi assim, meu marido, apesar de tudo, nessa época, ele era uma pessoa que ele nunca se importou não, eu ia pra onde eu queria, eu fui pra Brasília, eu fui pra São Paulo, eu fui pra todo canto, eu não conheço, mas passei em todo canto e com relação no movimento, mas ele nunca disse nada, Pra mim ele era um homem meio ruim, vou dizer assim logo [...] para isso ele foi muito bom. Ele nunca... Inclusive quando eu fazia, a gente ia pra as reuniões do sindicato, que a gente fazia o primeiro de maio assim em João Pessoa e em outros municípios, ele me acompanhava.

Pesquisadora: Mas era de conhecimento de todos que existiam as outras companheiras que tinham dificuldade?

Luzia: É, agora as outras companheiras sofreram muito com a questão do marido, foi muito difícil pra elas ficarem no movimento.

Pesquisadora: Esse preconceito era só por parte do marido ou os outros parentes também?

Luzia: Era nada, era a sociedade em peso, a sociedade toda discriminava as mulheres, que mulher tem que tá em casa, mulher não é para tá fora de casa, mulher tem que tá tomando conta de filho, tomando conta da casa, a história era essa.

Pesquisadora: Esses movimentos, o de Guarabira se for do seu conhecimento e o daqui, quais atividades que eles desenvolviam assim para as mulheres?

Luzia: A gente desenvolvia muita coisa porque, assim, a gente tinha os nossos cursos, inclusive, tem até uns aqui porque eu esqueço né? Pronto, a gente fazia socialismo, oficina, oficina de arte, teatro, aqueles teatros com aqueles bonecos, não tem aqueles bonequinhos que a gente ficava falando e botando os bonequinhos pra falar. Aquilo era muito importante, eu gostava muito daquilo ali. A gente trabalhou a sexualidade, o Seminário sobre Políticas Públicas para as mulheres, para as mulheres no campo né? Oficina de arte, encontro de saúde e alternativo que era aquele remédio alternativo que a gente trabalhava, a gente fazia aquelas pomadas, aqueles xarope, era muito legal isso, a gente fazia assim trabalho assim com o nosso corpo, conhecimento do nosso corpo né? Inclusive, eu tinha até um livro, não sei se ainda encontro algum lá no arquivo, mas eu tinha, a gente tinha encontro de jovens, também, assim a gente fazia encontro com jovem né? Pra conscientizar os jovens que no mundo de hoje esses meninos quando tão assim de 14 a 15 anos a gente tem que ter muito cuidado pra não ficar aí no mundo das drogas né? Aí a gente reunia tudinho em Pirpirituba, já levava para Pirpirituba e lá a gente conversava com eles, era muito bom, encontro de casais assim, tinha muitas mulheres que queria casar, mas tinha aquela situação, aquelas dificuldades e a gente reunia fazia aqueles trabalhos com ela, levava ela, fazia aquelas reuniões, juntava tudo, depois falava com o padre e elas casava, eram muito importante.

Pesquisadora: A senhora até já citou algumas cidades que o movimento atuava, a senhora recorda o nome?

Luzia: A gente trabalhava em Guarabira, em Pirpirituba, em Cuité, em Maria Preta que é ali né? Canafistula não, é assim o lugar que ela mora né? É Araçagi, Bananeiras, Belém, Araruna que era Dona Tonha, eu sei que era doze ao todos, não recordo bem agora porque o tempo né?

Pesquisadora: Eu perguntei à senhora o nome de algumas companheiras do de Guarabira, a senhora recordou algumas e daqui?

Luzia: Penha, Soledade, Ilda, Glória, Marlene, Dona Zefinha que era uma companheira que vive muito doente hoje, Nice, Dona Maria Benvinda de Caiana dos Crioulos, Cida de Caiana, aquela que canta e dança.

Pesquisadora: Por que a necessidade de criar esse movimento de mulheres aqui na cidade?

Luzia: Surgiu, através de uma necessidade que a gente se preocupava em vê as mulheres, só vê quase homem e as poucas mulheres que aparecia no sindicato elas não tinham coragem de falar, então, a partir do momento que a gente fizemos o grupo de mulher, agora é só mulher vocês não vai ter vergonha de falar porque às vezes a gente achava que era os homens que incomodavam, elas não falavam com vergonha dos homens né? E a gente só mulher a gente não se soltar mais né? Aí foi quando a gente começou se reunindo e trazendo as mulheres como eu já disse, apesar dos homens não gostarem, mas a gente teve que dá um gelo e trazer elas e, enfim, foi aonde elas despertaram os direitos delas.

Pesquisadora: A viagem que teve para Brasília, a senhora foi?

Luzia: Eu fui, já são cinco marchas, é cinco ou é seis, todas as Marchas das Margaridas eu só não fui essa última que houve agora, eu articulei, botei o povo dentro do ônibus, mas não fui não porque estou com um problema no coração e o médico disse que não era bom eu ir. Mas, todas eu fui e fui outros, outros eventos lá fora as marchas.

Pesquisadora: Aquela viagem que o MMT fez pra levar aquelas cartas para os ministérios que foi bem no iníciozinho, acho que 85, por aí assim, que foi Izabel, que foi Fátima, a senhora foi, também essa?

Luzia: Fui não aquela eu não fui não, a gente fez, se reuniu fizemos as cartas e escolhemos as pessoas pra ir, mas eu não fui não, mas eu lembro.

Pesquisadora: A senhora recorda o que era que as mulheres iam reivindicar lá?

Luzia: Era reivindicar nossos direitos, falar sobre saúde, falar sobre fome.

Pesquisadora: Esse período que foi criado o movimento, a gente vivia um período ainda de Ditadura Militar, fim de Ditadura Militar, a senhora recorda assim de alguma companheira que sofreu algum tipo de perseguição por militar num movimento social?

Luzia: É eu só, eu não me recordo, recordo muito não. Agora eu via as meninas falar muito assim.

Pesquisadora: O movimento quando ele foi criado ainda era Ditadura, a gente não vivíamos Democracia ainda. Nesse período de 81 até o fim da Ditadura, se havia algum empecilho pra o movimento atuar? Porque, no período da Ditadura, nem tudo poderia ser feito.

Luzia: Não...

Pesquisadora: Não é do conhecimento da senhora se houve alguma perseguição para companheiras?

Luzia: Não, daqui das nossas companheiras daqui não, agora eu tenho certeza que houve muito só que eu via, a gente conversava assim, comentava nos grupos, mas eu não me lembro, também, mais.

Pesquisadora: E com relação ao daqui, o movimento daqui a senhora recorda se houve algum empecilho a não ser esse do machismo e que os maridos não queriam deixar e tal, se as

companheiras tinha algum outro tipo de empecilho pra poder militar, pra poder sair de casa e atuar no movimento?

Luzia: A questão maior era essa assim, que as mulheres, o que elas falavam muito assim, muitas não participava porque tinha filhos pequenos não podiam sair, outras, ela mesmo botava que tinha que sair que tinha que cuidar do marido, fazer a comida do marido que o marido trabalhava né? E muitos maridos liberava e outros não liberavam.

Pesquisadora: Quando vocês iam pra as reuniões como as que tinham no Paulo VI, como era que era lá? O que era que fazia nesse período desses eventos?

Luzia: Lá no Paulo VI? Fui muitos, justamente, a gente fazia seminário, a gente fez muito seminário lá, fazia curso, fazia, se reunia para discutir outras coisas, outro evento se fosse fora, muitas vezes.

Pesquisadora: A senhora tem mais alguma coisa que queira acrescentar nisso, que a senhora me disse sobre a história tanto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras quanto do Brejo, Movimento de Mulheres do Brejo?

Luzia: Já terminou aí as perguntas?

Pesquisadora: A senhora foi bem precisa em tudo que eu queria saber.

Luzia: Assim né? Eu só quero lhe dizer assim que o nosso objetivo tem sido reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes né? E trabalhar a organização produtiva e articulando-se com a problemática de gênero e política do governo para o campo. E, falar em gênero, a gente trabalhou muito assim a questão de gênero, a gente tinha muito seminário de gênero. Até a gente discutia assim acho que gênero era uma coisa que era para ser discutido dentro da escola, na escola, na sala de aula porque, realmente, é as pessoas precisa de saber o que é gênero né? Iniciando assim a questão de gênero porque às vezes quando, tem a discriminação até quando a gente vai nascer, que ah é uma menina, ah fulano tu vai ser corno, tua mulher vai ter uma menina, não é isso? Isso a gente ficava puta de raiva com isso, porque não pode é um ser humano é um pedaço de nós, quando as pessoas dizem assim, então, magoa a gente né?

Pesquisadora: Como se a mulher fosse inferior?

Luzia: Como se a mulher não fosse ninguém. E eu me sentia mal. Então essa questão de gênero, é o menino poderia ficar sem calça, podia ficar nu, a menina não podia porque era menina, aquela coisa, tudo de menina tem que ser rosa, o menino é que tem que ser, é homem tem que ser azul, ah eu nunca gostei disso, eu ficava triste com isso, então por aí já começou a questão da discriminação né? E, assim, a questão de se trabalhasse gênero nas salas de aulas desde o início da vida acho que tinha tirado mais essas coisas né? A gente questionou muito isso. Eu me sinto tão feliz no movimento, eu acho que o movimento foi minha melhor escola né? Foi onde eu aprendi, me desenvolvi pra andar no meio do mundo, é ... conhecer meus direitos né?

A nossa luta é maior do que a do homem né? É por isso que muitas vezes até os casais briga muito porque chega os dois do trabalho aí ele vai se senta lá no pé de parede, muitas vezes vai pra ali para um barraquinho tomar uma né? Ou fica na televisão, ele nem ajuda a fazer o mingau do menino, ele não ajuda cozinhar a batata pra se comer, ele não ajuda lavar um prato, ele não ajuda varrer a casa, ela tem que fazer tudo hoje de noite pra amanhã deixar limpo pra começar no trabalho dela novamente né? E isso é difícil, mas a gente tem passado por isso e as nossas companheiras que passou e passa ainda hoje né? Que não é isso aí, a gente sabe que a gente olhando o ontem e o hoje, o movimento ajudou muito na questão da vida de nós mulheres, a gente aprendeu, nós hoje, nós criamos asas vamos dizer assim né? Mas assim ainda precisa lutar, ainda precisa lutar e muito, pra gente quebrar essas barreiras que tem aí, que a gente vê que, ainda, tá prejudicando a mulher e lutar pelos nossos direitos também né?

A história assim do MMB foi pouco tempo né? Porque quando a gente criou ele aqui, quem muito dava curso a gente era Gilberta, sabe quem é Gilberta Soares né? Da... Que era secretária da mulher, da secretaria da mulher e a deputada Estela Bezerra, ela vinha direto para Alagoa Grande, a gente somos amigas desde aquele tempo, a gente fazia seminário direto aqui em Alagoa Grande, era Gilberta e Estela. E o MMB ele foi assim, foi uma coisa que não durou tanto, mas também o pouco foi que teve

muita atividade, a gente tinha um trabalho com a FITPAIS com os jovens assim de 14 a 15 anos era muito importante a gente fazia grupos de jovens em Areia.

Pesquisadora: Já no iníciozinho do movimento, desse MMB?

Luzia: Sim, do MMB foi. A gente tinha um trabalho, também, meu deus, eu tava lembrada, olhe, nesse instante, já esqueci. Ia falar e esqueci. Tinha com a FITPAIS, que era um projeto que a gente fez com a FITPAIS pra trabalhar com os jovens. Mulher eu tava lembrando um que ia falar e esqueci.

Pesquisadora: Mas tudo bem, vai vim na memória. [...] Eu vou parar o seu também, tá?

Luzia: Hum, pode parar.

APÊNDICE G - Entrevista com Maria de Fátima Lima

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Mulheres, Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo versus latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Maria de Fátima Lima

Conhecida Popularmente: Por Fátima

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Participou do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 29/06/2018

Tempo da Entrevista: 28min: 55s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes do dia da gravação, tivemos um contato prévio, momento em que me apresentei e expliquei sobre a pesquisa.

Pesquisadora: Então, vamos começar pelo nome da senhora.

Fátima: Maria de Fátima Lima.

Pesquisadora: Pronto, então Dona Maria, vou chamar a senhora de Fátima que é como a senhora é conhecida. No caso, a senhora fez parte mais desse Movimento de Mulheres Trabalhadoras, não desse Movimento de Mulheres do Brejo ou na época era...?

Fátima: Na época, se formou tudo junto, a gente, esse movimento nasceu de uma confraternização que foi feita no dia 08 de março, dia internacional da mulher. Houve um encontro no Paulo VI e veio diversas pessoas de fora, diversas mulheres lideranças que trabalhavam com sindicalismo, com associação de bairros, com moradores, essas coisas. Então, através disso aí foi lançado a ter esse movimento, daí foi onde nasceu.

Pesquisadora: No caso aqui em Guarabira?

Fátima: Em Guarabira, foi feito aqui em Guarabira, lá no Centro de Treinamento Paulo VI. Então, a gente ficou três dias lá e daí foi pensado e foi visto que ... e de cada categoria nasceu uma associação, mas era tudo junto, toda vez que tinha uma movimentação do sindicato dos/das trabalhadoras rurais, associação das empregadas domésticas que quem tava a frente era eu, a responsável, a presidente, fui presidente por dez anos e tava sempre junto.

Pesquisadora: A senhora tem quantos anos?

Fátima: 62.

Pesquisadora: A senhora recorda de quando foi que foi essa reunião inicial pra montar o Movimento de Mulheres?

Fátima: Foi em 81, 08 de março de 81.

Pesquisadora: 81... e foi aqui na cidade de Guarabira?

Fátima: Foi na cidade aqui de frente o SEDUP, tinha uma quadra de esporte aqui, então foi feita aqui e através disso aí tivemos uma, como é, uma passeata foi feita na cidade e teve o, o... é a parada, a parada foi aqui de frente, aqui era uma quadra de esporte aonde as pessoas faziam muitas coisas, então foi feita aqui nessa quadra.

Pesquisadora: Em 81 já; e reunia essas mulheres de diversas categorias?

Fátima: Diversas categorias.

Pesquisadora: As categorias, que a senhora até comentou, eram lavadeiras?

Fátima: Era lavadeiras, é lavadeiras, empregadas domésticas, babás.

Pesquisadora: As trabalhadoras rurais?

Fátima: E aí foi quando, aí se juntou né? Que aí ficava pequeno o grupo, aí se juntou com as trabalhadoras rurais que era o sindicato feito em Pirpirituba. Esse sindicato era lá... existia, é. Cerise que foi uma das fundadoras, que morreu né? Que foi pro Rio, lá teve CA, morreu e a Neuzinha ainda é viva, que é mulher do Dé que era o presidente do sindicato. Neuzinha hoje mora em Brasília, foi embora, mora pra lá. Mas, foi uma liderança muito grande eles, ela.

Pesquisadora: E a sede do movimento?

Fátima: Era lá em Pirpirituba, ficou o tempo inteiro, foi feito lá. E, aqui em Guarabira, a gente tinha a sede das lavadeiras que era aqui em Guarabira, era essa que eu participava e que eu era presidente da associação.

Pesquisadora: Como a senhora chegou nesse Movimento de Mulheres Trabalhadoras, foi através...?

Fátima: Através do SEDUP, eu já trabalhava no SEDUP, através do SEDUP, que esses movimentos saíram do SEDUP, foi feito através dessas pessoas que trabalhavam aqui e que foi se entrosando e foi procurando os sindicatos e foi feito, foi nascido aqui.

Pesquisadora: A senhora vê alguma ligação desse Movimento de Mulheres com o pessoal da Pastoral Rural?

Fátima: Sim, tinha uma grande participação, muitas, algumas mulheres fazia parte da Pastoral porque... Então, vieram agriculturas, trabalhadoras rurais, então essas faziam parte junto com Pade Luís, ele que foi o cabeça né? Desse, desse movimento aqui da Pastoral da Terra, ele trabalhou muito, Severino um diácono, diácono Severino de Mulungu, eles foram os fundador desse movimento.

Pesquisadora: Por que teve a necessidade dessa criação do Movimento de Mulheres aqui nessa região?

Fátima: A necessidade nasceu da, da ... da necessidade das mulheres que eram muito assim perdida, as mulheres tinha, não tinha noção de nada, não sabia os seus direitos de nada, então daí, através desse encontro que foi feito viu a necessidade que as mulher tinha de se associar no seu sindicato, como trabalhadora rural elas tinha direito, elas não tinha direito a voto, elas não votava, elas não tinha direito a nada, só os maridos que tinha direito, as mulheres não tinha, aí através disso aí lutamos, lutamos, conseguiu, não é? As mulheres chegou a se associar no sindicato e ser uma, uma sindicalista mesmo.

Pesquisadora: A família da senhora teve alguma relutância pra a senhora entrar no movimento ou eles não tinham nenhum empecilho em casa para ir?

Fátima: Não, porque eu era mais desse movimento, pra mim era mais através de trabalho, eu vivi trabalhando todo esse tempo nesse movimento, eu toda a vida eu fui cozinheira, eu cozinhas, eu participava, aonde tinha evento eu ia participar, eu ia cozinhar, então nasceu da, da..., quer dizer do trabalho. Acompanhei trabalhando e onde tava os movimentos...

Pesquisadora: Algumas mulheres dessas que eu já conversei, elas me relataram que assim tinham alguns empecilhos em casa, algumas tinham que mentir pra poder ir pra reunião, pra poder sair pra essas situações de militância fora de casa.

Fátima: Eu não podia porque era meu trabalho, todo mundo já sabia que eu vivia daquilo ali, então já era mais esclarecido é, aí não existia mais...

Pesquisadora: Sim, aí quais atividades esses movimentos eles realizavam? Assim, o que era que era feito pelo movimento?

Fátima: Reuniões, reuniões em diversas cidades: Alagoinha, Cuitegi, Pilões, Pilões teve um grande trabalho ali junto do movimento dos trabalhadores rurais é, ali pá banda de Solânea e Bananeiras, que começava ali no sindicato de Pirpirituba todas essas coisas.

Pesquisadora: O que era que tratava nas reuniões?

Fátima: Os direitos da mulher, o direito das mulheres a, a, a... O trabalho a movimentar as coisas que elas conseguiram muito se libertar até dos próprios maridos porque elas, também, quando vinham para as reuniões era um sufoco, os maridos também não deixava né? Naquele tempo mulher não podia sair de casa, se saísse nera não era mais mulher casada, honesta, era aí ficava aquela coisa a perseguição encima, encima sempre da mulher, então, mas elas lutava, elas conseguia, elas... E ia.

Pesquisadora: A senhora acha que o movimento ajudou nessa libertação?

Fátima: Ajudou muito, ajudou demais, as mulheres se libertaram completamente depois dessas reuniões, desses movimentos. Só pena que hoje se encontra muito acabado, hoje acabou, mas foi um trabalho muito bonito, trabalho foi muito bonito né? A gente tinha prazer de ir no movimento das mulheres, depois que o movimento das mulher acabou, eles aí acabou tudo porque ele era o cabeça, era o esteio, era o movimento das mulheres.

Pesquisadora: Outras companheiras que militaram nesse movimento, a senhora recorda, a senhora já disse aí Cerise, Neuzinha...

Fátima: É aí tem Do Céu, ela era, foi até presidente do sindicato, depois de toda essa coisa ela conseguiu ser presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pirpirituba, de Pirpirituba né? Então, foi um grande trabalho, uma grande liderança das mulheres tiveram; só que hoje eu tenho muita pena de ter acabado né? Porque foi um trabalho muito, muito bonito e um trabalho muito cansativo, foi muito... Pra elas, pra mim não né? Mas pra as mulheres, as coitadas quando saiam era sufoco que tinha os filhos né? Tinha os maridos, às vezes, muitas pra ir tinha que levar os filhos com elas, era um atrapalho, mas tinha que levar e tinha que aceitar e tinha pessoas que lutavam aí fazia uma sala, exclusivamente, pá pessoas ficava, exclusivamente, pá tomar conta daquelas crianças para as mães poder participar dos eventos e era muito interessante pra elas os eventos.

Pesquisadora: Essas reuniões em outras cidades, vocês levavam grupos assim de mulher?

Fátima: Ia todo mundo que podia. Quem podia ir ia, quem tinha tempo que não ia trabalhar que, também, tinha isso as mulheres de Guarabira trabalhava. Todo mundo trabalhava e quem trabalha em casa de família não tem boquinha não de ter que sair pá ir, é preciso... Quem saia era eu porque trabalhava no SEDUP, o SEDUP me liberava, Dona Ciça porque Inez era do movimento, era uma pessoa do movimento sabia a necessidade que ela tinha de participar e outras pessoas que tivessem uns patrões bom, de cabeça boa. Mas, se não tivesse não ia.

Pesquisadora: Nesse Período aí que a senhora disse de 81 até 85, a gente vivia uma Ditadura Militar, a senhora sabe de alguma situação que gerou empecilho pra o movimento atuar nesse período que venha por parte do governo?

Fátima: Assim ... é existiu muita perseguição, principalmente, o pobizinho de Pade Luís sofreu muito, ele e Izabel que era uma advogada, que foi uma pessoa que estudou. Aí Izabel Cavalcante junto com Padre Luís era os cabeças dessas coisas né? Mas sofria muita perseguição. Foi uma agonia né? A gente até um dia fizemos uma participação fomos pra Recife no dia do julgamento dela, teve julgamento teve tudo, então a gente tava assim muito presente.

Pesquisadora: Então tinha uma ligação também com a igreja?

Fátima: Era o movimento ligado com a igreja, isso tinha freira, as freiras participavam, os padres, nem todos né? Mas tinham uns que era dentro da realidade do trabalho das pessoas que tava sempre. Padre Cristiano, aquele que faleceu, era um dos padre muito envolvido com a classe operaria, a classe trabalhadora, ele participava do que ele podia, aí tinha Padre Geraldo que hoje, depois ele chegou e ficou ajudando, que hoje ele é da MEC. Ajudou muito também, nos movimentos, ele se envolvia e muito, muitos outros.

Pesquisadora: A senhora tomou conhecimento de alguma mulher que sofreu perseguição além de Izabel nesse período inicial do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, por causa de militar, por causa de ir atrás de direitos ou não?

Fátima: Não, não lembro se teve eu não cheguei a, a vê. Mas, que tinha, tinha né? Porque as mulheres começava a ser perseguida pelos os próprios maridos em casa, os filhos, os maridos, todos os poucos começava a perseguir e elas firmes e participavam.

Pesquisadora: A senhora conheceu Soledade?

Fátima: Conheci.

Pesquisadora: Era ela desse movimento?

Fátima: Do movimento, ela participava nera aquela que era cantadora, era repentista, ela participou muito, também, desse movimento. A, a Penha, a mulher do sindicato de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves também, Margarida foi morta no dia que a gente tava num encontro do CENTRU no Paulo VI, tava lá cozinhando, em 83. E a gente foi lá é participemos, foi a coisa mais triste da vida, ela saiu pra ir pá essa audiência, tava no encontro, depois a gente soube do falecimento dela, pra gente foi um Deus nos acuda, uma coisa muito triste.

Pesquisadora: Esse Movimento de Mulheres do Brejo, eu ainda não consegui entender se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras era um e o Movimento de Mulheres do Brejo era outro, ou se era tudo uma coisa só?

Fátima: Era uma coisa só, era tudo junto, fazia parte das mesmas mulheres, as mesmas pessoas, agora porque, também, tinha trabalhadora da rua e tinha trabalhadora rurais, por isso que ficou com esse nome assim porque é do Brejo porque pegava todo mundo.

Pesquisadora: Algumas companheiras aí de militância falaram da Valéria, Valéria Resende, falaram da Inez, falaram da Penha, essas mulheres elas eram da direção do movimento ou elas eram companheiras assim só participantes?

Fátima: É a Valéria foi uma pessoa, é uma freira, uma religiosa que veio de São Paulo, Santos e veio pra aqui em, acho 78, 79, começou nesse movimento e aí tinha Valéria, depois tinha Ana Alice, é uma Italiana, aí tinha Dom Marcelo, foi um dos cabeças mesmo, era Dom Marcelo Bispo. Nesse tempo ele não era Bispo ainda, ele era só auxiliar, era um dos cabeças de ter trazido todo esse movimento; foi Dom Marcelo que trouxe pra aqui para Guarabira porque ele tava em tudo. Aí entrou Padre Luís que foi um grande companheiro, assim uma grande pessoa dedicada ao trabalho.

Pesquisadora: Padre Luís era brasileiro?

Fátima: Não, era italiano. Aí depois veio Padre Celestino, que também é italiano, aí foi quando chegou Padre Cristiano e daí começou é..., esses movimentos, essas reuniões, essas reuniões que

foi lançado, que eles foram perseguidos porque os patrões não queriam né? Os patrões não queriam que ninguém mostrasse a realidade po povo, porque os trabalhadores não sabiam de nada sob seus direitos, o direito dos trabalhadores não valia nada, os patrões só pensavam neles.

Pesquisadora: No caso, a senhora tá dizendo aí mais ao patrão relacionado aos homens?

Fátima: Todo mundo né? Homens e mulheres. [...] Os dois lutavam, os dois sempre tavam juntos, existia os encontros né? Com os trabalhadores e as trabalhadoras também, as mulheres estavam sempre com os seus companheiros, os seus maridos, ou amigos, elas estavam sempre, era encontro que dava cento e poucas pessoas, vinha mesmo de massa, não queriam nem saber.

Pesquisadora: Então, as mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras ou o Movimento de Mulheres do Brejo já era essas mulheres que já estavam nas lutas?

Fátima: Tavam nesses encontros participando com esses sindicatos porque foi assim elas começaram a, a chamar os sindicatos através dos sindicatos que começou a ter esses participantes, todos esses participantes eram sindicalizados e entraram através dos presidentes quando pegava um presidente pelego não vinha não, mas quando pegava um destinado a ajudar, a trabalhar pelo trabalhador aí vinha com eles e vinha todo mundo, mas com uns pelegos que não queria nem saber.

Pesquisadora: Então o SEDUP teve uma...?

Fátima: Uma grande participação, o SEDUP tava de dentro de tudo desse movimento, o SEDUP veio, veio pra isso.

Pesquisadora: Que já foi uma criação desse pessoal da igreja?

Fátima: O SEDUP, quando começou, ele era, ele era dependente da diocese, nós que trabalhamos no SEDUP a gente tinha a carteira da gente assinada pela diocese, aí depois quando Dom Marcelo foi simhora os bispos que entram não aceitaram, aí foi quando o SEDUP se desligou e passou a ser associação SEDUP, que através ainda que foi, a gente passou a ser dependente. Mas até 86, mais ou menos 86, a gente era ligado a diocese. Tudo, os projetos que a gente trabalhava, os projetos que vinha, tudo era tudo ligado a igreja.

Pesquisadora: Com que frequência acontecia essas reuniões do Movimento de Mulheres Trabalhadoras?

Fátima: Todo mês, todo mês tinha.

Pesquisadora: E era, geralmente, esse período aí que a senhora disse de três dias ou era às vezes um dia?

Fátima: Não, passava um dia só. Um sábado, era mais no sábado que era quando as mulheres podiam sair de casa. Aí tinha o dia todinho, ou aqui em Guarabira ou em Pirpirituba, era mais em Pirpirituba porque em Pirpirituba elas conseguiram uma sede, a Neuzinha, como é, a Inez conseguiram projeto no exterior e através desse projeto compraram uma casinha lá em Pirpirituba e lá tinha um local pra se encontrar né? Porque se não tivesse onde se encontrar ficava mais difícil aí, ou fazia aqui no SEDUP ou fazia ali no Seminário São José, muitas vezes fez encontro ali e, mas, com frequência mesmo, era no sindicato de Pirpirituba.

Pesquisadora: E esses cursos, os cursos que tinha que eu disse que Dona Cícera falou, esses cursos de ensinar a cozinha e tal, as mulheres aderiam, elas iam, elas gostavam de frequentar?

Fátima: Elas iam, elas gostavam, mesmo quando era assim para cozinhar, aprender a cozinhar, nera comigo não, essa parte era com Dona Ciça, Dona Ciça quem ia, também, quem participou muito, não sei se você teve da participação, Zefinha Brito. A Zefinha Brito, ela foi uma dessas pessoas simples que participou muito desses encontros de, de ensinar o povo a fazer as coisas, a usar é as verduras, é frutas, fazer, fazer refrigerante de, de, de cenoura, laranja essas coisas, ela

teve uma grande participação, Zefinha Brito. Ela mora lá no Nordeste⁶¹, ela é mãe de Socorro Brito aquela que trabalha no INSS.

Pesquisadora: Sim, o pessoal do Movimento de Mulheres Trabalhadoras, eles foram pra Brasília, a senhora foi nessa viagem?

Fátima: Fui.

Pesquisadora: Era o que as reivindicações lá em Brasília?

Fátima: Era, era sobre os direitos das mulheres, era sobre essa participação, dessa sindicalização das mulheres no sindicato. Foi muita luta pá elas conseguiram as trabalhadoras rurais sindicalizasse porque os cabas não davam direito não as mulheres. Não porque as mulheres é dependente do homem, a mulher já faz, como é, cada uma tem seu marido e que dependia, foi difícil para as coitadas conseguirem, nessa dependência delas.

Pesquisadora: Então, a senhora não foi da direção do movimento a senhora foi participante?

Fátima: Não, eu participei, assim eu participava, porque eu era presidente, presidente do sindicato das lavadeiras, que se chamava associação das lavadeiras e empregadas domésticas.

Pesquisadora: E a senhora quando entrou no movimento já era, foi no iníciozinho?

Fátima: Foi na fundação mesmo. Fui uma das primeiras a ser a presidente pá... porque como eu, eu já trabalhava aqui dentro ficou mais fácil deu poder sair para poder fazer, eu ia encontro em Brasília, eu ia encontro em Belo Horizonte, Congresso porque a gente entrou na, na associação da CUT, aí a CUT que é do sindicato mesmo né? Lá de João Pessoa? Aí os movimentos começaram a se infiltrar com a CUT. Aí a CUT era um movimento muito bom, ajudava muito. Então, quando tinha essas coisas, carregava todo mundo. Era presidente de lavadeiras, era presidente do movimento das mulheres, era muito. [...] a gente ia, ia Maria Preta, Maria Preta foi muito nesses encontros, era ia Maria Preta, ia Do Céu, ia Cerise, que era essa companheira que faleceu, e muita gente, quer dizer da associação quem mais ia era eu, porque eu era a pessoa que mais tinha... Porque através do local onde eu trabalhava eles me liberava e as outras pessoas coitadas tinham vontade mais não ia porque não existia, porque tinha os maridos para prender, tinha os filhos para chorar e tinha... E era mais difícil, mas eu sempre tava em tudo. Participei de muito, muito movimento, muita participação nessas coisas, foram dez anos, aí eu deixei quando Penha Morreu. Penha era uma líder de sindical muito... morreu num acidente, deixou um monte de filho e eu quando vi aqueles filhos dela lá sem ninguém eu parei, acabou, aí todo mundo – mais por quê? Meus filhos não tem pai pra criar e esses pelo menos tem o bebão, o marido dela era um bebão, aí aquele bebo, pelo menos, ainda é um esteio e os meus não tem ninguém, separei do marido fiquei com seis filhos e não tinha quem cuidasse dos meus filhos, eu tinha que trabalhar para da de comer e seu eu morrer, meus filhos vai viver com quem? Quem vai cuidar, quem vai cuidar deles?, Aí isso eu parei.

Pesquisadora: A senhora lembra de quando o movimento se encerrou assim, enfraqueceu mesmo, quando a senhora saiu ainda tava?

Fátima: Ainda tava era aí depois que esse povo foi saindo. Cerise morreu, aí ficou na mão de quem? De Do Céu que era uma presidente do sindicato dos trabalhadores de, de Pirpirituba, então, tinha muitas mulheres, que na hora eu.

Pesquisadora: Encerramos aqui, obrigada.

⁶¹ A entrevistada faz menção a bairro da cidade de Guarabira (PB).

APÊNDICE H - Entrevista com Maria do Céu Pontes da Silva

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em História

Entrevista Semiestruturada

Tema: Memória, Militância e Mulheres: Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Movimento de Mulheres do Brejo *versus* latifúndio e Ditadura Civil-militar na Paraíba na década de 1980

1- Dados da Entrevistada

Nome da Entrevistada: Maria do Céu Pontes da Silva

Conhecida Popularmente: Por Céu

Atuação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras e/ou no Movimento de Mulheres do Brejo: Coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Data: 07/07/2018

Tempo da Entrevista: 43min: 43s

2- Dados da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora: Laianny Cordeiro Silva de Souza

Orientadora: Dr.^a Telma Cristina Delgado dias Fernandes

Instituição Vinculada: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/ Programa de Pós-graduação em História

3- Dados da pesquisa

Antes do dia da gravação, tivemos um contato prévio, momento em que me apresentei e expliquei sobre a pesquisa.

Pesquisadora: Bem, então, Dona do Céu vamos começar com a senhora se apresentando né? Seu nome? E se a senhora quiser dizer sua idade, essas coisas, como a senhora é conhecida aqui na cidade?

Céu: Tá ok. [...] Então, eu sou Maria do Céu Pontes, conhecida por Céu, tem muito tempo que o pessoal só me trata por Céu e a finalidade minha que estou aqui hoje, foi início no movimento né? O conhecimento do movimento, hoje eu sou presidente do sindicato, já tenho uma família de sete filhos e todo mundo estudou, todo mundo tá vivendo bem nas suas casas, é... Trabalho aqui hoje junto com dois filhos, também, que me ajudam nos serviços daqui do sindicato e que o resto da diretoria é ao todo 18 pessoas, é os diretores né? E os meninos me ajudam, uma é a tesoureira e o outro faz o serviço do secretário porque o secretário não sabe lê, nem escrever. Então, tudo, tudo isso, que eu venho, eu comecei em 2010, mas as experiências e o avanço dos sindicalistas que a gente pode dizer até hoje, na questão do salário maternidade, foi uns livrinhos do movimento MMT Nordeste, que fizeram e os sindicalistas aproveitou e estudaram, por exemplo, o ex-presidente daqui aprendeu a lei da aposentadoria, é... Também, do salário maternidade, por exemplo, auxílio doença, com esses livrinhos que o MMT Nordeste fez. E aí o pessoal é... Começou a trabalhar essa questão, é um direito que até hoje prevalece pás mulheres trabaiaadoras do campo. A gente lembrando pra falar do movimento das mulheres, o movimento das mulheres começaram assim, eu e uma companheira que era Neuzinha, o esposo dela hoje é falecido, mas, participava da Pastoral Rural da Diocese Guarabira, na época, no tempo era, era Dom Marcelo o Bispo e Padre Cristiano, também, aqui em Pirpirituba, aí é... Ele trouxe, Padre Cristiano trouxe esse casal de gente pá começar um trabalho com os agricultores aqui no Brejo e aí, eles foram

trabaiá na Pastoral e daí ela era conhecida minha e a gente começou a... Ela me chamou pá participar das reuniões da Pastoral e Padre Cristiano, também, convidou o meu ex-esposo pá participar da reunião com os trabalhadores rurais da Pastoral Rural. A gente foi né? Aí era um grupo de sessenta trabalhador e lá tinha três mulher. Eu, a Neuzinha e outra companheira que chamava Cerise, não sei se você ouviu falar da Cerise? Então, a Cerise ela já faleceu, teve uns problemas de doença, Deus já levou ela, mas era uma pessoa muito ativa, uma pessoa muito boa que lutou muito por esse movimento, agricultora num sabe? Ela era de Duas Estradas, município de Duas Estradas. E eu e a Neuzinha daqui de Pirpirituba, aí eu disse a Neuzinha, eu disse: [...] quando a gente almoçou, a gente deitou um pouco, tava num seminário, no Paulo VI, aí a Neuzinha tava lá que ela ajudava em toda a burocrácia, fazer ata, essas questão toda, ela foi lá pá ajudar os meninos, o esposo dela e eu fiquei com a Cerise no quarto, aí eu disse: Cerise nós só vem essa reunião. Ela disse: só mesmo Céu, pra que nós participar dessas reuniões que nós, não adianta se nós falar alguma coisa não vale nada, o que nós tamos fazendo mesmo aqui? É verdade que nós tamos fazendo companhia a Neuzinha, mas nós só tamos fazendo companhia a ela. Ela vem porque ela faz secretaria de tudo junto com o esposo dela, mas nós tamos fazendo aqui mesmo? É bom porque nós aprende alguma coisa, mas eu acho que a nossa participação aqui não vale nada pra nós, nem pro grupo né? Pra nós, nós aprende, mai para o grupo não vale nada porque não passa nossas propostas, no meio de sessenta homem a proposta das mulheres não valia. Então, nós dissemos que não vinha mais, aí nós dissemos a ela: Neuzinha, essa reunião é a última vez que nós vem. Ela disse: companheira é possívi, não podemos fazer isso não, aí ela disse: vamos, perai, perai, vamos pensar em alguma coisa, isso na hora do almoço né? Do descanso do almoço, aí eu disse: pensar em que? Ela disse: vamos formular nós três aqui uma proposta pra vê se passa no grupo, aí eu disse: que seria? Nós, nós levantar uma proposta de criar um movimento de muier, trazer mais mulher pá reunião, ela disse: uma boa ideia Do Céu, aí Cerise disse: é... Mas, Cerise disse: tu acha que passa? Passa não nega, os homens que estão aí são muito machista, não vão aceitar das esposas deles é... fazer parte de movimento, de sair de casa, de fazer parte de movimento nenhum. Aí Neuzinha disse: mas vamos, vamos lançar a proposta, eu disse: vamos, ela disse: pois escrever, escrevemos duas propostas, uma era a primeira reunião ser feita com todos, com as esposas dos diretor da Pastoral Rural, na época parece que era nove e com nós três num sabe? É, fazer os nove companheiros mandar as suas esposas e com mais nós três fazia onze, então uma das primeiras propostas e daí dessas, se desse certo nós começaria, isso acho foi em 83, nós começaria um movimentozinho a parte, como pudesse. Aí, isso foi uma discussão tão grande, mas terminou, botamo em votação e votaram de mandar as companheiras, no dia que nós marquemos não apareceu nenhuma [das mulheres] dos companheiros, mas nós não ficamos queta, nós convidamos outras mulher agricultoras que nós conhecia, então..., mas no dia deu nove mulher e nós, mais três, [...] parecia que era uma coisa permitida né? Aí, dessas nove mulher, as mulheres levantaram tanto pobrema, disseram tanta coisa que nunca os sessenta homens⁶² levantaram. Os problemas da família, os problemas do dia-a-dia e os problemas da responsabilidade da família, da alimentação e de tudo né? De tudo. Aí nós ficamos filiz com essas mesmas, com essas nove mulher, e daí nós marquemos outra reunião no próximo mês, e daí iniciou, começamos convidando, eu era assim bem simples, bem magrinha, bem simpre, agricultora mesmo da base, aí a gente ia convidar, ia Inez, eu e Neuzinha fazer... e Cerise, fazer visita nos sítios, nas casas dos povos. Aí tinha as áreas de conflito, por exemplo, em Araruna, em Tacima, município de Tacima as pessoas, com alguns que a gente conhecia, aí nós ia pra fazer visita, quando nós chegava, se as meninas batessem palma, elas tinham mais presença de gente da cidade, o pessoal não saia não, aí mandava eu ou Inez, ou Cerise, nós batia palmas né? Nas portas, aí inventava que queria um copo d'água, aí nesse copo d'água se apresentava as quatro mulher e tirava uma conversa. Sempre quem vinha pra dá água pra nós era os maridos. E daí a gente dizia cadê a sua esposa? O senhor mora aqui? Têm filhos? Cadê sua família? Suas filhas? Tem filho, tem esposa, tá lá dentro cuidando da cozinha, mas a gente queria conhecer, a gente tá visitando as famílias queria conhecer as mulheres, também, uma saía e outras nem saía né? E daí a gente foi convidando, convidando pra uma reunião, fazendo umas reunião pequena no sítio com o pessoal da área de conflito e daí

⁶² Estes homens citados por Céu foram os que participaram de um evento sindical no Paulo VI, na cidade de Guarabira, em que estavam presentes ela, Neuzinha e Cerise.

iniciou o movimento. O movimento andou muito bem naquela época. [...] A Pastoral financiava e o SEDUP as reuniões da mulher e, por exemplo, eu sempre chamei, que o movimento das mulher era um filho da Pastoral Rural da Diocese Guarabira, é... Foi gerou essa família né? Esse filho, então, cresceu, atingiu a dezessete, dezessete municípios e formou um movimento grande, fazia as primeiras concentrações, a primeira reunião de lançamento do movimento, eu me lembro, parece que foi no dia 03 de outubro nesse sindicato, ficou assim oia de gente.

Pesquisadora: De que ano a senhora lembra?

Céu: É eu acho que foi em 85, acho que em 85 mais ou menos isso, 84, que foi uma primeira, a primeira reunião que foi aqui, feita aqui no sindicato.

Pesquisadora: Dona Do Céu a senhora tem conhecimento de que... é... Eu sei que a senhora disse aí que o movimento foi um filho da Pastoral Rural. Mas a senhora tem conhecimento de que lá na Pastoral Rural já existia alguns trabalhos feitos para as mulheres, direcionados para as mulheres ou esse movimento de mulheres ele nasceu como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras a partir desse momento? Não tinha vinculação com esse grupo?

Céu: Não. Na Pastoral Rural tinha os trabalhos com os agricultores das áreas de conflito, esse pessoal era mais de área de conflito, fazia reunião com o grupo da Pastoral, um era assim, não era diretor, mas era coordenador né? Era de Bananeiras que era o Arnô, naquele tempo era o presidente do sindicato, de Araruna, seu Tota, com certeza Tota, ainda, tá vivo, tem a sua irmã que era Dona Antônia, com certeza, também, tá e faz parte muito tempo, também, dá... Foi até diretora geral, também, do movimento das mulher e ela mora em Araruna, morava no município de Araruna.

[...] Você sabe que as mulheres mais ativa que não pode..., inquieta, que não pode ficar dentro de casa e que quer prevalecer as suas propostas, também, tem uma cabeça mais aberta, ela não se cala, ela fala, ela vai pás áreas de conflito, ela conversa com as pessoas e faz parte das religião, não é? É... As mulheres são fogo, as espertas ninguém segura.

Pesquisadora: A senhora tava dizendo que aí se formou esse... Foi fundado, assim lançado esse movimento aqui?

Céu: Acho que iniciou em 83. Esse sindicato foi, foi ganhado a diretoria em 83 aí, foi o esposo de Neuzinha que foi o candidato a presidente, e ele é... Aí abriu, assim, a gente começou a fazer as reunião aqui.

Pesquisadora: Me diga uma coisa, com relação à família da senhora, quando a senhora se envolveu com o movimento de mulheres, teve assim algum empecilho, ou houve uma aceitação?

Céu: Teve, eu, eu, eu fui casada, eu sou casada duas vezes, a primeira, minha família todinha é do primeiro casamento, então, eu tinha meus filhos, tenho meu filho caçula que ele já nasceu em 86 e eu já fazia uns tempo que eu já tava no movimento, então, é... E o meu esposo, eu passei vinte e oito ano casada com esse primeiro que é o pai dos meus filhos, e ele, ele viveu os vinte e oito ano no Rio, ele vinha aqui, mas, mai a primeira filha minha quando ele saiu de casa ela tinha sete mês de idade, então ele viveu, criei a famia todinha e ele vinha aqui passava um mês e eu tão besta né? Antigamente, usei até essa expressão brava, grossa, porque acho que não pensava, é... Eu imaginava que pá vê se prendia, também, ele em casa, eu ficava era grávida e que ia cuidar da famia só, do gravidez, do filho, dos filhos que já tinha e tudo e terminei que tive sete filhos, e depois quando ele viu que eu tava participando das coisas, eu fui mais pá esse movimento porque com a falta de necessidade, de ganhar alguma coisa pra sobreviver, também, porque a necessidade era grande demais, então, eu fui fiz parte da Pastoral, não tinha salário, mas tinha uma diária no dia que a gente trabaiava né? Isso tornava mais fácil pra comprar alguma coisa pra casa. E depois quando ele despertou que meu pensamento não era mais, aquela, aquela juvenzinha, aquela pessoa que era... só fazia o que ele quisesse, aí ele ficou bravo, diabo de mulher, infeliz de mulher que gosta de movimento é do demônio e começou brigar e terminou se separando mais eu. E eu não aguentei mais ele, também, porque eu aguentava tudo né? Era aquela escrava da casa, da famia, de tudo. Aí depois eu não quis mais ser aquela escrava que dá conta da famia, dá conta do estudo dos

meninos, tá lutando com tudo, trabaiaando pra sobreviver e ele quando chegava, passava um mês de boa vida, o que trazia gastava tudo e voltava no mês seguinte sem nada. E nem deixava nada pra casa, aí eu disse: sabe de uma coisa, não dá certo essa vida não. Você... E aí começou a pessoa vai esquecendo, também, aquela pessoa, não tem mais aquela responsabilidade da janta, do almoço, da família, não, aquela pessoa fica como se fosse um amigo que chegou e que chegou e que chegou e saiu, ficou diferente a responsabilidade do casamento. E quando eu, a primeira vez que eu, eu tive minha filha, eu casei com dezessete ano, tive ela ainda sem completar nem os dezoitos, isso é com nove mês eu já tive a primeira menina e criei ela, quando ele saiu de casa a primeira vez ela tinha sete mês de vida e passava um ano e dois meses, um ano, um ano e seis meses sempre era assim, pá poder vim em casa. E eu fui criando todo mundo sozinha, com a ajuda do meu pai, do meu tio, que não fosse eles, também, eu não tinha nem podido criar essa menina mesmo, mai com muito sacrifício, também, sempre fui uma pessoa assim que gostava de igreja, que gostava de participar das coisas, aí a pessoa vai se alegrando até com essas coisas, quando você vê uma muier sofrer muito, ela puxa logo pra igreja, porque na igreja ela vai encontrar alguém que seja legal com você, que lhe ajude não é? Então, foi assim o início da minha vida e puxei po movimento, aí quando ele viu que eu não era mai aquela pessoa, que sabia de lei, que sabia das coisas, brigou logo, ou eu voltava pra casa, pá ficar sem ir pra canto nenhum, ou se separava, eu disse: eu quase que morro de fome, meus filhos com você dentro de casa, então você que saia que você sempre costumou sair. Eu nunca vou deixar o meu serviço, nem a minha participação de trabaiaar no sindicato, aonde eu tô ganhando o meu pão pá comer com meus filhos por você não, porque, se fosse só por você, eu tinha morrido de fome.

Pesquisadora: E essa realidade era uma realidade pra outras mulheres, também, pra outras companheiras do movimento?

Céu: Era, quase todas que fizeram parte da diretoria do movimento sofreram muita coisa, por exemplo, a Bebel [...] sofreu muito mai do que eu, porque ela viveu o tempo todo com o marido dela em casa, presa dessas coisa e queria fazer parte, também, era uma pessoa muito ativa, queria fazer parte do movimento e da igreja, ela sempre fez. Padre Cristiano me mandava muito eu ir lá pá conversar com ela, pá gente ficar, pelo meno se divertindo né? Se uma companheira chega aqui eu tô triste, aí eu vou conversar com você, eu esqueço um pouco, aquela coisa que tava me incomodando tanto, eu conto pra você ou uma coisa assim, então essa companheira sofreu muito, também, e outras, também, sofreu quase todas sofreu muito.

Pesquisadora: Quais as atividades do Movimento de Mulheres Trabalhadoras realizavam?

Céu: As mulheres trabalhadoras realizavam os treinamentos pá orientação: encontro de saúde, encontro... Todas assembleia, no final do ano, tinha bastante seminário, de três em três mês, tinha uma reunião com toda... Com todo o povo, todas companheiras que fazia parte, que era sócia do movimento, que ali a gente fazia um estudo do que tivesse acontecendo no país sobre a previdência, o que tivesse acontecendo como hoje né?

Pesquisadora: A senhora vê, também, uma ligação do movimento com essa parte dos sindicatos?

Céu: Sempre teve uma ligação muito forte dos sindicatos, sempre foi, sempre foi uma batalha de luta porque a Pastoral já vinha com essa intenção de renovação sindical, de botar nas frentes dos sindicatos pessoas que não fosse pelego, que lutasse pelos direito do trabalhador e aonde veio isso aí, foi também... Aí como nós já vinha dessa linha nós começamos a trabalhar, também, essa linha e ajudar se unir com a Pastoral e pra ajudar isso aí, também, sempre nós tava nas eleições, o pessoal chamava nós pra ajudar no dia de eleição, sempre a gente trabalhou esse sentido.

Pesquisadora: Dona do Céu, eu sei que a senhora já citou aí o nome de algumas companheiras, Mas a senhora recorda o nome de outras que participavam do Movimento de Mulheres Trabalhadoras?

Céu: Tinha uma companheira de, de, também de Sapé, teve Antônia de Sapé e Angelita. [...] Aí tinha Cerise, essa faleceu, é... A outra é Socorro de Araçagi e Maria Preta né? É... Tem Dona Antônia de Araruna e Dona Lia, Dona Lia ela mora no Baixio do Riachão né? É, ela já participou

da FETAG, é uma pessoa muito... Hoje acho que ela é tesoureira do sindicato de lá do Riachão, tem parte, ainda, da diretoria, foi presidente lá.

Pesquisadora: Por que a necessidade da criação desse Movimento de Mulheres Trabalhadoras?

Céu: A necessidade maior foi o nível de consciência porque aí nós tivemos é... essa participação das mulheres. Também tem duas companheiras em Cacimba de Dentro, pessoa muito boa que é a Neide, fez parte, também, da diretoria e é... [...] Dom Marcelo pra nós foi fundamental, aquilo era um santo pra nós, eu tenho, ainda, os tercinhos que ele mim dava e ele foi meu cumpadre, um compadre de promessa. [...] Ele dava todo apoiou a nós, todo apoio, a Pastoral também.

Pesquisadora: Ao Movimento?

Céu: Ao movimento, também, eu ia muito lá, eu e Neuzinha, um dia outro não, nós tava lá pra conversar, pra dá orientação, pra vê como é que trabalhava né? Aí a gente, a gente atingiu assim, as mulheres chegaram a um nível bom, aí a gente conseguiu avançar né? Avançou a mentalidade das mulheres. [...] E esse movimento fez grandes concentração, muito bonita, com muita gente, teve concentração de duas mil pessoa, linda, muito arrumado, concentração linda.

Pesquisadora: Então, a senhora acredita que foi um movimento muito importante pra as mulheres?

Céu: Foi um movimento muito importante, maior do que o de Alagoa Grande. Aí, do de Alagoa Grande já surgiu desse, apesar que lá teve Luzia.

Pesquisadora: O de Alagoa Grande?

Céu: Foi um filho, também, do movimento, aí onde existe a Luzia hoje foi o MMB e as meninas, e também, do movimento as companheiras partiram pá o MMT Nordeste, que, ainda, hoje existe e depois que a gente saiu da ligação da Pastoral com o movimento aí o MMT Nordeste, que foi fundado a nível de Brasil, aí do Nordeste, não é do Brasil, mas no Nordeste, ali de Pernambuco pra cá e pegando os outros estados, eles, também, ajudou a questão do movimento, que o movimento ele lutou com tanta coisa, pra vê se ganhava é... fôlego pra sobreviver só. Mas, devido a essas coisas... A questão do movimento, que o movimento iniciou com os projetos, mandando pra fora e o pessoal mandava o projeto, financiava o projeto né?

[...] eu vivi no movimento até dez ano, eu achava que outra pessoa fosse fazer, fazer parte, também, aí eu disse: eu não dô conta do movimento e do sindicato, eu parti pra cá pro sindicato aí deixei que outras companheiras fosse pá diretoria aí, enquanto eu tava eu, a Neuzinha, a Neuzinha, também, foi simbora pra Brasília, aí a gente, Inez, também, saiu, deixemos pra outras companheiras mais novas.

Pesquisadora: A senhora recorda o ano?

Céu: Me lembro não. [...] Quando eu saio e as meninas saíram, também, outras companheiras do mesmo tanto de grupo assumiu e ouve uns desvios das finanças.

Pesquisadora: A senhora recorda quando a senhora entrou aqui no sindicato?

Céu: Eu tô aqui no sindicato, na diretoria mesmo, eu tô de 2010 pra cá. Eu sempre ajudei, mas não como diretora. Eu ajudava porque o meu esposo era o presidente.

Pesquisadora: Entendi, então, no caso em 2010 foi quando a senhora teve esse afastamento?

Céu: Não, do movimento eu já tinha saído um tempo já, aí eu já tinha saído há bastante tempo já, já faz muito tempo que eu sai, já faz um sete já ou mais. Faz mais de sete.

Pesquisadora: A senhora falou um pouco da conscientização que o movimento trouxe pra as mulheres, essa conscientização se deu como assim? Sobre o que?

Céu: A gente começou nos seminários né? Estudando as causas que a gente achava que tava pendente e daí o pessoal foi desenvolvendo, desenvolvendo gente, ainda, mais jovem, também, pá participar, entrou gente jovem de Solânea, tem até uma Maria do Céu de Solânea, também, fez

parte do movimento, quando essa menina fazia parte que ela hoje faz parte do sindicato de Solânea, eu já não participava mais, só ia pra assembleia como sócia, toda assembleia eu sempre fui, aí o pessoal que era sócio, também, contribuía com um real, mas só que não era suficiente pra as despesas do movimento né? É... A gente, no passado, comprou até uma casinha, tinha casa, o movimento ainda tem um terreninho que né um fruto dessas coisas e o movimento tem um terreno com uma sede que foi feita, muito boa e muito grande, mas não chegou a ser concluída. É, essas meninas pegaram engenheira, arquiteto, pra preparar o, como fazer a casa né? Levantar o prédio e essa pessoa fez um lançamento muito grande que não devia, se elas tivessem dinheiro de terminar essa estrutura tinha sido muito bom, mas tudo isso atrapalhou né? Porque isso é um projeto, aí você como responderia isso aí? Que isso, também seria um investimento, ia ser um negócio, também, de render alguma coisa porque se tivesse pronta essa casa que tem lá, com certeza, ia servir para seminário de prefeitura, de tudo no mundo, ia render dinheiro, hospedagem... Quem é que não queria passar um carnaval, uma coisa assim num lugar tranquilo né? É, hoje tá lá no sítio, eu acho que tá dentro de uma mata, porque eu passei tomando conta, pá o movimento ter alguma coisa, usufruir desse sítio, eu tomei conta desse sítio, alugava, aluguei o sítio, pagava naquele tempo oitenta, oitenta reais por mês e o sítio ficou uma beleza, plantei uma hectarea de capim, fiz um projeto de bananeira, plantei uma hectarea de capim, plantei bananeira, plantei pé de coco, criava alguns garrotes, no projeto que eu fiz, foi pra fazer o campo do capim e pra roça e pra comprar os bichos, eu cheguei até oito bichos, mas aí você trabalhava com uma coisa assim, o pessoal fica com olho, aí começaram dizer que tava pouco o dinheiro que eu pagava, aí meu esposo disse: eu não posso pagar mais do que isso não. Eu já tô pagando pá ajudar o movimento porque eu não tiro, o que a gente tá pagando não dá pá tirar de lucro, mas vamos pagando né? Pá terra ficar bonita, pá tá tudo em ordem. E a gente fez uma coisa formavi, mas só que, aí eu limpava a casa, mandava o trabalhador limpar tudo, era tudo limpinho, hoje é uma mata, dentro da casa. [...]

Pesquisadora: A senhora disse né? De algumas atividades que o movimento realizava. Essas atividades elas contribuía, também, pra questão de profissionalização das mulheres, de gerar alguma renda pra elas?

Céu: Era, teve grupo em Araçagi, que fizeram muita coisa, prato, pano de prato, renda, aqueles negócio que o pessoal aprende pra fazer tricô, aquilo ali, tinha uns pessoal que ensinava, tudo isso contribuiu, é... tiveram grupo que andou um tempo muito bem, mas depois apareceu os desmantelos, de não, de não trabalhar. [...] eu comparo com um pessoal daqui de Píripituba, o pessoal aqui foram, foram exercitados pra que a prefeitura dê as coisas pra eles. Aí é... Do mesmo jeito era os grupos do movimento que não mandou né? O pessoal quando tinha a finança pensava em si, não pensaram no movimento, aí andou pra trás. Outras mulheres, outra que fez parte, também, eu esqueci o nome dela, Zefinha, tu conheceu Zefinha de Araçagi?

Pesquisadora: Não, cheguei nessa, ainda, não.

Céu: Tem Madalena, Madalena não foi da diretoria, mas Madalena [...] Também, é uma pessoa que ajudou muito.

Pesquisadora: Ela é de qual cidade?

Céu: Ela é de Araçagi. Mas, ela faz parte do sindicato dos professores em Guarabira, que o sindicato dos professores, também, é um filho do movimento, quando Neuzinha era professora né? Aí ela resolveu, ela disse Do Céu tu tem tu, tem as outras meninas e vamos vê como fazer pra gente criar o movimento e, também, vamos trabalhar com os professor, aí só que ela fundou esse sindicato que era dos professor, pensando que esse sindicato fosse ajudar o movimento porque, financeiramente, ele tem condições, se você chegar no sindicato dos professor de Guarabira você vai ficar... Que é diferente do sindicato de Píripituba né? É uma estrutura muito boa, mas não porque, também, você sabe né? Professor ganha mil e pouco.

Pesquisadora: Dona Do Céu é... O movimento, ele foi criado, ainda, num períodozinho fim de Ditadura Civil-Militar?

Céu: Foi.

Pesquisadora: Então, a senhora tomou conhecimento de alguma companheira que sofreu alguma perseguição por causa de militar no movimento? Esse movimento ele era bem visto, assim, pelas autoridades?

Céu: É... a gente teve problema nessa questão aí do sindicato porque quando Neuzinha começou a fazer parte, ela foi a primeira presidente do sindicato dos professor, aí que abrangia aqui a dezessete, dezoito municípios aí os prefeitos discriminava e criava confusão, teve, teve Lúcia, tem Lúcia, você conversar com Lúcia, também, é muito bom, Lúcia fez parte da tesouraria do movimento, também, foi diretora do movimento, uma pessoa muito capacitada, ela mora em Lagoa de Dentro. E Fátima, Fátima, ela teve prefeito que até aqui em Pirpirituba empurrou ela. Bateu nela. E ela era do movimento e, também, na questão de vê a negociação das professoras num sabe? Pelo um salário melhor, que, antigamente, não tinha dia pra elas receber o salário, não tinha dia pra... Era discriminada, não recebia o salário completo, recebia uma micharia, então tudo isso; lutaram por um salário justo e por dia pá fazer o pagamento delas. Então, tudo isso aconteceu.

Pesquisadora: E isso nesse periodozinho que foi formado o movimento?

Céu: Era. O movimento ia junto nessas, nessas negociações, nessas coisas, eu, por exemplo, eu fui com Neuzinha, ela nunca gostava, nós duas era daqui, ela nunca gostava de ir pá audiência nenhuma se eu não fosse, queria que eu fosse pá toda, pra tudo no mundo. Aí eu ia mais ela, teve uma vez que a gente tava numa audiência com o prefeito, o prefeito atual de hoje no passado ele era um ditador, também, oxente, trazia o povo dele e fazia uma confusão que a gente saiu, assim, na sala sem poder pisar no chão. E os professor de Guarabira era mais de mãos atadas, terminaram perdendo tudo, as outras cidades avançaram, as cidades pequenas avançaram mais de que Guarabira, eu não sei hoje, hoje tem muita gente competente lá, tem as meninas que faz parte do SEDUP, tem outras que fazem parte do conselho, conselho de adolescente.

[...] E outras, outras, outras discriminação, também, muito grande foi no caso das áreas de conflito em Tacima, às vezes, a gente tava lá com o movimento, você sabe que o movimento e as pessoas que fazem coordenação tá lá junto com o povo na frente não é? Então, teve prisão de companheiros que a gente, também, foi levada assim, sem pisar no chão, companheiros e companheiras que fazia parte da área de conflito, seu Tota, por exemplo, Dona Toinha que era da área, também, lutava pelo terreno pra permanecer, então, esse pessoal sofreu e a gente tava lá e a gente ia em pé sem poder pisar no chão, do aperto, a polícia querendo bater, você tá vendo esse?⁶³ É o meu filho, esse aí, eu tava no movimento, ia acompanhar as áreas de conflito, eu passei, nesse tempo eu tava na Pastoral Rural, também, é... Eu passei talvez umas quatro ou cinco vezes pela polícia dizendo que ia ganhar o menino pra poder nós passar no piquete da polícia, aí Padre Luís botava eu na frente, eu tava gestante dele [o filho]⁶⁴ e botava duas companheiras atrás, mas eu ia né? Aí eu passava a polícia: ei vai pra onde? Levar a mulher pra ganhar bebê. E isso aconteceu várias vezes nos piquetes da polícia, pra poder passar os trabalhadores, com a coordenação, era preciso eu passar com um carro na frente dizendo que eu ia ganhar menino. Ele [padre Luís] dizia⁶⁵: tu geme Do Céu, Tu geme.

Pesquisadora: Sobre as questões de gênero que parece que é muito gritante pro lado de cá. Essa questão do machismo, também, as mulheres sofreram bastante com isso e o movimento ele veio pra contribuir, também, pra estas situações?

Céu: Pra essa questão, foi, na verdade, teve um seminário pra falar dessas questões aí e a gente, também, participar, começou participar, também, mais gente na Pastoral e teve uma mudança, eu contei, mas, eu esqueci alguma coisa, na primeira, teve a primeira reunião pra criar o movimento, na segunda reunião é... Foi é... Que era pra vim as mulheres dos companheiros né? Quando a gente teve a primeira reunião da Pastoral eu levantei o problema? Cadê tua mulher? Vocês que se comprometeram em mandar as esposas, veio outras esposas menos a de vocês. Eu fui questionar os companheiros sobre isso. Cerise era separada já, essa companheira, também, sofreu muita

⁶³ Céu aponta para o filho presente no momento da entrevista.

⁶⁴ No caso do filho já mencionado.

⁶⁵ Céu refere-se a padre Luís que na ocasião pedia para que ela fizesse parecer que estava em trabalho de parto.

discriminação, apanhou muito, sofreu muito, mas, quando ela começou no movimento era separada.

Pesquisadora: Eu já estou satisfeitiíssima com tudo o que a senhora me contou. E a senhora quer acrescentar mais alguma coisa ou, também, já tá satisfeita com o que disse?

Céu: É, tá bom.

ANEXOS

ANEXO A - Parecer de aprovação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: MEMÓRIA, MILITÂNCIA E MULHERES: MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS E MOVIMENTO DE MULHERES DO BREJO VERSUS LATIFÚNDIO E DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1980

Pesquisador: LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80433717.7.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.507.329

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa MEMÓRIA, MILITÂNCIA E MULHERES: MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS E MOVIMENTO DE MULHERES DO BREJO VERSUS LATIFÚNDIO E DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1980- tem como responsável LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA/CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA/PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH/UFPB

Orientadora: Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Desenho:

Trata-se de um trabalho ligado a História Oral, que conterá material coletado por meio de entrevistas com integrantes do MMT e MMB e análises de fotografias, repentes e recortes de jornais com relação ao MMT e MMB.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo geral:**

Analisar as experiências vividas por mulheres, do Agreste e do Brejo da Paraíba, que se envolveram nos movimentos sociais: Movimento de Mulheres Trabalhadoras – MMT e Movimento de Mulheres

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.507.329

do Brejo – MMB para compreender como estas se inseriram na militância.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Pode ser gerado um desconforto devido ao tempo exigido para a realização das entrevistas e por tornar público o conteúdo gravado, entretanto, elas serão informadas que podem desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo para elas.

Benefícios:

Disponibilizarei com esta pesquisa um material que, junto a outros existentes, enriqueça, ainda mais, a história dos movimentos sociais e, em especial a história das militantes do estado da Paraíba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente Projeto de Pesquisa está descrito com as diversas etapas necessárias para que o mesmo seja desenvolvido incluindo: apresentação, desenho do estudo, resumo, introdução, objetivos, riscos/benefícios, metodologia, cronograma, orçamento e outros.

A documentação exigida pela Resolução 466/2012/CNS/MS que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, no caso, pesquisa documental, está incluída como certidão de aprovação do Projeto do Programa de Pós- Graduação, TCLE, folha de rosto, foi incluído o modelo de entrevista e outros.

METODOLOGIA:

- pesquisa quanti- qualitativa, descritiva,
- análise de documentos relacionados às pessoas a serem entrevistadas como recortes de jornais, fotos, letras de repente e outros mantidos em seus arquivos pessoais,
- universo/amostra: integrantes do MMT e MMB/10 indivíduos,
- coleta de dados: entrevista/documentação,
- análise de dados: análise descritiva do conteúdo coletado no decorrer da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação estão compatíveis com o tema abordado e a documentos anexados. O documento solicitado/modelo de entrevista foi incluído no Processo.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 2.507.329

Recomendações:

O Processo está devidamente instruído. Aprovado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há lista de pendências. APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_994666.pdf	04/01/2018 20:51:28		Aceito
Outros	modelodeentrevista.doc	04/01/2018 20:21:39	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
Orçamento	Orcamento.doc	23/11/2017 14:49:26	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.doc	23/11/2017 14:49:14	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Untitled_20170926_165434.PDF	26/09/2017 15:54:01	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	26/09/2017 15:47:04	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.JPG	12/09/2017 13:59:03	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.doc	12/09/2017 13:51:58	LAIANNY CORDEIRO SILVA DE SOUZA	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.507.329

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 22 de Fevereiro de 2018

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO B - Documento do MMT

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES
TRABALHADORAS DO BREJO PARAIBANO EM PARTICULAR
NA "CIDADE DE PIRPIRITUBA" – PB

Nossa Associação teve seu início em 1982, com a participação de três mulheres do nosso Município, são elas: MARIA DO CÉU PONTES DA SILVA, CERISE BENEDITODA SILVA, ambas Agricultoras e pela Professora ALDINEUSA DE JESUS ANDRADE.

Estas mulheres começaram a questionar por que outras mulheres não tinham interesse em participar. Conversando sobre o assunto, perguntavam aos homens, que respondiam que elas não tinham tempo e nem sabiam falar.

Depois de uma grande discussão, passou-se uma proposta para que os maridos convidassem suas esposas, daí então foi se tomando cada vez mais fortalecimento e se esbanjando pelas demais cidades do Brejo. Com o assassinato da Companheira Margarida Maria Alves, esse nosso trabalho cresceu cada vez mais em 1985, em uma Assembleia, foi aprovado a autonomia em relação a Pastoral Rural, essa por sua vez era quem colaborava financeiramente com o nosso movimento.

Em 1987, com uma grande participação de professoras, serventes, merendeiras e outras classes mais, foi criado a Associação dos Profissionais de Educação e Cultura, hoje conhecido por: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região do Brejo (SINDSERVIM), em Guarabira, e teve como sua primeira Presidenta ALDINEUSA DE JESUS ANDRADE.

Em 1994, o MMT, passou a ser uma Associação com registro em cartório e na Receita Federal, está formado por uma diretoria colegiada, composta por 13 mulheres, conselho fiscal, com três mulheres e suplentes, com representantes de 12 municípios, a diretoria está dividida em quatro secretarias: Secretaria Geral (quatro mulheres); Secretaria de Finanças (três mulheres); Secretaria de Formação (três mulheres); e Secretaria de Organização (quatro mulheres).

Hoje temos nossa sede própria, equipada com telefone, fax, computador, alojamento e um amplo salão para fazermos nossas reuniões e discutir nossos assuntos entre outros.

A Diretoria

Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira (s/d)⁶⁶

⁶⁶ Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 27 de fevereiro de 2018.

ANEXO C - Curso de Culinária para as mulheres na Cúria de Guarabira (PB)⁶⁷



Fonte: Imagem cedida por Cícera (s/d)

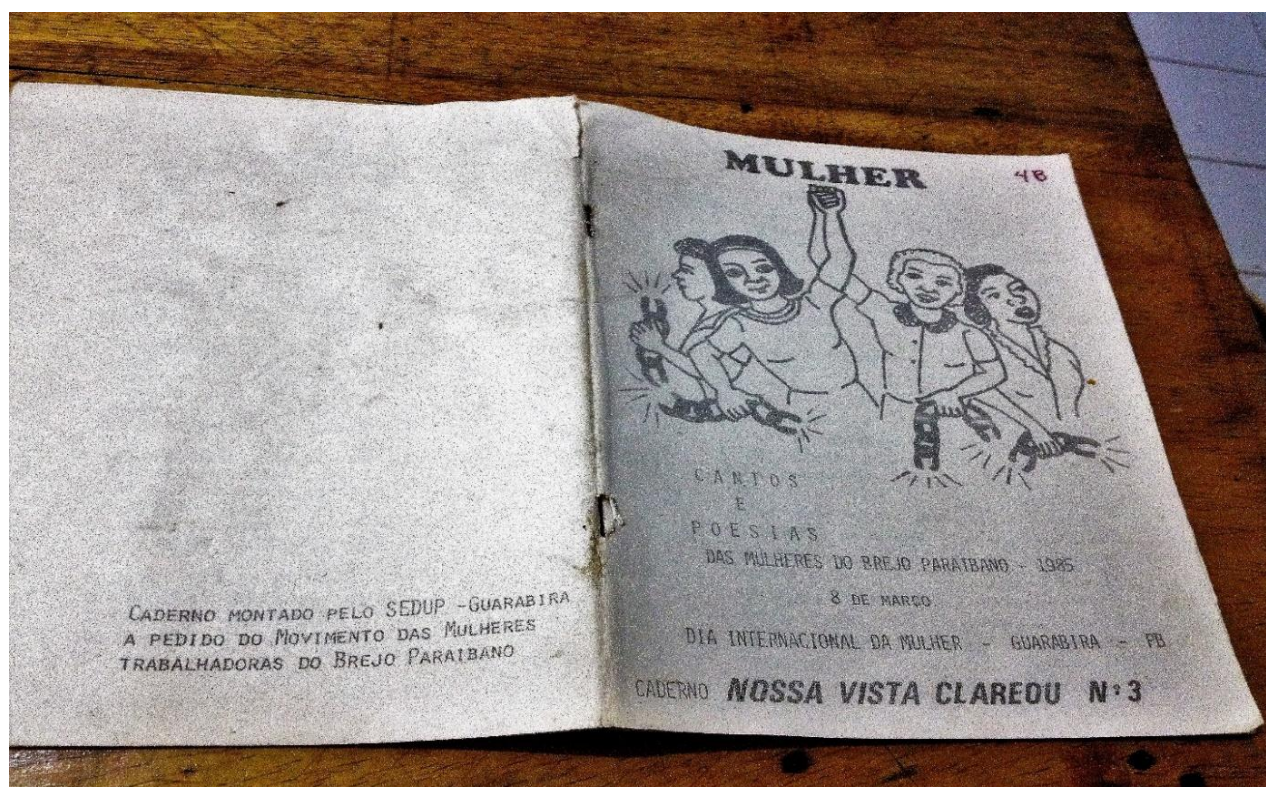


Fonte: Imagem cedida por Cícera (s/d)⁶⁸

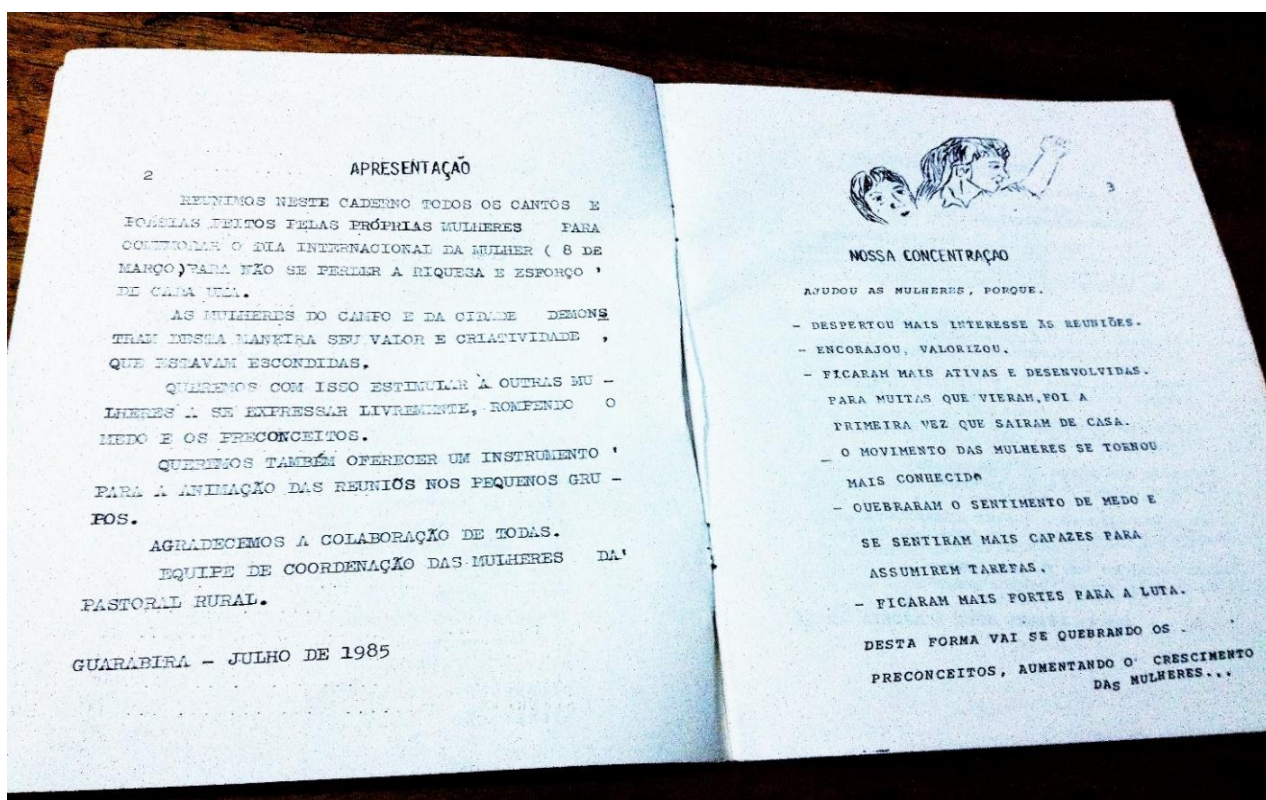
⁶⁷ A mulher de avental e pano de prato no ombro é Cícera.

⁶⁸ Imagens coletadas em visita a casa de Cícera no dia 24 de abril de 2018.

ANEXO D - Material informativo para atividades do MMT



Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira (s/d)⁶⁹



Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira (s/d)⁷⁰

⁶⁹ Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 14 de maio de 2018.

⁷⁰ Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 27 de fevereiro de 2018.

Dia Nacional de luta

A Assembleia Nacional Constituinte, ficou dividida em dois turnos. No primeiro turno foram votadas as emendas gerais da Nova Carta.

Já no segundo turno essas emendas serão apresentadas para uma nova aprovação, e podem ocorrer de retirarem algumas conquistas da classe trabalhadora, como: licença a gestante de 120 dias, licença a paternidade e outras...

Por isso, em todos os Estados os trabalhadores estão se articulando em defesa dos direitos conquistados, e que estão sendo ameaçados pela classe empresarial.

Convidamos os sindicatos e a população para pressionarem os Constituintes de cada Estado, e as lideranças nacionais, para no Dia 20/04/88, mandarem cartas, abaixo assinado e telegramas como repúdio as medidas que a classe empresarial quer impor aos trabalhadores.

VAMOS ACABAR COM AS PRESSÕES DOS EMPRESÁRIOS.

MULHERES UNI-VOS.

Produção: SEDUP (Setor de Comunicação Popular) - GUARABIRA-PB.

MMT

MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS - PB



Mulheres lutam pelos direitos.

Fonte: Dissertação de Mestrado Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero, de Emmy Lira Duarte (2014)

8 DE MARÇO

É o dia em que as mulheres de todos os países comemoram a luta pela libertação. Este dia é lembrado desde o ano de 1910, em memória das 129 operárias de Nova York (Estados Unidos) que foram mortas na luta pela redução da jornada de trabalho, melhores salários e condições de vida.

COMPANHEIRAS: a luta das mulheres vem de longe! E nós, mulheres nordestinas, estamos presentes e ativas neste processo de libertação.

Mas precisamos nos unir cada vez mais e participar ativamente nos movimentos populares, nos sindicatos e associações profissionais e nos partidos políticos que defendam os interesses dos trabalhadores.



**MULHER EM AÇÃO,
DE OLHO NA CONSTITUIÇÃO**

PROGRAMA: CONCENTRAÇÃO
DATA: 08/03/89
HORA: 13:00
LOCAL: Município de Sapé

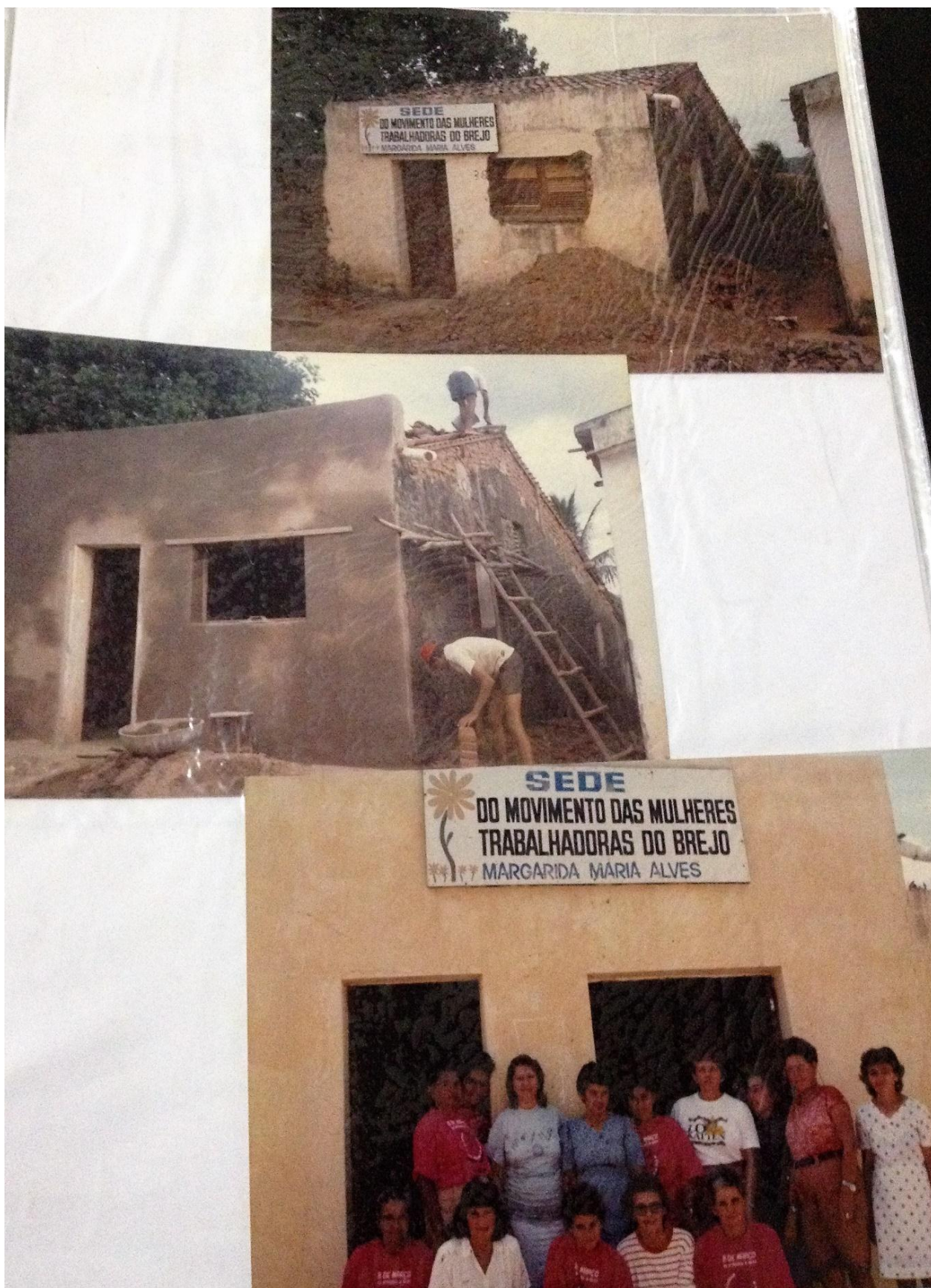
M.M.T. - MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO PARAIBANO.



VAMOS ACABAR COM O CATIVEIRO
PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA
A MULHER E OS TRABALHADORES

Fonte: Dissertação de Mestrado Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero, de Emmy Lira Duarte (2014)

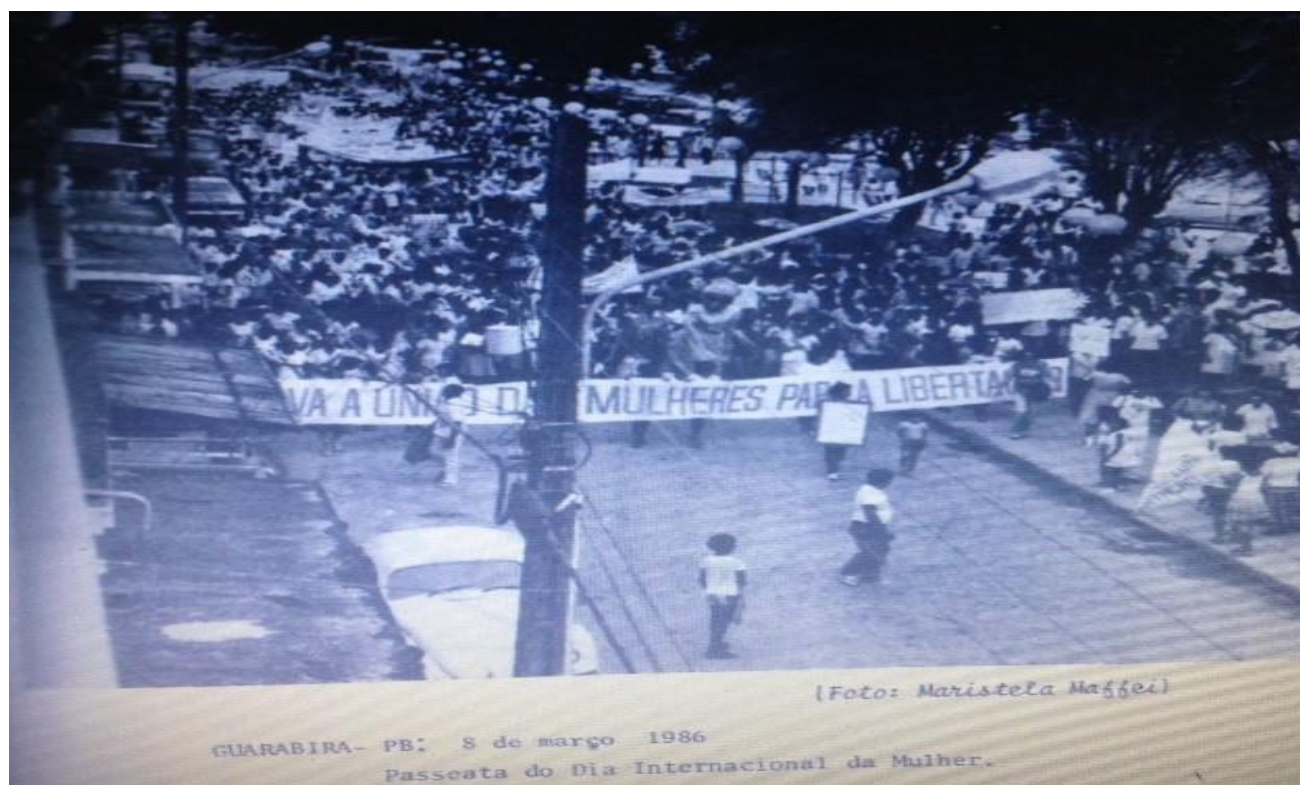
ANEXO E - Sede do MMT



Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira (s/d)⁷¹

⁷¹ Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 27 de fevereiro de 2018.

ANEXO F - Atividades no Dia Internacional das Mulheres no município de Guarabira em 1986



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986



Fonte: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na Paraíba, 1986

ANEXO G - Evento com a participação das mulheres do MMT em Tacima (PB) no ano de 1988



8 de março

TACIMA

1988.



Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira, 1988⁷²

⁷² Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 27 de fevereiro de 2018.

ANEXO H – Matéria do Jornal da Paraíba sobre o Dia Internacional da Mulher de 1988 e a Participação do MMT

JORNAL DA PARAÍBA

Campina Grande, Domingo, 13.03.1988

5 GERAL

Dia da Mulher foi alvo de homenagens no brejo da Pb

O Dia Internacional da Mulher, que transcorreu no último dia 8, foi comemorado na região do Brejo com muitas manifestações, através do Movimento das Mulheres Trabalhadora do Campo e Cidade. Na oportunidade uma vasta programação foi desenvolvida.

Alberto Casagrande, do Serviço de Educação Popular, informou que toda a programação do Dia Internacional da Mulher teve como objetivo dar à mulher, uma visão histórica das transformações sociais, que não pretende contrapor aos homens, mas, colaborar com eles para uma mudança nas relações entre os povos, e também junto a mulher. Já que os dois, tem uma responsabilidade na vida de muitos, principalmente nos campos da educação, saúde, moradia, família e relação sexual.

O Movimento das Mulheres Trabalhadora, segundo Alberto Casagrande, através de debates, mostrou no Dia Internacional da Mulher, as péssimas condições de vida que a classe de baixa renda passa hoje no Brasil e no mundo. Outro destaque do movimento é a participação da mulher do campo que sempre foi excluída de toda a participação e, é sempre submetida a mais cruel exploração e esquecimento, perante às autoridades, frisou Alberto.

A cada ano, o Movimento das Mulheres Trabalhadora, traz na memória de todos, a morte da líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, assassinada em agosto de 83, até hoje continua impune. "Porém, a luta dessa mulher Margarida



Em Guarabira, as mulheres também se manifestaram

Maria Alves, continua viva no coração e na mente de todos os trabalhadores do Brejo e da Paraíba e do Brasil", disse Alberto da SEDUP.

Os eventos do Dia Internacional da Mulher contaram com a colaboração valiosa e a participação ativa das comunidades Eclesiais de Base e de vários agentes de pastoral. No Brejo, foram realizadas atividades em 18 municípios, dentre eles, Ararauna, Tacima, Guarabira, Pilões, Bananeiras, Arcia e outros.

Fonte: Arquivo do SEDUP da cidade de Guarabira, 1988⁷³

⁷³ Coletada em visita ao acervo do SEDUP em 27 de fevereiro de 2018.